

**ASPECTOS SINTÁTICOS E SEMÂNTICOS DO *COMO*
NA LINGUAGEM PADRÃO CONTEMPORÂNEA**

Ivo da Costa do Rosário

UFRJ/2007

ASPECTOS SINTÁTICOS E SEMÂNTICOS DO *COMO* NA LINGUAGEM PADRÃO CONTEMPORÂNEA

por

Ivo da Costa do Rosário

Faculdade de Letras

Departamento de Letras Vernáculas

Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas,
área de concentração Língua Portuguesa,
apresentada à coordenação dos Cursos de Pós-
Graduação da Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Violeta Virginia Rodrigues.

Rio de Janeiro, 1º semestre de 2007

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

ROSÁRIO, Ivo da Costa do. Aspectos sintáticos e semântico do *como* na linguagem padrão contemporânea. Rio de Janeiro. Faculdade de Letras/UFRJ, 2007. 222 p., mimeo. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Violeta Virginia Rodrigues – Letras Vernáculas / UFRJ
Orientadora

Professora Doutora Victória Wilson – Letras / FFP-UERJ

Professora Doutora Filomena de Azevedo Varejão – Letras Vernáculas / UFRJ

Professora Doutora Mônica Maria Rio Nobre – Letras Vernáculas / UFRJ
(Suplente)

Professora Doutora Mariângela Rios de Oliveira – Letras / UFF
(Suplente)

Aos meus pais,
pelo incentivo e pelo amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Mestre primeiro, por me acompanhar desde o início de minha existência.

De modo especial, à Profª Drª Violeta Virginia Rodrigues, orientadora e amiga, pelos anos de convivência e de segura orientação.

Aos membros titulares e suplentes da banca, em especial à Prof. Dra. Victória Wilson, que me introduziu nas sendas da pesquisa funcionalista.

Aos colegas do Mestrado, em especial, Anderson, Núbia, Kátia e Ana Lúcia.

Aos meus familiares e amigos, por todos os que compreenderam as minhas ausências em função de minha atarefada vida acadêmica

À minha mãe pelo seu silêncio tão eloqüente e pela singeleza de suas palavras de ânimo.

Ao meu pai, pela força moral e pelo orgulho de me ter como filho.

Finalmente ao meu irmão e sobrinhos, pela paciência e pela alegria com que sempre me contagiaram.

A todos vocês, meu muito obrigado!

SINOPSE

Análise funcional das realizações do *como* na linguagem padrão, a partir de três gêneros jornalísticos: notícia, editorial e anúncio. Revisão dos conceitos clássicos de subordinação, coordenação, correlação e termos afins. Adoção, para fins analíticos, da sincronia referente à segunda metade do século XX das variedades brasileira e europeia da língua portuguesa. Aplicação dos pressupostos teóricos da gramaticalização ao fenômeno estudado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1 PROCESSOS DE SUBORDINAÇÃO E COORDENAÇÃO	07
1.1. Na tradição gramatical	07
1.2. Na abordagem gerativista de Mateus <i>et alii</i> (2003)	15
1.3. Na abordagem funcionalista de Moura Neves (2000) e Decat (2001)	19
1.4. Na perspectiva de Bosque y Demonte (2004)	22
1.5. Em outras abordagens	30
2 CORRELAÇÃO	37
3 METACLASSE DOS CONECTIVOS	41
3.1. Conjunções	48
3.1.1. Conjunções integrantes	62
3.2. Pronomes e advérbios	73
3.3. Preposições, palavras denotativas e outros usos	82
3.4. Articuladores sintáticos	86
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	88
4.1. Funcionalismo Lingüístico	91
4.1.1. Gramaticalização	99
4.1.1. Gramaticalização de <i>como</i> – aspectos históricos	104
4.2. Teoria dos gêneros aplicada à sintaxe	107
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	112
6 ANÁLISE DOS DADOS	116
6.1. Construções aditivas	124

6.2. Construções comparativas	130
6.2.1. Construções comparativas hipotéticas	138
6.3. Construções conformativas	142
6.4. Construções causais	145
6.5. Construções modais	150
6.5.1. Em lexias variáveis	160
6.5.2. Com valor de exemplificação	161
6.5.3. Formas de recorrência semântica	165
6.5.4. Repetição enfática	168
6.5.5. Com valor modal atributivo/predicativo	169
6.5.6. Na interrogação modal direta e indireta	173
6.5.7. Nas expressões exclamativas	176
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo geral de textos pesquisados.

Tabela 2 – Total de ocorrências do como, em termos sintagmáticos.

Tabela 3 – Total de ocorrências do como quanto aos seus usos semânticos.

Tabela 4 – Ocorrências do como com valor aditivo.

Tabela 5 – Ocorrências do como em construções modais.

Quadro 1 – Definições de subordinação, segundo autores tradicionais.

Quadro 2 – Definições de coordenação, segundo autores tradicionais.

Quadro 3 – Relação de orações subordinadas e coordenadas, segundo a NGB.

Quadro 4 – Caracterização da subordinação e da coordenação, segundo Mateus *et alii* (2003).

Quadro 5 – Orações coordenadas, segundo a NGB e Mateus *et alii* (2003).

Quadro 6 – Orações subordinadas, segundo a NGB e Mateus *et alii* (2003).

Quadro 7 – Processos de estruturação sintática, segundo Azeredo (2000).

Quadro 8 – Tipos de orações coordenadas e subordinadas, segundo Azeredo (2000).

Quadro 9 – Classes de palavras, segundo a NGB.

Quadro 10 – Ocorrências do como e seus correlatos nas gramáticas tradicionais.

Quadro 11 – Definições de conjunções, segundo autores tradicionais.

Quadro 12 – Caracterização das conjunções subordinativas e coordenativas, segundo Azeredo (2000).

Quadro 13 – Diferenças entre conjunções e preposições.

Quadro 14 – Definições de pronomes e advérbios, segundo Rocha Lima (1999).

Quadro 15 – Ocorrências do como em *corpus* jornalístico.

Quadro 16 – Paradigma formal *versus* paradigma funcional.

Quadro 17 – Orações subordinadas segundo a tradição gramatical e Hopper & Traugott (1997).

Quadro 18 – Valores semânticos do *como* através dos séculos.

Quadro 19 – Diferenças entre orações comparativas, conformativas e modais.

INTRODUÇÃO

A pesquisa que ora apresentamos tem por objetivo analisar as realizações do *como* tanto em sua forma simples¹ quanto na correlata² e composta³, na linguagem padrão contemporânea das variedades brasileira e lusitana da língua portuguesa.

Nosso estudo se fará a partir de três gêneros textuais específicos - editorial, notícia e anúncio – na sincronia referente à segunda metade do século XX. Haverá a preocupação constante em realizar um trabalho de base qualitativa e funcional. Para isso, embasamos nossa visão analítica mormente em três autores: Ayora (1991), Moura Neves (2000) e Mateus *et alii* (2003), conforme poderemos verificar nos capítulos 5 e 6. A reunião dos postulados teóricos adotados por esses autores estabelecerá as diretrizes de nossa pesquisa, ou seja, fundamentará a análise dos usos e funções do *como* em suas diferentes realizações.

Ao analisarmos os compêndios gramaticais à nossa disposição, verificamos que a complexidade peculiar aos processos de articulação sintática leva numerosos estudiosos e teóricos a assumir freqüentemente uma postura conservadora, purista e, até mesmo, autoritária ao rejeitar novos usos e a preconizar apenas o que é mais clássico e, conseqüentemente, o que é menos discutível do ponto de vista de uma análise científica séria.

De fato, a discrepância entre o que preceituam as gramáticas normativas à disposição no mercado editorial brasileiro e a realidade lingüística que nos cerca torna-se cada vez mais patente à medida que envidamos esforços no sentido de descrever, efetivamente, a língua em uso, em suas mais diversas variedades. Entendemos, por isso, que para efetuarmos essa empresa, faz-se necessária a revisão dos conceitos de subordinação, coordenação e correlação, em diferentes abordagens teóricas, o que será feito nos capítulos 1 e 2.

A aparente digressão feita nesses dois capítulos justificar-se-á pelo fato de o *como* e seus correlatos poderem estar arrolados tanto na subordinação quanto na coordenação (e ainda na correlação, para alguns). Verificaremos que as abordagens são bastante diferentes e os enfoques bem diversos, o que nos obriga a tomar uma posição definida diante das diferentes taxinomias e teorias concernentes a elas.

Com relação aos conectivos elencados pelos compêndios gramaticais, a questão é similar. Geralmente, estão restritos a um mero tratamento classificatório, com vistas à sua

¹ Forma simples do *como*: formado por uma única partícula, o próprio *como*.

² Forma correlata do *como*: formado por duas partículas descontínuas – *tanto...como*, *tal...como* etc.

³ Forma composta do *como*: formado por duas partículas contínuas – *tal como*, *bem como* etc.

memorização passiva e mecanicista. O estudo desses conectivos, muitas vezes, restringe-se aos exercícios repetitivos de base comportamentalista e a conceituações nem sempre coerentes.

Freqüentemente, parte-se da classificação desses conectivos como indicadores do tipo de articulação sintática que se efetiva nas orações e no discurso. Essa visão analítica, como perceberemos, pode ser improdutiva e até inadequada. Propomos, nesta pesquisa, que a análise parta de um campo mais global de observação. Optaremos, por isso, pela adoção do termo *articulador sintático*, por ser de maior abrangência. Tal termo possibilita reunirmos num mesmo grupo os diferentes recursos lingüísticos capazes de estabelecer relações tanto no nível intraoracional quanto no interoracional.

Para que esse empreendimento seja possível, será necessária a revisão de diversos conceitos, alguns bastante contraditórios, no âmbito da morfossintaxe da língua portuguesa. Visto que o como sofre diversas classificações bastante distintas, é fundamental que analisemos cada item sintático que a ele faz referência. É o que perseguiremos, mais especificamente, no capítulo 3 deste trabalho.

Como falantes competentes da língua, não podemos alimentar a manutenção de dogmas tradicionais que, em vez de conceber os fatos lingüísticos como realidades dinâmicas, consideram-lhes como entidades permanentemente estáveis e impassíveis de mudança e variação. A visão de gramática como algo estático é altamente condenável do ponto de vista científico, à luz das recentes teorias lingüísticas. As mudanças e variações operam-se naturalmente em qualquer língua viva, o que comprova o seu caráter dinâmico.

Ao realizar uma análise diacrônica do como (de *quo* *modo*, do latim *quo* *modo*), Barreto (1999:74) percebeu que ele é um conectivo multifuncional, que assume prioritariamente a função de conjunção subordinativa causal, com o mesmo sentido de ‘visto que’. Segundo a autora, essa forma já ocorria no português arcaico, em posição interfrástica, introduzindo principalmente orações com verbos no indicativo e servia como conjunção comparativa, modal, final, temporal e como segundo termo de correlações comparativas (tanto... como ou assi... como) ou modais (como... assi e bem como... assi). Faz parte de nossos objetivos verificar se tais usos ainda encontram-se em voga ou não.

No capítulo 4, referente à fundamentação teórica, reuniremos as contribuições dos diversos autores e obras estudadas e caracterizaremos o Funcionalismo Lingüístico, em sua vertente norte-americana. Essa será a corrente teórica norteadora de nossa pesquisa.

Investigaremos o como sob o paradigma da gramaticalização, aliado aos princípios de Hopper (1991), com vistas a uma descrição mais coerente e adequada dos fatos gramaticais.

Sincronicamente, o como e seus correlatos⁴, como observaremos nos dados, continuam vigorosos na língua portuguesa e extrapolam os limites da subordinação adverbial. Há ocorrências dessa partícula também em sentenças simples e em estruturas paratáticas. Vejamos como a tradição gramatical⁵ costuma classificar algumas ocorrências do como:

- advérbio interrogativo de modo - em perguntas diretas e indiretas
(1) Como estás, menina?
(2) Não sei como consegui este resultado.
- pronome relativo: após os substantivos *modo* e *maneira*, sem pausa
(3) A maneira como se veste é elegante.
- advérbio de intensidade - quando se pode mudar para *quanto* ou *quão*
(4) Como brilham teus cabelos!
- conjunção subordinativa comparativa - vindo no segundo termo de uma comparação
(5) Era tão vermelho como sangue.
- conjunção subordinativa conformativa - equivale a conforme
(6) Era trabalhador, como disse o patrão

⁴ Utilizaremos a expressão “*como e seus correlatos*” para nos referirmos a todas as ocorrências do como, ou seja, em suas formas simples, composta e correlata.

⁵ A classificação abaixo será reconfigurada à medida que desenvolvermos as reflexões constantes nesta pesquisa. O exemplário é fornecido por autores normativistas diversos.

- conjunção subordinativa causal

(7) Como tivesse chovido muito, a terra estava molhada.

- conjunção coordenativa aditiva (em correlação com *tanto* ou *não só*):

(8) Fernando tanto se diverte como estuda.

- substantivo próprio - significando divindade mitológica ou nome de lugar

(9) Como presidia às festas noturnas.

(10) Como é a terra natal de meus ancestrais.

- substantivo comum

(11) Este como é uma preposição

- verbo comer

(12) Como muito bem.

- interjeição

(13) Como! Ainda não te arrumaste?

- preposição accidental - quando quer dizer *na qualidade de*

(14) Como deputado tenho direito de falar.

(15) Atuava como árbitro.

- palavra explicativa ou denotativa

(16) O estabelecimento vende muitos objetos, como: portas, janelas, piso.

De maneira a delimitar nosso campo de investigação, privilegiaremos, numa análise mais detalhada, a ocorrência do item pesquisado nas construções aditivas, causais, comparativas, conformativas e modais. Como veremos, o tratamento dado pelos autores, ao assunto, ainda não é consensual. Inclusive, algumas abordagens, como a de Mateus *et alii* (2003), preferem tratar as construções supracitadas em blocos diferentes, extraindo da subordinação adverbial as orações comparativas e conformativas, como também fazem outros autores.

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, questionamos a validade de se considerar – como fazem as gramáticas tradicionais – a língua literária como fonte de documentação da modalidade escrita padrão. Na verdade, cremos que a literatura revela um uso específico da linguagem, de base estética. Apoiamo-nos, portanto, em textos jornalísticos, extraídos de um *corpus* disponível na Internet, o VARPORT.

O VARPORT pode ser definido como um projeto de análise contrastiva de variedades do Português. Partindo do princípio de que objetivamos um trabalho de caráter prático e funcional, o *corpus* analisado deveria ser considerado material autêntico, ou seja, necessariamente os textos analisados deveriam encontrar circulação efetiva nas sociedades brasileira e portuguesa. Por isso, elegemos esse banco de dados.

Ainda no capítulo 4, os gêneros textuais *editorial*, *anúncio* e *notícia* serão caracterizados em linhas gerais. Essa etapa será indispensável, já que entendemos o estudo da sintaxe como algo que deve partir dos usos reais. Entendemos que os gêneros textuais em circulação na sociedade são os meios mais plausíveis para espelhar a nossa realidade lingüística.

No capítulo 5, faremos a exposição da metodologia adotada e procederemos logo em seguida à análise do *corpus*, interpretando e classificando as ocorrências do como em nossos dados, no capítulo seguinte. Então teremos chegado ao final de nosso trabalho, rumo às considerações finais.

Apesar de nossa pesquisa não se caracterizar por uma perspectiva essencialmente diacrônica, consideramos que as informações de ordem histórica deverão obrigatoriamente permear nossa análise. Para isso, analisaremos os usos do como em consonância com as

contribuições de Barreto (1999), cujo escopo de pesquisa privilegiou o aspecto histórico dos fenômenos lingüísticos.

Traçamos como hipótese principal a idéia de que o como abarca uma série de usos diferenciados no âmbito da sintaxe do Português. Além de ser um termo altamente polissêmico, acreditamos que esse articulador apresenta-se ainda vigoroso e produtivo tanto na variedade brasileira quanto européia da nossa língua portuguesa.

Sem a pretensão de concluirmos definitivamente as discussões acerca do assunto, pretendemos ao final ter contribuído um pouco mais com os estudos de base descritiva em Língua Portuguesa e ter alcançado os objetivos propostos nessa introdução.

1. PROCESSOS DE SUBORDINAÇÃO E COORDENAÇÃO

O estudo de qualquer articulador sintático⁶, como não poderia ser diferente, deve levar em conta os conceitos de coordenação e subordinação, tanto do ponto de vista sintático como do ponto de vista semântico, já que estes são os dois processos de estruturação oracional mais conhecidos e produtivos em língua portuguesa.

Como ficou exposto na introdução, os gramáticos e lingüistas ainda não chegaram a um acordo satisfatório acerca dos conceitos e particularidades envolvendo esses dois processos. As divergências são numerosas e o tratamento dado ao assunto, por vezes, ainda é bastante heterogêneo, tanto nas abordagens tradicionais quanto nas mais modernas.

As discussões em torno da justaposição e da correlação são ainda mais polêmicas, já que ambas não são reconhecidas como processos distintos de estruturação sintática na Nomenclatura Gramatical Brasileira, consagrada pela Portaria Ministerial nº 36, de 28/01/1959. São poucos os autores que defendem esses processos como distintos da subordinação e da coordenação, como veremos no capítulo seguinte.

Não é nosso objetivo esgotar esse assunto nem tampouco chegar a uma conclusão definitiva neste trabalho, entretanto, entendemos que essa discussão é de grande importância para um melhor entendimento do articulador sintático como, conforme o seria para qualquer outro tipo de conector.

1.1. Na tradição gramatical

Nesta seção, realizaremos um trabalho de base crítica e comparativa do tratamento dado aos processos de estruturação sintática, na tentativa de revelarmos pontos de convergência e divergência entre as várias obras tradicionais. Privilegiaremos as gramáticas de Bechara (1999), Cunha & Cintra (2001), Rocha Lima (1999), Luft (2000), Melo (1978), Almeida (2004), Ribeiro (2004), Bueno (1963), Said Ali (1966) e Kury (2003), por representarem ainda, nos dias de hoje, grande influência nos estudos do vernáculo.

Vejamos o que tais autores nos dizem sobre os principais processos de estruturação sintática, no quadro a seguir:

⁶ A conceituação de *articulador sintático*, como está na introdução, será feita no capítulo 3 desta pesquisa.

Quadro 1 – Definições de subordinação, segundo autores tradicionais.

SUBORDINAÇÃO	
Bechara (1999:47)	“A hipotaxe é a propriedade oposta à hipertaxe: consiste na possibilidade de uma unidade correspondente a um estrato superior poder funcionar num estrato inferior, ou em estratos inferiores. É o caso de uma oração passar a funcionar como ‘membro’ de outra oração, particularidade muito conhecida em gramática”
Cunha & Cintra (2001:594)	Orações subordinadas são “orações sem autonomia gramatical, isto é, funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração”.
Rocha Lima (1999:261-2)	“No período composto por subordinação, há uma oração principal, que traz presa a si, como dependente, outra ou outras. Dependentes, porque cada uma tem seu papel como um dos termos da oração principal.”
Luft (2000:48.53)	“Subordinada é aquela que depende de uma principal. É uma oração regida por outra, ou por um termo desta. (...) Onde há uma oração subordinada há também uma principal; são termos correlativos: não há principal sem subordinada, nem subordinada sem principal”.
Melo (1978:148-149)	“Subordinação é a relação de dependência entre as funções sintáticas. Em toda oração normalmente constituída há necessariamente pelo menos um elo subordinativo, o que prende ao sujeito o predicado. (...) Oração subordinada é aquela que exerce em outra uma função ou subfunção, e que por isso não tem autonomia, não vale por si, é parte de outra oração, chamada <i>principal</i> ”.
Almeida (2004:524)	“ <i>Oração subordinada</i> é a que completa o sentido de outra de que depende, chamada <i>principal</i> , à qual se prende por conjunções subordinativas ou pelas formas nominais do verbo”.
Ribeiro (2004:308)	“Oração subordinada é a que desempenha o papel de termo de uma oração principal”

Bueno (1963:140)	“Se no período lógico, uma oração não pode ser separada de outra porque ficará incompleta em sua significação, haverá orações <i>subordinadas</i> ”.
Said Ali (1966:130)	“A <i>combinação subordinativa</i> consta de uma oração principal e uma ou mais secundárias ou subordinadas. Orações secundárias são desdobramentos do sujeito, do complemento ou dos determinantes atributivos ou adverbiais em novas orações”.
Kury (2003:63)	“O período se diz composto por subordinação quando há nele uma oração principal e uma ou mais subordinadas, isto é, dependentes dela. Pode também haver orações subordinadas não a uma principal, mas a um vocativo”.

Quadro 2 – Definições de coordenação, segundo autores tradicionais.

COORDENAÇÃO	
Bechara (1999:48)	“Consiste a parataxe na propriedade mediante a qual duas ou mais unidades de um mesmo estrato funcional podem combinar-se nesse mesmo nível para constituir, no mesmo estrato, uma nova unidade suscetível de contrair relações sintagmáticas próprias das unidades simples deste estrato. Portanto, o que caracteriza a parataxe é a circunstância de que unidades combinadas são equivalentes do ponto de vista gramatical, isto é, uma não determina a outra, de modo que a unidade resultante da combinação é também gramaticalmente equivalente às unidades combinadas. Não sobem a estrato de estruturação superior.”
Cunha & Cintra (2001:593-4)	Segundo palavras de Cunha & Cintra, as orações coordenadas são estruturas da mesma natureza, autônomas, independentes, isto é, cada uma tem sentido próprio. Elas não funcionam como termos de outra oração, nem a eles se referem: apenas uma pode enriquecer com o seu sentido a <i>totalidade</i> da outra.

Rocha Lima (1999:260)	“Comunicação de um pensamento em sua integridade, pela sucessão de orações gramaticalmente independentes – eis o que constitui o período composto por coordenação.”
Luft (2000:47.51)	“Coordenadas são as orações de igual função, ligadas entre si por meio de conjunções coordenativas, ou por justaposição (<i>assíndeton</i>) na expressão daquelas. (...) As orações do período ‘composto por coordenação’, independentes, levam o nome de coordenadas”.
Melo (1978:146-147)	“ <i>Coordenação</i> é o paralelismo de funções ou valores sintáticos idênticos. <i>Oração coordenada</i> é a que está posta ao lado de outra, de igual natureza e igual função”.
Almeida (2004:523)	“ <i>Oração coordenada</i> é a que vem ligada a outra de igual função, ou seja, as coordenadas entre si podem estar quer independentes, quer subordinadas, quer principais”.
Ribeiro (2004:307)	“Na coordenação, ocorre uma independência sintática: cada oração coordenada tem seus próprios termos. Coordenação é a seqüência de orações em que uma não exerce função sintática de outra”.
Bueno (1963:140)	“Quando ambas as proposições exercem a mesma função no período, de tal modo que uma pode ser separada de outra, mantendo a sua perfeita significação, serão <i>coordenadas</i> ”.
Said Ali (1966:130)	“A <i>combinação coordenativa</i> é formada de uma oração inicial e uma ou mais orações seqüentes ou coordenadas que se caracterizam por alguma das partículas <i>e, mas, ou, portanto, logo, porquanto, etc.</i> ”
Kury (2003:62)	“Se todas as orações de um período são independentes, isto é, têm sentido por si mesmas, e poderiam, por isso, constituir cada uma um período, o período se diz composto por coordenação”.

Como podemos verificar, apesar das diversas semelhanças, as definições dadas aos processos de subordinação e coordenação variam substancialmente. Por exemplo, Kury

(2003) é o único gramático a vislumbrar a possibilidade de haver subordinação de uma oração a um vocativo. Outros preferem não definir, mas apenas caracterizar os processos. Uns preferem destacar o caráter independente das coordenadas; outros, falam em seqüências de mesmo nível. Enfim, as divergências são consideráveis.

A coordenação e a subordinação são os dois processos de estruturação sintática consagrados pela Nomenclatura Gramatical Brasileira em vigor e enfocados pela maioria dos gramáticos de orientação tradicional. Entretanto, a citada NGB só apresenta as palavras *coordenação* e *subordinação* a partir do item relativo ao período composto. Carone (2003:16) observou esse fato:

“Ao tratar dos termos da oração, tais palavras (subordinação e coordenação) não são mencionadas, o que pode induzir à conclusão de que esses mecanismos sintáticos não operam em nível inferior ao período composto; isto é, eles não ocorreriam dentro da oração”.

Segundo Carone (2003), essa orientação oficial pode levar estudantes e pesquisadores da língua ao falso pressuposto de que esses processos não operariam no nível do período simples, o que parece ser falso. Na formação dos sintagmas, por exemplo, a articulação das palavras se dá justamente graças à conexão sintática – que vem a ser a própria subordinação. Bechara (1999:47), ao falar na hipotaxe, é um dos poucos autores tradicionais que reconhecem essa propriedade. Vejamos:

“O importante é (...) verificar que este tipo de propriedade (...) tem uma aplicação mais extensa. Em princípio, toda unidade superior ao estrato do monema pode ser subordinado. Um texto inteiro pode funcionar como uma oração num outro texto (...)”

Perini (2000:131) também defende posição análoga à de Carone (2003) ao afirmar que tanto a subordinação quanto a coordenação podem ser aplicadas no âmbito do tradicional período simples. Vejamos alguns exemplos do autor, aqui adaptados:

(17) Pedro e Simão são jovens trabalhadores.

- (18) Antônio viu **e** venceu a guerra.
- (19) Ele fez tudo demorada **e** pacientemente.
- (20) A filha do **vizinho** é bonita.

Segundo Perini (2000), nas frases (17), (18) e (19), temos casos de coordenação⁷ de núcleos do sujeito, de verbos e de advérbios, respectivamente. Já na frase (20), o SN “o vizinho” está em relação de subordinação com o SN maior⁸ (“A filha do vizinho”). Assim, segundo o autor, tanto a ocorrência da subordinação quanto da coordenação são possíveis também no nível intraoracional.

Outro ponto em particular nos chama a atenção: de um modo geral, as gramáticas tradicionais preceituam que a subordinação é definida em termos de dependência sintática, já que a oração subordinada consiste em um termo que exerce função na principal; e semântica, porque a subordinada não tem sentido completo sem a principal. As orações coordenadas, por outro lado, são definidas como independentes, porque possuem sentido completo e não constituem um termo da oração a que se ligam.

Os critérios semântico e sintático estão presentes na maioria das definições apresentadas, juntamente com o conceito de dependência, mas não são bem definidos, gerando incompreensões e falta de clareza nas exposições teóricas. Os problemas, assim, começam desde as definições, apresentadas introdutoriamente nos compêndios tradicionais.

A flutuação entre os critérios semântico e sintático, tanto no âmbito das definições quanto no das tipologias apresentadas, de fato, também é extremamente nociva, pois se verifica muitas vezes essa tendência sem o cuidado com uma explicitação mais cuidadosa.

Essa heterogeneidade evidencia a carência de uma posição precisa por parte dos gramáticos de orientação tradicional e dificulta uma análise gramatical criteriosa. Aliás, essa postura inadequada é adotada, inclusive, por muitos teóricos contemporâneos, como Henriques (2003:94):

⁷ No capítulo 3 desta pesquisa, há mais informações sobre a coordenação de elementos intraoracionais, estabelecidas tanto pelas preposições quanto pelas conjunções, como tradicionalmente são conhecidos esses conectivos.

⁸ Outros autores assumem posição distinta da de Perini (2000). Por exemplo, assim se expressa Azeredo (2003:52): “Tradicionalmente se fala em subordinação do objeto ao verbo ou do adjunto adnominal (determinante ou modificador) ao núcleo substantivo. Na verdade, a relação entre esses elementos é de *regência* e não de subordinação. O verbo ‘rege’ seu objeto, o substantivo ‘rege’ seus determinantes e modificadores. Pensamos ser mais conveniente falar em subordinação do objeto, não ao verbo que o rege, mas ao conjunto a que verbo e objeto pertencem: o SV predicado”.

“As orações se relacionam (duas a duas) por dependência ou independência sintática. São independentes as coordenadas e dependentes as subordinadas”

Assim, a distinção apresentada pelas gramáticas tradicionais revela incongruências, confunde critérios e é contestada por alguns especialistas de postura menos ortodoxa como Garcia (1967:22-23), que demonstra haver entre coordenação e subordinação limites muito tênues. Vejamos:

“Dependência semântica mais que do que sintática observa-se também na coordenação, salvo, apenas, talvez, no que diz respeito às conjunções ‘e’, ‘ou’ e ‘nem’. Que independência existe, por exemplo, nas orações ‘portanto, não sairemos?’ e ‘mas ninguém o encontrou?’ Independência significa autonomia, autonomia não apenas de função mas também de sentido. (...) Quando se diz que as orações coordenadas são da mesma natureza, cumpre indagar: que natureza? Lógica ou gramatical? As conjunções coordenativas que expressam motivo, consequência e conclusão (pois, porque, portanto) legitimamente não ligam orações de mesma natureza, tanto é certo que a que vem por qualquer delas encabeçada não goza de autonomia sintática. O máximo que se poderá dizer é que essas orações de ‘pois’, ‘porque’ (dita explicativa) e ‘portanto’ são limítrofes da subordinação. Em suma: coordenação gramatical mas subordinação psicológica”

Apesar de Garcia (1967) também não definir claramente os conceitos de coordenação e subordinação, tratando-os de forma relativamente subjetiva, lança questionamentos muito válidos no que tange a esse dois processos de estruturação sintática.

Azeredo (2003:50-51), ao abordar os conceitos de subordinação e coordenação, também corrobora a posição de Garcia (1967), ao enfatizar a sutileza muitas vezes existente na diferença entre esses dois processos. Além disso, o autor enfatiza a necessidade de diferenciarmos uma conceituação de base semântica de outra de base sintática. Vejamos:

“Subordinação e coordenação não correspondem sempre a conceitos muito claros e inconfundíveis. Tradicionalmente, é comum identificar unidades coordenadas com unidades independentes e unidades subordinadas com unidades dependentes. Esta identificação nada esclarece até que se defina a natureza

dessa dependência, que para uns é puramente sintática, mas para outros deve dizer respeito antes ao sentido”.

Pelo exposto, podemos concluir que identificar coordenação como independência de elementos e subordinação como dependência de um elemento a outro – como tradicionalmente se faz – gera equívocos e imprecisões de ordem teórica, já que o conceito de dependência é contraditório e ainda muito mal definido.

O próprio histórico de constituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira revela as incongruências aqui apontadas. Durante a elaboração da NGB, houve inúmeras divergências que oscilavam de um extremo a outro. Segundo Chediak (1960), que contemplou as discussões desde a gênese dos estudos até a promulgação final, nossa NGB nasceu sob a égide da discordância, cujo produto reduz-se a um emaranhado de conceitos desconexos e profundas contrariedades.

Quanto à tipologia das orações subordinadas e coordenadas, há uma identificação quase total entre os teóricos, com algumas poucas exceções. Como esse não é o foco do nosso trabalho, por ora, limitamo-nos a apresentar as classificações das orações segundo a NGB, que serve de matriz para a produção de nossas gramáticas normativas:

Quadro 3 – Relação de orações subordinadas e coordenadas, segundo a NGB.

PERÍODO COMPOSTO POR SUBORDINAÇÃO	
SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	1. Subjetivas 2. Predicativas 3. Objetivas diretas 4. Objetivas indiretas 5. Completivas nominais 6. Apositivas
SUBORDINADAS ADJETIVAS	1. Restritivas 2. Explicativas
SUBORDINADAS ADVERBIAIS	1. Finais 2. Concessivas 3. Comparativas 4. Proporcionais 5. Temporais 6. Condicionais 7. Concessivas 8. Causais 9. Consecutivas

PERÍODO COMPOSTO POR COORDENAÇÃO	
COORDENADAS ASSINDÉTICAS	
COORDENADAS SINDÉTICAS	1. Aditivas 2. Adversativas 3. Alternativas 4. Conclusivas 5. Explicativas

Como vemos, a NGB, que pode ser considerada a “alma” de toda gramática de orientação tradicional, não contemplou a justaposição e a correlação como processos distintos de estruturação sintática. Também não arrolou as orações modais, locativas e agentivas (da passiva), postura seguida por quase todos os teóricos de base tradicional.

1.2. Na abordagem gerativista de Mateus *et alii* (2003)

Mateus *et alii* (2003) trazem inovações significativas para os estudos descritivos em língua portuguesa. As autoras conferem tratamento diferenciado ao assunto ao propor três grandes processos de estruturação sintática: coordenação, subordinação e aposição.

Quanto aos dois primeiros, podemos traçar um pequeno quadro comparativo com as suas características principais:

Quadro 4 – Caracterização da subordinação e da coordenação, segundo Mateus *et alii* (2003).

<i>SUBORDINAÇÃO</i>	<i>COORDENAÇÃO</i>
Opera sobre unidades oracionais frásicas.	Pode ter por domínio de aplicação todos os tipos de categoria sintática.
A oração subordinada desempenha sempre na subordinante uma função sintática e uma função temática.	Ambos os termos coordenados desempenham a mesma função sintática e a mesma função semântica.
Na subordinação, há maior mobilidade de constituintes.	Na coordenação, há pouca mobilidade de constituintes (também em estruturas não-frásicas).

Segundo as autoras, as orações coordenadas são caracterizadas por construções que combinam constituintes de mesmo nível categorial – sintagmas ou frases. Diferenciam-se da subordinação, sobretudo em termos formais, já que uma coordenada não desempenha função sintática, nem função temática em relação à outra.

A coordenação serviria, portanto, como um mecanismo gerador recursivo, por meio do qual se combinam constituintes ou partes de constituintes. No âmbito da sentença complexa, as orações são consideradas estruturalmente independentes, ou seja, não são encaixadas no lugar de um dos constituintes de outra, como ocorre com as chamadas subordinadas substantivas (ou subordinadas completivas, como as autoras preferem denominá-las). Vejamos o quadro comparativo abaixo⁹:

Quadro 5 – Orações coordenadas, segundo a NGB e Mateus *et alii* (2003).

COORDENADAS SINDÉTICAS	
NGB	MATEUS <i>et alii</i> (2003)
Aditivas Alternativas Adversativas Explicativas Conclusivas	por conjunções: Copulativas ou aditivas Disjuntivas ou alternativas Contrajuntivas ou adversativas
	por conectores: Explicativas Conclusivas Contrastivas

A subordinação, por outro lado, é caracterizada dentro de uma complexidade maior, já que envolve quatro relações distintas. A proposta de Mateus *et alii* (2003), portanto, é bastante inovadora em relação às propostas dos nossos gramáticos brasileiros que, com raras exceções, seguem a NGB irrestritamente. Vejamos os tipos de oração e, logo em seguida, um quadro comparativo¹⁰:

⁹ Quadro organizado pelas Professoras Filomena Varejão (UFRJ) e Violeta Rodrigues (UFRJ).

¹⁰ O quadro 6 foi criada pela Professora Maria Eugênia Lamoglia Duarte e adaptada para esta pesquisa.

- I. **subordinada completiva** – é um dos grandes tipos de subordinação, caracterizável pelo fato de a frase subordinada constituir um argumento de um dos núcleos lexicais da frase superior, tendo, por isso, uma distribuição aproximada da das expressões nominais;

- II. **orações relativas** – são as orações subordinadas iniciadas pelos tradicionalmente designados “pronomes”, “advérbios” ou “adjetivos relativos”. Na sua modalidade mais típica, as relativas são formas de modificação de uma expressão nominal antecedente, mas podem ser igualmente uma forma de modificação de uma outra oração. Existem também relativas sem antecedente exposto, as chamadas relativas livres.

- III. **Subordinação adverbial** – construções em que a subordinada não é um argumento do predicado da principal. Incluem prototipicamente as seguintes orações: condicionais, causais, finais, concessivas e temporais.

- IV. **Construções de graduação e comparação** – envolvem proposições que, de diferentes modos, estão relacionadas com a expressão de grau. Incluem as seguintes orações: comparativas, consecutivas, conformativas e proporcionais.

Quadro 6 – Orações subordinadas, segundo a NGB e Mateus *et alii* (2003)

ORAÇÕES SUBORDINADAS	
NGB	MATEUS <i>et alii</i> (2003)
<i>SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS</i>	<i>SUBORDINAÇÃO COMPLETIVA</i>
Subjetiva Predicativa Objetiva direta Objetiva indireta Completiva nominal Apositiva	Verbal (em SN e em SV) Adjetival Nominal

<i>SUBORDINADAS ADJETIVAS</i>	<i>SUBORDINAÇÃO RELATIVA</i>
Restritivas Explicativas	Restritivas Apositivas
<i>SUBORDINADAS ADVERBIAIS</i>	<i>SUBORDINAÇÃO ADVERBIAL</i>
Causais Condicionais Concessivas Finais Temporais Conformativas Comparativas Consecutivas Proporcionais	Condicionais Causais Finais Concessivas Temporais
	<i>CONSTRUÇÕES DE GRADUAÇÃO E COMPARAÇÃO</i>
	Comparativas Consecutivas Conformativas Proporcionais

Apesar de determinarem a diferença entre os dois principais processos de estruturação sintática, as autoras (2003:555), à maneira de Garcia (1967) e Azeredo (2003), também reconhecem que “a distinção entre subordinação e coordenação nem sempre é fácil de estabelecer. Há construções que estão na fronteira entre uma e outra”.

Mateus *et alii* (2003) notaram em seus estudos que muitas vezes percebe-se nas sentenças complexas um valor semântico de subordinação com comportamento formal de coordenação. A esses casos, as autoras chamam *coordenações assimétricas*. Vejamos alguns exemplos dados pelas próprias autoras:

(21) Não comes a sopa e não te levo ao cinema!

(22) Está um dia quente mas a criança tem frio.

(21') Se não comeres a sopa, não te levo ao cinema!

(22') Embora esteja um dia quente, a criança tem frio.

Apesar do seu valor semântico de subordinação, as frases (21) e (22) devem ser consideradas como casos de coordenação, segundo Mateus *et alii* (2003), pelos seguintes motivos:

1º - nenhum dos seus membros exibe a mobilidade característica das estruturas subordinadas correspondentes;

2º - os membros coordenados podem tipicamente ocorrer com autonomia em fragmentos discursivos distintos, sem serem necessariamente interpretados como envolvendo o concurso de dois locutores distintos para a realização concertada de uma única frase complexa formada por coordenação.

Em suma, Mateus *et alii* (2003:557) concluem que “a distinção entre coordenação e subordinação é sobretudo de ordem formal e não semântica”. E acrescentam que “a coordenação distingue-se igualmente da aposição, um processo que consiste em justapor a sintagmas ou frases outros sintagmas e frases, materializando-se a conexão entre essas unidades através da utilização de pausas e de uma entoação específica”.

Como já afirmamos, a proposta de Mateus *et alii* (2003) é bastante inovadora. A classificação das autoras avança em relação às demais, entre vários motivos, porque concebe o não encaixamento sintático de algumas orações adverbiais e o nexos semântico de algumas coordenadas, além de verificar que os processos de subordinação e coordenação nem sempre são bem delimitados, diante de uma análise sintática criteriosa e coerente.

1.3. Na abordagem funcionalista de Moura Neves (2000) e Decat (2001)

Moura Neves (2000) organiza sua gramática, partindo dos próprios itens lexicais e gramaticais da língua portuguesa. Sua abordagem toma por base a língua em uso, princípio básico de todas as vertentes da teoria funcionalista.

A autora costuma partir das conjunções (e de outros articuladores sintáticos), classificando-os e analisando-os, de acordo com as diversas construções que os instanciam, tanto subordinadas quanto coordenadas.

Podemos afirmar, com segurança, que Moura Neves (2000) também traz contribuições inovadoras para o estudo da subordinação e da coordenação. Vejamos uma observação bastante interessante quanto ao âmbito da hipotaxe (2000:24):

“a complementação e a adjunção podem fazer-se com orações, introduzidas por conjunções integrantes e por pronomes relativos, respectivamente, elementos que as transformam em termos ou em partes de termos da predicação matriz, compondo enunciados complexos”.

Nessa citação, a autora caracterizou brevemente as orações subordinadas substantivas e as subordinadas adjetivas, como estruturas de *complementação* e de *adjunção*, respectivamente.

Apesar de manter a taxionomia tradicional que distingue as conjunções integrantes dos pronomes relativos (com ressalvas, como veremos adiante), essa asserção é inovadora em relação às outras abordagens, pois estabelece uma clara distinção de caráter sintático entre dois tipos diferentes de subordinação. Mais adiante, a autora (2000:601) acrescenta a idéia de *junção*:

“a junção concerne às relações entre satélites adverbiais e seus núcleos (que são relações como as de tempo e de causa, por exemplo) se representa não apenas no uso das preposições, mas também no uso de algumas conjunções tradicionalmente designadas como *de subordinação*, denominação aqui mantida para facilidade de consulta. Essa denominação, entretanto, pode refletir uma ignorância do estatuto que possuem as orações que são satélites adverbiais, em oposição às orações tradicionalmente denominadas *substantivas* e a algumas das *adjetivas*”.

Segundo Moura Neves (2000:601), a junção é operada pelas palavras pertencentes à esfera das relações e dos processos, cuja função é indicar o modo pelo qual se conectam as porções textuais que se sucedem. Na definição acima, a autora apresenta o conceito de

subordinação adverbial, como tradicionalmente conhecemos esse processo de estruturação sintática. E acrescenta que as relações entre uma oração nuclear e uma oração adverbial devem ser vistas como análogas às relações retóricas que constroem os textos.

Por fim, a autora (2000:602), ainda no capítulo referente à *junção*, apresenta o conceito de *coordenadores*, que está ligado à idéia de seqüenciação e em cotejo com a subordinação adverbial. Vejamos:

“O uso dos coordenadores, que são seqüenciadores (...), constitui uma evidência da dimensão textual do funcionamento dos itens gramaticais. Possuindo efeito de progressão textual, um elemento como *mas*, por exemplo, se distingue de elementos de significado semelhante, como *todavia* e *no entanto*, que constituem, em si mesmos, satélites adverbiais, e que, além disso, têm caráter fórico, fazendo retomada de alguma porção anterior do texto (= apesar disso)”

Por ora, não comentaremos as classificações dadas por Moura Neves (2000) para as diversas relações intersentenciais. Suas contribuições servirão como base para a fundamentação teórica desta pesquisa, aliada à perspectiva de Mateus *et alii* (2003) e Ayora (1991), como já afirmamos previamente.

Cabe, neste momento, comentarmos brevemente as contribuições de outra autora funcionalista, que também propõe uma alternativa à descrição tradicional das orações complexas. Trata-se da abordagem de Decat (2001).

Decat (2001), também seguidora dos pressupostos teóricos defendidos pelo Funcionalismo, apresenta uma classificação diversa das demais ao descrever o fenômeno da articulação hipotática. Segundo a autora, não existe um fenômeno único de subordinação. Aliás, segundo sua visão, esse processo de estruturação sintática pode ser dividido em dois grandes grupos:

- I. **Estruturas de encaixamento** – cláusulas que se integram estruturalmente em outra, cuja dependência tem a ver com os fatos da língua, sendo determinada pela escolha do item lexical com o qual a cláusula está em *constituência* no desempenho de um papel gramatical. Nesse primeiro tipo enquadram-se as cláusulas-complemento (as tradicionais substantivas) e as adjetivas restritivas.

II. Estruturas de hipotaxe – São cláusulas independentes, que não estão sujeitas a uma integração sintática estrutural. Têm a ver com o aspecto organizacional do discurso. Incluem as cláusulas adverbiais (desde que não sejam argumento do verbo), as participiais (reduzidas de particípio) e as adjetivas não-restritivas (apositivas).

A abordagem de Decat (2001) considera as relações entre orações tendo em vista o contexto discursivo em que as cláusulas se inserem, por isso, a autora abandona noções como “dependência” ou “subordinação”.

Ao perseguir uma linha semântico-funcional, Decat (2001) assevera que a combinação hipotática de cláusulas é determinada pelo tipo de proposição relacional que emerge dessa articulação. A autora acrescenta, ainda, que são várias as funções características das adverbiais: avaliadora, guiadora, anafórica, reparadora, resumitiva, de adendo e de fundo.

Quanto à organização sequencial das cláusulas hipotáticas (anteposição ou posposição), Decat (2001) afirma que esta é determinada tanto pelo tipo de proposição relacional quanto pela função discursiva emergente das sentenças. Essa é uma observação importante, já que a maioria dos compêndios tradicionais não faz qualquer observação acerca da posição do termo (ou oração) subordinado, e quando o fazem, não explicitam os motivos para uma determinada tendência (de anteposição ou posposição).

1.4. Na perspectiva de Bosque y Demonte (2004)

Segundo Bosque y Demonte (2004), as noções de hipotaxe e parataxe, tanto na área do discurso quanto na da oração, são de suma importância, pois servem como instrumentos para conferir coesão aos textos. Essas duas palavras, provenientes da língua grega, podem assim ser decompostas:

PARATAXE	<i>pará</i> = ao lado	<i>táxis</i> = ordem, disposição
HIPOTAXE	<i>hypó</i> = debaixo, embaixo, sob	

Em linhas gerais, a partir do quadro anterior, podemos entender o termo parataxe como uma ordenação de mesmo nível, e a hipotaxe, como uma ordenação hierárquica. De fato, assim é como a maioria dos autores interpreta esses dois conceitos. Vejamos o esquema:

PARATAXE	HIPOTAXE
A - B	A B

Bosque y Demonte (2004) corroboram esse ponto de vista, mas ressaltam que seria mais apropriado associar os conceitos de parataxe e hipotaxe a realidades mais específicas, ou seja, apenas ao nível da estruturação interoracional¹¹. Assim, teríamos o seguinte esquema abaixo:

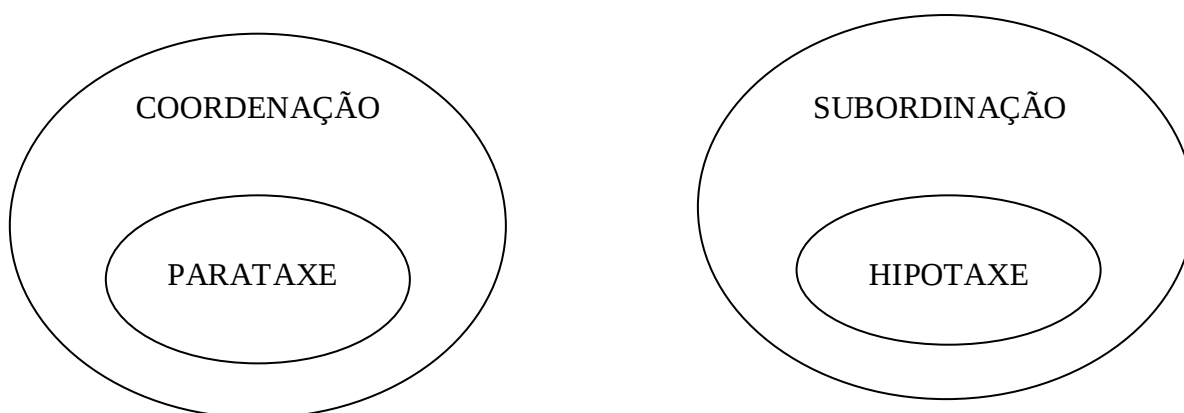
PARATAXE	União de orações
HIPOTAXE	
COORDENAÇÃO	União tanto de frases ¹² como de orações
SUBORDINAÇÃO	

Ou, para ficar mais claro, poderíamos propor outro esquema para espelhar a visão dos autores, já que os termos parataxe e hipotaxe devem ser considerados subconjuntos da

¹¹ O nível interoracional, como aqui é referido, prevê a união de orações subordinadas e coordenadas à sua matriz ou oração principal (como tradicionalmente é conhecida na subordinação) e oração assindética (como é conhecida na coordenação).

¹² Bosque y Demonte (2004) entendem por frase o termo equivalente a sintagma suboracional, como o define Camara Jr. (1981:223), ou seja, termo “correspondente a uma parte da oração, como sujeito, predicado, complemento”.

coordenação e subordinação, estes últimos entendidos como processos mais amplos de estruturação sintática:



Vejamos alguns exemplos dados pelos próprios autores:

(23) *Juan y María se casaron en otono.*

(João e Maria casaram-se no outono). → *Coordenação.*

(24) *Juan vive en Madrid y María trabaja en Barcelona.*

(João vive em Madri e Maria trabalha em Barcelona). → *Coordenação ou Parataxe.*

No exemplo (23), temos um sujeito coordenado, mas não seria conveniente considerá-lo sujeito paratático, uma vez que os termos coordenados estão no nível de uma única oração. Já a partir do exemplo (24), podemos afirmar que temos duas orações coordenadas ou duas orações unidas por parataxe, já que o fenômeno de estruturação sintática se dá num nível interoracional. Assim, concluímos que os termos coordenação e subordinação devem estar associados a contextos de maior amplitude sintática, por serem caracteristicamente mais genéricos.

Entretanto, apesar de Bosque y Demonte (2004) precisarem bem a diferença entre os termos gregos (parataxe e hipotaxe) e os termos latinos (coordenação e subordinação), os mesmos reconhecem que o assunto focado é muito mais complexo do que parece, além de apresentar outros matizes. Vejamos:

“O reconhecimento da diferença que existe entre a parataxe e a hipotaxe (como também de seu correlato mais amplo: coordenação e subordinação) não está isento de problemas, e a sinonímia imperfeita entre os termos gregos e latinos reflete ainda mais essa situação. Dados dois elementos A e B, sejam frases ou orações, em que nos baseamos para assegurar que A e B estão no mesmo nível ou, ao contrário, que B está sob A ou dominado por A? Os gramáticos costumam dizer que quando dois termos estão unidos por coordenação, qualquer um deles resulta prescindível, mas, quando estão unidos por subordinação, dita supressão potencial é impensável”¹³.

De fato, o critério estabelecido pelos gramáticos, ou seja, o da prescindibilidade, pode ser válido para um grande número de casos. Vejamos alguns exemplos adaptados dos próprios autores:

(25) Os estudantes lêem Freud e Kafka. → *Coordenação*.

(26) Os antúrios nascem na selva e os cactos crescem no deserto. → *Coordenação ou Parataxe*.

(27) Meu primo deseja uma moto. → *Subordinação*.

(28) Meu primo deseja que lhe comprem uma moto. → *Subordinação ou Hipotaxe*

Segundo a análise desenvolvida por alguns gramáticos e apresentada por Bosque y Demonte (2004), o exemplo (25) admitiria, sem problemas, os seguintes desdobramentos:

a) “Os estudantes lêem Freud”.

b) “Os estudantes lêem Kafka”.

Como também seria possível, em relação ao período (26), lermos:

a) “Os antúrios nascem na selva”.

¹³ “El reconocimiento de la diferencia que existe entre parataxis e hipotaxis (como la de su correlato más amplio: coordinación y subordinación), no está exento de problemas, y la sinonímia imperfecta entre los términos griegos y los latinos no hace sino reflejar dicha situación. Dados dos elementos A y B, ya se trate de frases o de oraciones, ¿em qué nos basamos para asegurar, que A y B están en mismo nivel o, el contrario, que B está por debajo de A o dominado por A? Los gramaticos suelen decir que cuando dos términos están unidos por coordinación, cualquiera de ellos resulta prescindible, pero que cuando están unidos por subordinación, dicha supresión potencial es impensable” (Bosque y Demonte, 2004:3514)” .

b) “Os cactos crescem no deserto”.

Por outro lado, obteríamos um efeito ilógico ou incompreensível se suprimíssemos tanto o segmento “uma moto” do exemplo (27) quanto a oração subordinada “que lhe comprem uma moto” do período (28). Vejamos:

a) * “Meu primo deseja”.

Assim, de acordo com os exemplos apresentados, o critério utilizado pela maioria dos gramáticos, de fato, pode ser útil e proveitoso; entretanto, não é assim que acontece sempre. Na verdade, quando lidamos com a coordenação e a subordinação, o critério da prescindibilidade pode apresentar falhas. Vejamos o exemplo a seguir, também fornecido por Bosque y Demonte (2004:3514):

(29) *Juan y Pedro se parecen.* → *Coordenação*

(João e Pedro se parecem).

(30) *O te callas o te echo de clase.* → *Coordenação ou Parataxe*

(Ou você se cala ou lhe expulso da sala de aula).

Por meio dos exemplos (29) e (30), podemos verificar que nem sempre podemos prescindir de membros coordenados. Se assim fosse possível, as orações acima desdobradas “João se parece(m)”, “Pedro se parece(m)”, “Ou você se cala” e “Ou lhe expulso da sala de aula” teriam sentido completo se tomadas isoladamente.

Sendo assim, concluímos que o critério da prescindibilidade, também apresentado por vários autores de base tradicional no Brasil sob o rótulo de dependência, carece de solidez. Mesmo podendo ser aplicado a algumas situações, não pode ser considerado totalmente seguro.

Após analisar as orações subordinadas substantivas e adjetivas, Bosque y Demonte (2004) passam a enfocar as orações subordinadas adverbiais. Os autores, de maneira semelhante a Mateus *et alii* (2003), observam que este rótulo é bastante impróprio para as orações conhecidas como condicionais, concessivas, causais, entre outras. De fato, não se

pode equiparar as orações condicionais ou causais, por exemplo, a um advérbio, com o argumento de que ocupam o mesmo espaço funcional que este em relação ao verbo da oração conhecida como principal.

O advérbio é um elemento periférico que, além de poder se agregar livremente à estrutura oracional determinada pelo verbo, também afeta semanticamente de forma muito estreita o seu significado. Dessa forma, não podemos considerar o critério de adjunção para caracterizarmos uma oração adverbial, pois este é demasiadamente amplo.

Vejamos o exemplo abaixo, também adaptado de Bosque y Demonte (2004:3517):

(31) *Se o carro ficar bom, sairemos amanhã para a praia.*

A oração condicional destacada acima, segundo análise dos autores, não aparece dominada num nível mais baixo que a subsequente, o que caracterizaria a subordinação. O referido segmento também não pode ser reduzido a um advérbio. Assim, não há porque considerá-la nem subordinada (por não estar num nível inferior), nem adverbial (por não ser equivalente a um advérbio).

Segundo Bosque y Demonte (2004:3529), afirmar a idéia de que uma oração composta¹⁴ é sempre a transferência analógica de uma oração simples¹⁵ é um equívoco. De fato, se a oração composta é similar à oração simples, salvo pelo fato de que as frases¹⁶ desta são substituídas por orações naquela, não nos resta senão estabelecer um paralelismo entre ambas e falar de orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais, do modo como faz a maioria dos gramáticos. Contudo, diante dos modelos gramaticais que temos à nossa disposição, principalmente os de base tradicional, percebemos que a situação não é tão simples. Vejamos as orações abaixo, extraídas da obra dos autores supracitados:

(32) O diretor permitiu *a sua saída*.

(33) O diretor permitiu *que você saísse*.

De fato, entre as orações apresentadas acima, o objeto direto de (32) é um correlato estrutural possível do segmento destacado em (33), que é tradicionalmente classificado como

¹⁴ Entende-se por oração composta o período composto, como propõe a NGB.

¹⁵ Entende-se por oração simples o período simples, como propõe a NGB.

¹⁶ Para o conceito de frase utilizado por Bosque y Demonte (2004), vide nota nº 12.

oração subordinada substantiva objetiva direta. Entretanto, observando-se a oração destacada em (34), não podemos encontrar nenhuma frase adverbial que lhe seja substituível. Vejamos:

(34) *Se eu tivesse dinheiro*, compraria um carro.¹⁷

(35) (???), compraria um carro.

Quanto ao modo verbal, Bosque y Demonte (2004:3532), após longo e detido estudo, chegaram à conclusão de que a alternância do indicativo e do subjuntivo em todas as relações paratáticas e hipotáticas se deve muitas vezes a causas alheias à conjunção. Portanto, o modo, no espanhol, não é um critério diferenciador absoluto entre parataxe e hipotaxe.

Referindo-se à mobilidade das orações, Bosque y Demonte (2004:3535) assinalam que as conjunções hipotáticas podem ocupar indistintamente a primeira ou a segunda posição do grupo oracional composto, ao passo que as conjunções paratáticas devem situar-se necessariamente na segunda posição.

Nossa hipótese vai contra a afirmação dos referidos autores, pelo menos com dados da língua portuguesa. Acreditamos que o *como*, no âmbito da hipotaxe, deverá apresentar certa estaticidade em determinados contextos de uso. Embora ainda não tenhamos comprovado essa hipótese, cujo estudo será feito no capítulo 6 desta pesquisa, acreditamos que a mesma seja bastante verossímil, haja vista a contribuição teórica de inúmeros estudiosos do vernáculo. Aliás, os próprios Bosque y Demonte (2004:3536) reformulam a afirmação generalizante antes proferida. Vejamos:

“É preciso destacar que este critério (o da posição das orações) constitui um indício heurístico, nunca uma prova definitiva. De um lado, ocorre que dentro de um mesmo tipo conjuntivo pode haver um subtipo formal que se comporte de uma maneira e outro que o faça de outra (...) As causais (...) rechaçam a posposição com a conjunção *como* e são consideradas muito marcadas quando há anteposição da conjunção *porque*.”¹⁸

¹⁷ As orações adverbiais que não possuem um correlato adverbial frasal são comumente denominadas “adverbiais impróprias”, na tradição gramatical espanhola. Essa denominação, entretanto, segundo Bosque y Demonte (2004:3529), é modernamente rechaçada, por não ser funcional.

¹⁸ “(...) es preciso destacar que este criterio (o da posição das orações) constituye un indicio heurístico, nunca una prueba definitiva. Por una parte, sucede que dentro de un mismo tipo conjuntivo hay un subtipo formal que se comporta de una manera y otro que lo hace de otra (...) Las causales (...) rechazan la posposición con la conjunción *como* y sienten francamente marcada la anteposición con la conjunción *porque*”.

Ante as dificuldades que estabelecem os critérios formais, modernamente prefere-se justificar a diferença entre parataxe e hipotaxe com argumentos do tipo semântico. Entretanto, Bosque y Demonte (2004:3541) afirmam que estabelecer propriedades semânticas que diferenciem a parataxe da hipotaxe também é tarefa árdua. Por exemplo, vejamos o par de orações abaixo, adaptadas a partir da gramática dos ditos autores:

(36) Corra e eu lhe darei um prêmio. → *Coordenação*.

(37) Se você correr, eu lhe darei um prêmio. → *Subordinação*.

Se com a conjunção paratática *e* podemos relacionar orações como (37), de caráter hipotático, podemos concluir que não há, em termos gerais, uma diferenciação cabal entre um “sentido paratático” e outro “sentido hipotático”.

A ontogênese¹⁹ e a filogênese também comprovam esse fato (cf. Givón, 1979). As crianças tendem a utilizar muito mais construções paratáticas que hipotáticas, mas nem por isso deixam de expressar causalidade, condicionalidade, finalidade, entre outras circunstâncias, por meio de outras construções não-canônicas. A carga semântica inerente ao discurso continua sendo comunicada a despeito de construções hipotáticas, ou seja, a princípio, elas seriam prescindíveis.

Andrade (1987:67) também acredita que orações coordenadas possam refletir uma carga semântica semelhante às subordinadas e vice-versa. A autora apresenta os seguintes exemplos:

(38) Vai e verás; ou você crê, ou morrerá.

(38') Se fores, verás; se você não crer, morrerá.

(39) Matou um guarda, e foi preso.

(39') Foi preso, porque matou um guarda.

¹⁹ *Ontogenia* (ou *ontogênese*) é um termo originalmente do campo da biologia, que se refere à descrição da origem e do desenvolvimento de um organismo desde o ovo fertilizado até sua forma adulta. Givón (1995) aplica o termo ao desenvolvimento da linguagem. A *filogenia* (ou *filogênese*), por sua vez, faz referência à história genealógica de uma espécie ou de um grupo biológico. Este conceito, também na perspectiva givoniana, aplica-se aos estudos da linguagem. Assim, as fases do desenvolvimento da linguagem de uma criança (ontogênese) refletiriam as fases do desenvolvimento da linguagem atestadas ao longo da história de uma língua em particular (filogênese).

(40) Comprei um carro, é muito bom.

(40') O carro que comprei é muito bom.

As frases (38), (39) e (40) são constituídas de orações coordenadas enquanto (38'), (39') e (40') são subordinadas, entretanto, verificamos que os conteúdos semânticos emergentes de ambas são bem semelhantes.

Macambira (1978:78) também notou esse fenômeno ao afirmar que “não há oração subordinada que não se possa expressar por meio da coordenação. Se não fosse desta maneira, que seria do hebraico e do gaulês, onde não há subordinação gramatical?”.

Assim, excluída a possibilidade de associarmos categoricamente um dito conceito semântico à parataxe e outro à hipotaxe, só nos resta a possibilidade de determinar que significados são mais paratáticos e quais são mais hipotáticos, numa espécie de *continuum* escalar. Tradicionalmente, segundo Bosque y Demonte (2004:3541), se vem considerando que a mera adição (orações aditivas) ou a subtração (orações adversativas) são mais paratáticas, enquanto outros matizes, como a causa e a condição são mais hipotáticos. Entretanto, como vimos, esta divisão não pode ser considerada rígida.

1.5. Em outras abordagens

Nesta seção, apresentaremos sucintamente as abordagens de Perini (2000), Abreu (1994), Castilho (2004) e Azeredo (2003) para o tópico referente à subordinação e à coordenação. Os autores citados diferem significativamente da tradição gramatical brasileira, ao apresentar alternativas para a descrição dos processos de estruturação sintática.

De acordo com Perini (2000:129), a dicotomia que se instaurou entre os conceitos de coordenação e subordinação representa uma “simplificação e está longe de dar conta de todos os fatos”. A subordinação, segundo o autor, é um fenômeno estrutural, em última análise, bastante simples. Já os casos tradicionalmente classificados como de coordenação não formam um grupo tão consistente e homogêneo. Vejamos ambos os conceitos apresentados, respectivamente pelo autor:

“(A subordinação) é decorrência direta do modo como se estrutura a oração, acrescido à possibilidade de se encaixar orações dentro de diversos tipos de sintagmas. Uma oração subordinada, assim como o sintagma de que

faz parte são constituintes de pleno direito da oração. Em certo nível de análise, uma oração complexa é em tudo idêntica a uma oração simples” (2000:143)

“A união observada entre orações coordenadas é de natureza muito menos estreita do que a que existe entre uma principal e suas subordinadas. Em muitos casos, a coordenação se aproxima dos fenômenos discursivos, muito menos dependentes da estrutura interna das formas lingüísticas e baseados, em vez disso, de preferência em fatores semânticos e cognitivos em geral. Assim, um tratamento unificado da coordenação dentro da sintaxe é praticamente impossível”. (2000:143)

Perini (2000:143) estabelece algumas diferenças entre um processo e outro, mas reconhece a dificuldade de agregar as tradicionais orações coordenadas em um mesmo conjunto, por falta de características comuns. Na verdade, segundo o autor, “quase a única afirmação que vale para todos os casos é a de que, quando duas ou mais estruturas são unidas por coordenação, nenhuma delas exerce função sintática dentro de nenhuma outra: definição negativa e que vale para outras relações que não a coordenação”.

Quanto às orações subordinadas, Perini (2000:138) assevera que, em todos os casos, “são marcadas pela presença de certos elementos sintáticos ou morfológicos, que a caracterizam como subordinada.” Como podemos verificar, é uma afirmação de caráter circular e tautológico. Os elementos presentes na subordinação, segundo o autor, têm também uma função semântica (isto é, significam alguma coisa), de modo que não seriam dispensáveis. Vejamos os referidos elementos:

- a) conjunções (subordinativas);
- b) relativos;
- c) marcas de interrogação indireta;
- d) desinências do modo subjuntivo;
- e) desinências de gerúndio e de infinitivo.

Abreu (1994) opta pela não distinção entre subordinação e coordenação em seus trabalhos. Segundo o autor, é mais prática a adoção do termo “*articulação sintática*”, para nos referirmos aos mecanismos que ligam sintaticamente as sentenças umas às outras. Esse termo, de base genérica, evitaria uma possível classificação inadequada para os casos em que a diferença entre subordinação e coordenação é difícil de ser estabelecida.

Do conceito de articulação sintática, por consequência, surge a terminologia “**articuladores sintáticos**” para fazer referência aos elementos viabilizadores de tal articulação. Esta postura nos parece ser bastante econômica, pelo fato de ser mais genérica, já que tanto as conjunções quanto as preposições, locuções (prepositivas e conjuntivas), pronomes e outros recursos da língua servem para marcar a ligação de orações.

Abreu (1994:22) acrescenta que a articulação sintática pode ser de cinco tipos, a saber:

- I. **articulação sintática de oposição.** Inclui a coordenação adversativa e a subordinação concessiva. Segundo Abreu (1994), as conjunções concessivas exigem o modo subjuntivo nas orações que introduzem e as locuções prepositivas reduzem as orações que introduzem à forma infinitiva. Esse tipo de articulação sintática, conforme destaca o autor utilizando a subordinação concessiva, produz um efeito de modalização do discurso.
- II. **articulação sintática de causa.** Inclui as orações subordinadas adverbiais causais. Expressa-se por meio de conjunções e locuções conjuntivas, tais como *porque, pois, como (grifo nosso), por isso que, já que, visto que, uma vez que* e também por meio de preposições e locuções prepositivas, tais como *por, por causa de, em vista de, devido a, em consequência de, por motivo de, por razões de*”. Ao utilizar conjunções e locuções conjuntivas, o verbo aparecerá no tempo finito e no caso de utilizarem-se as locuções prepositivas, o verbo assumirá a forma de infinito.
- III. **articulação sintática de condição.** Abreu (1994) considera o *se* o principal articulador sintático de condição. Este articulador leva o verbo ao futuro do subjuntivo. Outros articuladores, como *caso, contanto que, desde que, a menos que* e *a não ser que* levam o verbo para o presente do subjuntivo.
- IV. **articulação sintática de fim.** Este tipo de articulação sintática utiliza um dos seguintes articuladores: *a fim de, com o propósito de, com a intenção de, com o fito de, com o intuito de, com o objetivo de* (usados em situação em que, na oração principal, há uma construção agentiva), e principalmente, a preposição *para*.
- V. **articulação sintática de conclusão.** Ao abordar a articulação sintática de conclusão, Abreu (1994) o faz de forma bastante original. Inventaria os seguintes articuladores: *logo, portanto, então, assim, por isso, por conseguinte, pois (posposto ao verbo), de modo que* e

em vista disso, muitos dos quais não são listados por nenhum gramático de orientação tradicional.

Segundo Castilho (2004:131), “não é pacífica, na literatura especializada, a forma de tratar as sentenças complexas”. Há, portanto, várias abordagens alternativas à classificação tradicional, como já vimos definindo e ilustrando ao longo deste capítulo.

O autor opta por não utilizar a noção de **período** preconizada pelas gramáticas normativas, por ser antieconômica. De acordo com Castilho (2004:131), a expressão período “tem a deficiência de criar outra unidade para a Sintaxe”. Por isso, a partir de uma visão descritiva da gramática, que utiliza as noções de sintagma e sentença, o termo **período composto**, em sua descrição teórica, é substituído por **sentença complexa**.

Ao investigar os três tipos de relação intersentencial (estruturas independentes ou coordenadas, estruturas dependentes ou subordinadas e estruturas interdependentes ou correlatas), Castilho (2004) classifica as sentenças complexas a partir de cinco parâmetros:

I. **sentenças complexas estruturadas por justaposição** – uma sentença se apõe a outra, sem qualquer nexos conjuncional (justapostas e assindéticas);

II. **sentenças complexas estruturadas por coordenação** – uma sentença se coordena à outra por meio de nexos conjuncionais. Há relação de independência entre elas. Um elemento coordenado não modifica o outro, no sentido de que não lhe dá qualquer contribuição semântica (por isso, não é adequado considerar a primeira como “principal”);

III. **sentenças complexas estruturadas por encaixamento** – aquelas em que uma sentença está encaixada num constituinte da outra:

A. *subordinada substantiva* – o encaixamento ocorreu no SV da primeira sentença, estabelecendo uma relação argumental entre elas;

B. *subordinada adjetiva (relativa)* - o encaixamento ocorreu no SN anterior, estabelecendo-se uma relação de expansão;

IV. **sentenças complexas estruturadas sem encaixamento** – uma sentença está em relação de adjunção com outra (orações subordinadas adverbiais);

V. sentenças complexas interdependentes ou correlatas – são estruturadas de tal forma que na primeira sentença figura uma expressão correlacionada com outra expressão. Verbalizam dois atos de fala com relacionamento recíproco.

Na perspectiva de Castilho (2004:132), denomina-se *matriz* a sentença ou o sintagma que contém o constituinte gerador da dependência. O segmento matriz é o elemento superordenado, modificado semanticamente pelo elemento subordinado. Este termo (*matriz*) é preferido à denominação *oração principal* pelo fato de esta ter o defeito de conotar ‘pensamento principal’, verbalizado pela sentença, o que nem sempre se verifica, de fato, nas chamadas “orações principais”.

Azeredo (2000) também inova na discussão dos processos de estruturação sintática. Ele afirma que palavras, sintagmas e orações se conectam no discurso em virtude de variadas relações semânticas. Intuídas ou explícitas, essas conexões se estabelecem tanto no interior do período (conexões sintáticas), como no interior do texto (conexões textuais).

Quando se passam no interior do período, essas conexões se classificam, segundo o autor, em três tipos fundamentais: **justaposição**, **subordinação** e **coordenação**. Vejamos cada definição:

Quadro 7 – Processos de estruturação sintática, segundo Azeredo (2000).

JUSTAPOSIÇÃO	COORDENAÇÃO	SUBORDINAÇÃO
“Dois ou mais constituintes do enunciado se dizem unidos por justaposição quando não há qualquer marca formal – concordância, palavras gramaticais – dessa união. As palavras gramaticais que servem de instrumento a estes processos são os conectivos”. (Azeredo, 2000:155)	“A coordenação é um processo de ligação entre unidades da mesma classe (dois ou mais sintagmas, duas ou mais orações etc.) ou da mesma função (dois ou mais sujeitos, dois ou mais adjuntos adverbiais etc.). Chama-se sindética a coordenação expressa por um conectivo. (...) e assindética a coordenação em que o conectivo é dispensado” (Azeredo, 2000:244-245)	“Chamam-se orações subordinadas as unidades ou sintagmas formados por meio de combinação de um transpositor²⁰ e uma oração. Tradicionalmente as orações subordinadas são distribuídas em três subclasses: orações subordinadas substantivas, orações subordinadas adjetivas e orações subordinadas adverbiais” (Azeredo, 2000:212)

²⁰ Para informações sobre o conceito de transpositores, vide capítulo 03.

A partir das definições anteriormente apresentadas, Azeredo (2000:213) inova, também, na relação das orações tanto subordinadas quanto coordenadas. Vejamos:

Quadro 8 – Tipos de orações coordenadas e subordinadas, segundo Azeredo (2000).

COORDENAÇÃO	Assindéticas Sindéticas aditivas e alternativas Sindéticas adversativas Sindéticas conclusivas e explicativas
SUBORDINAÇÃO SUBSTANTIVA	Subjetivas Objetivas diretas Completivas relativas ²¹ Completivas nominais Predicativas Apositivas
SUBORDINAÇÃO ADJETIVA²²	Restritivas Não-restritivas (explicativas)
SUBORDINAÇÃO ADVERBIAL	Causalidade (causais, condicionais, finais, concessivas) Situação (temporais, locativas, proporcionais) Comparação (comparativas, conformativas) Contraste (contrastivas e concessivas)

²¹ “As orações completivas relativas servem de complemento a verbos que vêm necessariamente seguidos de preposição (*duvidar de, confiar em, insistir em, gostar de, corresponder a* etc.). Esta preposição ocorre obrigatoriamente se o complemento relativo tem como base um substantivo, um pronome ou um infinitivo. (...) Se, entretanto, o complemento relativo é uma oração precedida do nominalizador *que*, podem ocorrer três situações distintas: as preposições *de* e *em* são opcionais no registro formal, e não ocorrem no uso coloquial; a preposição *a* permanece antes do nominalizador se o verbo é pronominal; as demais preposições desaparecem diante do nominalizador”. (Azeredo, 2000:215-216)

²² Segundo Azeredo (2000:221), “as orações adjetivas podem apresentar cumulativamente um conteúdo circunstancial de **causa, concessão, condição, finalidade, resultado.**”

Em *Iniciação à Sintaxe do Português*, Azeredo (2003:98), no âmbito da subordinação adverbial, propõe um conjunto diferente de conteúdos semânticos. A relação a seguir parece ser mais completa por incluir as orações modais. Vejamos²³:

- a) **situação/movimento** – orações temporais, proporcionais e locativas.
- b) **causa** – orações causais e condicionais.
- c) **modo** – orações modais e conformativas.
- d) **contraste** – orações concessivas e contrastivas.
- e) **resultado** – orações finais.

Enfim, como vimos, não são poucas as abordagens alternativas à Nomenclatura Gramatical Brasileira. Cabe aos pesquisadores continuar os trabalhos investigativos com vistas a uma descrição que seja progressivamente aperfeiçoada. As motivações para abordagens tão diferentes inegavelmente, em grande parte, originam-se na fragilidade com a qual o assunto vem sendo tratado, especialmente nos estudos de base tradicional.

Como dissemos no início deste capítulo, não era nosso objetivo esgotar esse assunto nem tampouco chegar a uma conclusão definitiva acerca dos dois grandes processos de estruturação sintática (subordinação e coordenação). De fato, limitamo-nos apenas a expor as diferentes visões analíticas sem a preocupação excessiva de cotejá-las a fundo. Assim, nossa análise não teve como princípio a preocupação em desvelar a abordagem mais “correta” ou mais adequada do ponto de vista descritivo e empírico.

Contudo, acreditamos que essa discussão, como também a que segue no próximo capítulo, é de grande importância para um melhor entendimento do comportamento de qualquer articulador sintático. Não poderia ser diferente com o tópico central de nossa pesquisa, ou seja, o como e seus correlatos. Isso ficará patente no capítulo 4, por ocasião da fundamentação teórica deste trabalho.

²³ Azeredo (2003), analogamente a Mateus *et alii* (2003), opta por não relacionar entre as orações acima as construções comparativas e as intensivas, pois estas teriam comportamento sintático bem diverso das demais.

2. CORRELAÇÃO

Também existe muita polêmica quanto à correlação, entendida como processo sintático distinto da coordenação e da subordinação. A maioria dos gramáticos tradicionais, por influência da Nomenclatura Gramatical Brasileira, não incluiu em suas obras a correlação, apesar de esta apresentar especificidades bem particulares em relação à coordenação e à subordinação.

Apesar de a NGB preconizar apenas dois processos sintáticos (subordinação e coordenação), houve vozes e opiniões dissonantes ao longo do percurso de discussão e de sua normatização. Chediak (1960:74), consultado acerca do assunto, na época da elaboração da NGB, afirmou: “É lamentável que o Anteprojeto tenha excluído a correlação e a justaposição como processos de composição de período”.

O Departamento de Letras da Universidade do Rio Grande do Sul, em 1958, apoiando-se na *Teoria da Correlação*, obra relevante de José Oiticica, também requereu a inclusão deste processo de estruturação sintática ao lado da subordinação e da coordenação. (cf. Chediak, 1960:213).

Camara Jr. (1981:87) assevera que a correlação “é uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma, dita prótase, prepara a enunciação de outra, dita apódose”. Segundo o autor, que assume posição dissonante da de Chediak (1960), a correlação não deve ser considerada como um processo de estruturação sintática distinto, pois ela se estabelece tanto por meio da coordenação como por meio da subordinação. Concordam com Camara Jr. (1981) vários teóricos como Bechara (1999), Luft (2000) e Kury (2003).

Azeredo (1979:01) também está atento a tais discussões. Segundo o autor, em artigo denominado *Sobre os processos de estruturação sintática*,

“poucos gramáticos brasileiros, entre os quais José Oiticica, têm identificado na correlação e na justaposição processos de estruturação sintática distintos da subordinação e da coordenação. A maioria entende que aqueles processos servem apenas para materializar certas relações fundamentalmente coordenativas ou subordinativas”. (grifos do autor)

Oiticica (1952), citado por Azeredo (1979), defende a idéia de que as orações consecutivas e comparativas devem ser consideradas correlatas, diferentemente do que preceitua a tradição gramatical brasileira que as considera como subordinadas adverbiais.

Melo (1978:152) também considera a correlação como um terceiro processo de estruturação sintática, distinto da subordinação e da coordenação. Vejamos:

“(a correlação) é um processo sintático irreduzível a qualquer dos outros dois (subordinação ou coordenação), um processo mais complexo, em que há, de certo modo, interdependência. Nele, dá-se a intensificação de um dos membros da frase, ou de toda a frase, intensificação que pede um termo”.

O autor (1978:152) amplia o escopo da correlação que, segundo ele, abarca além das *consecutivas* e *comparativas*, também as *equiparativas* e *alternativas*. O autor acrescenta que, na linguagem oral, a intensificação normalmente expressa por um advérbio de intensidade (primeira parte da correlação) seria foneticamente realizada por um esforço e alongamento acentuadamente maiores no produzir a tônica, como em:

(41) Chovia, que era um desespero!

Melo (1978:153), em observação à parte, salienta que “cumpre não confundir a oração correlativa comparativa de igualdade com a subordinada modal comparativa. Nesta, não há dois termos e a comparação é explicativa, denota o modo, quase sempre exprime uma imagem. Então o conectivo como, que aparece, equivale a *do mesmo modo que* ou a *segundo*”. E exemplifica:

(42) “Mas a formosura ainda morava nela (Iracema), como o perfume (*mora*) na flor caída do manacá” (Alencar, *Iracema*, p. 126).

Outra contribuição de Melo (1978) é o conceito de correlação equiparativa. O autor afirma que ela ocorre quando queremos estabelecer igualdade ou equivalência para o segundo termo, que vem fechar um pensamento deixado em aberto ou em suspenso no primeiro termo.

São normalmente utilizadas com as expressões “*assim... assim também*”, “*não só... mas também*”, “*senão também*”, “*assim como... assim*”. Vejamos:

(43) “*Assim como* nas matérias do sexto mandamento teologicamente não há mínimos, *assim* os deve não haver politicamente nas matérias do sétimo”.

(44) “*Não só* de pão vive o homem, *mas* de toda palavra que sai da boca de Deus”.

Na análise diacrônica realizada por Barreto (1999:72), *assim como* (de *assim*, do latim *ad + sic*, + conjunção *como*, do latim *quo* ➔ *mo* ➔ *do*) é uma conjunção comparativa, que já aparecia no século XIII. Apresentava, no português arcaico, as variantes: *assy come* ~ *assy como* ~ *assi como* ~ *assim como* e ocorria, exclusivamente, em posição interfrástica, ligando sentenças com verbos no indicativo.

A autora ainda observa que, com valor modal, a expressão *assim como* é o conectivo mais utilizado nos textos arcaicos, apresentando-se ainda na correlação modal *assi... como*. É considerada pela maioria dos gramáticos contemporâneos como uma conjunção comparativa, embora, em certos casos, seja evidente o seu valor modal.

Castilho (2004:143) também considera a correlação um processo distinto da subordinação e da coordenação. Na correlação, a cada elemento gramatical na primeira oração corresponde outro elemento gramatical na segunda, sem o quê o arranjo sintático seria inaceitável. Segundo o autor, há quatro tipos de correlação: *aditiva*, *alternativa*, *consecutiva* e *comparativa*. As duas primeiras geralmente são diluídas na coordenação e as duas últimas, na subordinação, o que não seria adequado devido às suas particularidades.

Carone (2003:62) prefere considerar as correlativas, bem como as justapostas, como variantes dos processos de subordinação e coordenação, conforme faz Camara Jr (1981), entretanto, não presta maiores esclarecimentos que sustentem a opção teórica tomada. Vejamos:

“As relações estabelecidas entre orações podem apresentar, por vezes, características de realização que as distinguem do usual, o que tem levado alguns gramáticos a ver nisso outros tantos procedimentos sintáticos. Trata-se da correlação e da justaposição, variantes formais dos (...) processos (de subordinação e de coordenação)”.

Percebemos que os argumentos em defesa da correlação como um terceiro processo de estruturação sintática são bastante contundentes, como os apresentados na abordagem pormenorizada de Melo (1978), Oiticica (1952) e Castilho (2004). Entretanto, a maioria dos gramáticos prefere não considerá-la como um processo distinto dos demais, provavelmente por influência da tradição normativista.

3. METACLASSE DOS CONECTIVOS

Para que possamos abordar o objeto de nossa pesquisa com maior propriedade, ou seja, o como e seus correlatos, achamos conveniente revisarmos também alguns conceitos referentes aos nexos responsáveis pelos diversos tipos de articulação sintática em língua portuguesa. Nossa atitude justifica-se pelo fato de termos encontrado o como distribuído sob diversas classificações, conforme pudemos verificar na introdução desta pesquisa.

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), na seção dedicada à classificação das palavras, lista dez classes. Vejamos:

Quadro 9 – Classes de palavras, segundo a NGB.

CLASSES DE PALAVRAS (segundo a NGB, 1959)	
1) Substantivo	6) Verbo
2) Artigo	7) Advérbio
3) Adjetivo	8) Preposição
4) Numeral	9) Conjunção
5) Pronome	10) Interjeição

Logo após a listagem das dez tradicionais classes de palavras, os autores da NGB acrescentam um décimo primeiro item, com a seguinte lista (cf. Kury, 1960):

XI – 1. Palavra

2. Vocábulo

3. Sincretismo, Sincrético

4. Forma variante

5. Conectivo

Do modo como está posto na NGB, podemos concluir que os conectivos não devem ser considerados como uma classe de palavra, uma vez que as dez são elencadas anteriormente; aliás, os tais conectivos deveriam ser entendidos como entidades distintas das palavras, já que ocupam um item separado dos demais.

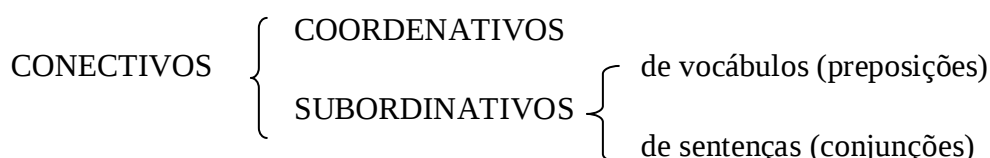
Na verdade, segundo Andrade (1987), “não é bem clara a relação entre esse item XI, com seus cinco sub-itens, e as classes de palavras”. Isso se deve à ausência de informações adicionais na relação dos itens da NGB, cujo modelo, em meados do século passado, é defendido por Chediak (1960:81), e posteriormente acatada pelos seus elaboradores. Vejamos:

“Proponho que o Anteprojeto se enquadre no que determinou a Portaria Ministerial nº 152: ‘simplificação e unificação da nomenclatura gramatical’. Na Portaria não se fala em definir, conceituar, exemplificar. A intenção do Sr. Ministro da Educação e Cultura é clara. Se é difícil conciliar opiniões quanto a nomes, muito mais difícil é chegar a um acordo sobre definições e observações de ordem doutrinária. Fiquem elas a cargo dos professores e dos compêndios. (...) Vamos seguir o modelo da França que se limitou a nomes e nada mais.”

Camara Jr. (1984:79) é um dos primeiros autores brasileiros a descrever a classe dos conectivos. Após analisar algumas propriedades dos vocábulos nocionais, o referido autor explicita o conceito de conectivos. Vejamos:

“Restam certos vocábulos (o mais das vezes formas dependentes), cuja função essencial é relacionar uns com os outros, ou entre si, os nomes, os verbos e os pronomes. Estabelecem entre dois ou mais termos uma conexão e podem-se chamar, portanto, os vocábulos conectivos”

Após a conceituação acima, o autor propõe o seguinte esquema:



Apesar de também citar os pronomes relativos como conectivos subordinativos, Camara Jr. (1984) não os inclui no esquema apresentado. A inclusão desses pronomes é feita em outra obra, no *Dicionário de Lingüística e Gramática* (1981:79), com um maior nível de detalhamento. Vejamos:

“Em português, há três espécies de conectivos:
1) preposições para a subordinação de palavras ou expressões lexicais; 2) pronome relativo, que além do seu valor pronominal é um conectivo de subordinação de orações; 3) conjunções, que, conforme servem – a) à subordinação de orações, ou – b) à coordenação de palavras, expressões léxicas ou orações, são – a) subordinativas, ou – b) coordenativas”.

Mesmo apresentando grandes contribuições para o estudo dos conectivos, podemos verificar nas obras de Camara Jr. certa oscilação teórica em alguns aspectos concernentes ao assunto. De fato, ao se referir aos conectivos, ele os caracteriza como “de papel meramente funcional” (1981:72) e pertencentes “ao mecanismo da língua sem pressupor em si mesmos qualquer elemento do universo bio-social” (1984:80). Essas afirmações parecem contradizer as palavras do próprio autor, quando este se refere ao vocábulo *polissemia*. Vejamos:

“POLISSEMIA – Propriedade da significação lingüística de abarcar toda uma gama de significações, que se definem e precisam dentro de um contexto. (...) *Todas as formas da língua apresentam polissemia, que se refere tanto à significação gramatical ou interna (como nas preposições, nas conjunções, nas flexões etc.), como à significação externa concentrada nos semantemas e caracterizadoras de palavras (...)*” – *grifos nossos* (Camara Jr., 1981:194)

Como vemos, nesta segunda afirmação de Camara Jr. (1981), o autor asserta que a polissemia também é uma marca característica das preposições e das conjunções da língua; logo, depreendemos que elas não podem ter “papel meramente funcional”.

O mais acertado é aceitarmos que, pelo menos, alguns conectivos detêm certa carga de significação nocional ou externa, o que, de fato, poderá variar a depender do contexto. A seguir, podemos constatar que a diferença entre uma oração e outra emerge justamente do

significado nocional de cada conectivo empregado. Vejamos alguns exemplos fornecidos por Andrade (1987:11):

(45) Como ele chegou, todos ficaram contentes. → *causalidade*.

(46) Quando ele chegou, todos ficaram contentes. → *temporalidade*.

(47) Assim que ele chegou, todos ficaram contentes. → *temporalidade*.

Podemos verificar que é justamente a partir dos conectivos em (45), (46) e (47) que depreendemos as relações de causalidade e temporalidade. Assim, apesar de serem realmente morfemas gramaticais, tais conectivos não são destituídos de significado, pois possuem carga semântica²⁴ da qual depende o sentido da oração ou do termo que iniciam.

Novaes (2000:14) também defende que os conectivos, na qualidade de elos coesivos, são dotados de carga semântica e, além disso, contribuem para a progressão textual. Vejamos:

“Embora não seja possível apreender o sentido de uma seqüência apenas com base nas palavras que a compõem e na sua estrutura sintática, é indiscutível que os elos coesivos contribuem para o estabelecimento da coerência uma vez que dão ao texto maior legibilidade. Na verdade, esses elementos funcionam como pistas para a elaboração de inferências, para a ativação de conhecimentos prévios e, principalmente, para a condução argumentativa dos enunciados”.

Outros autores não se preocupam em discutir a carga semântica dos conectivos. Melo (1978:106), por exemplo, restringe-se a definir os conectivos como “palavras que estabelecem ligações, palavras que concretizam, por assim dizer, as relações sintáticas. (...) Em português, são conectivos coordenantes as chamadas *conjunções coordenativas*; e os conectivos subordinantes as *preposições*, as chamadas *conjunções subordinativas* e os *pronomes relativos*”.

²⁴ Não pretendemos, por meio de nosso estudo, afirmar que todos os conectivos são dotados de carga semântica, o que é bastante improvável. Basta analisarmos as chamadas *conjunções integrantes* para comprovarmos o contrário; entretanto, parece bastante claro que a generalização feita por Camara Jr. de que os conectivos teriam “papel meramente funcional” (1981:72) parece ser inadequada, pelos argumentos e exemplos já expostos acima.

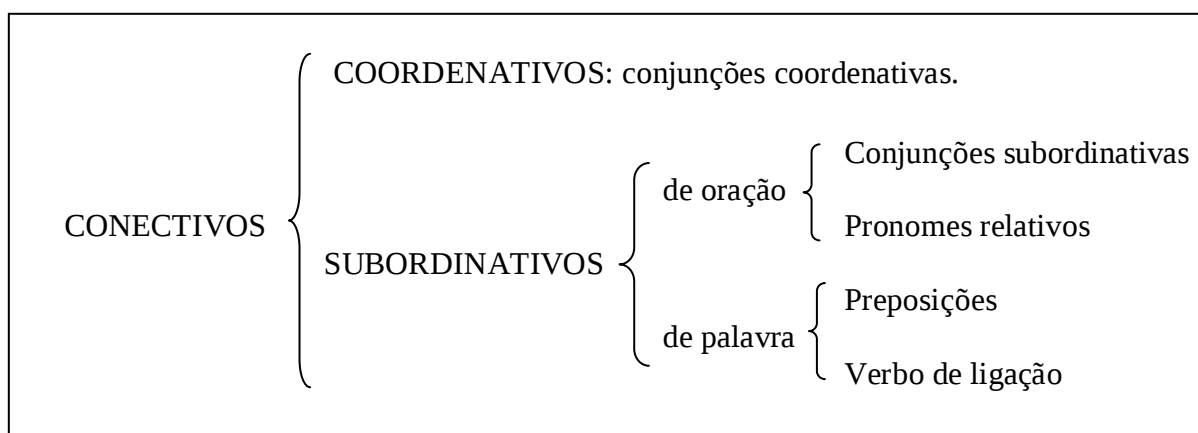
Luft (1960:81) também menciona uma classe dos chamados conectivos, dividindo-os em coordenativos e subordinativos. Vejamos:

“Conectivos são palavras que estabelecem uma ligação ou conexão entre palavras ou partes de uma ligação ou conexão entre palavras ou partes de uma frase. A conexão pode ser:

a) coordenativa, quando os termos conexos têm o mesmo valor ou função – e se estabelecem por palavras chamadas conjunções coordenativas;

b) subordinativa, quando os termos conexos se dispõem de tal forma, que um deles é determinado ou regente e outro, determinante, regido, isto é, subordinado ao primeiro. Esta subordinação faz-se através de: a) conjunções subordinativas; b) pronomes relativos; c) preposições.”

Em *Moderna Gramática Brasileira*, o mesmo autor (2000:138-139) incluiu entre os conectivos subordinativos o verbo de ligação e propôs o seguinte esquema:



Almeida (2004:334) também cita a classe dos conectivos, em capítulo dedicado à preposição. Sua abordagem assemelha-se à de Luft (2000). Vejamos:

“Tanto a preposição quanto a conjunção são *conectivos*, isto é, são classes que desempenham função de ligação; ambas essas classes ligam, mas entre elas há esta diferença: a preposição liga *palavras* (substantivo a substantivo, substantivo a adjetivo, substantivo a verbo, adjetivo a verbo etc.) ao passo que a conjunção liga *orações*”.

Perini (2000:333) caracteriza a classe dos conectores como um “grupo de palavras de comportamento muito peculiar”, cujos elementos funcionam como elementos de conexão entre os constituintes. Entre os conectivos, Perini (2000) inventaria as preposições e conjunções da gramática tradicional, além dos pronomes relativos.

Por fim, Ribeiro (2004:226) também cita a chamada classe dos conectivos e acrescenta que eles podem ter um importante papel coesivo:

“Entre os vocábulos de uma língua, há alguns com a função de relacionar os elementos frasais, estabelecendo uma *conexão*, uma *ligação entre os termos*; por isso são chamados *conectivos* (...) Os conectivos são vocábulos fundamentais na exposição de nossas idéias, em virtude de estabelecerem uma coesão entre os termos e as orações”.

De um modo geral, ao explicar o conceito de conectivo, os autores costumam estabelecer uma distinção entre preposições, conjunções coordenativas e conjunções subordinativas (além dos pronomes relativos, quando o fazem), baseada na natureza dos elementos ligados (palavras ou orações). Esse critério revela incongruências, pois percebemos que não é função exclusiva das preposições ligar palavras, nem é função exclusiva das conjunções ligar orações. Vejamos os exemplos abaixo, adaptados de Andrade (1987:05):

(48) Não saí **por** estar chovendo. }
(49) Ele foi embora **sem** dizer nada. } Preposições ligando orações.

(50) Ela era alta **e** magra. }
(51) Ana era feliz **quando** criança. } Conjunções ligando palavras – no 1º exemplo, uma coordenativa aditiva; no 2º exemplo, uma subordinativa temporal.

Podemos verificar, por meio dos exemplos (48), (49), (50) e (51), que as conjunções subordinativas não diferem das conjunções coordenativas nem das preposições, com relação aos termos ligados. Portanto, restringir o papel conectivo das preposições às palavras, e o

papel conectivo da conjunção às orações pode ser um grande equívoco. Desde já, percebemos a complexidade que envolve os conceitos aqui tratados, uma vez que a realidade da língua vai contra os preceitos dogmáticos de alguns gramáticos anteriormente consultados.

Segundo Andrade (1987:07), poder-se-ia objetar que, nos casos em que a conjunção subordinativa introduz uma palavra ou um termo e não uma oração (como no exemplo 51), haveria um verbo elíptico, como costumam sugerir as gramáticas tradicionais. No entanto, tal premissa também seria verdadeira, segundo reflexão da autora, para as conjunções coordenativas e para as preposições. Vejamos:

(52) Antônio era feio **mas** muito feliz.

(52') Antônio era feio **mas** era muito feliz.

(53) Antônio era muito feliz **embora** feio.

(53') Antônio era muito feliz **embora** fosse feio.

(54) Antônio era muito feliz **apesar de** feio.

(54') Antônio era muito feliz **apesar de** ser feio.

E acrescenta (1987:07):

“Costuma-se aceitar conjunções coordenativas e preposições introduzindo elementos não oracionais, enquanto conjunções subordinativas introduzindo esses mesmos elementos são tratadas como se houvesse um verbo elíptico. Contudo, não há razão para se subentender o verbo *ser* apenas no caso das conjunções subordinativas e não fazê-lo no caso das conjunções coordenativas e das preposições. Assim, parece melhor aceitar que as conjunções subordinativas podem também ligar palavras, do mesmo modo que as conjunções coordenativas e as preposições”.

Como pudemos atestar por meio das citações anteriormente apresentadas, a metaclasses dos *conectivos*, segundo a exposição mais ou menos homogênea dos autores, inclui as conjunções, preposições e pronomes relativos. Com alguma variação, os autores costumam arrolar o como e seus correlatos entre essas três classes. Cabe, agora, verificarmos a validade

dessa classificação e investigarmos as propriedades do como em suas diferentes realizações morfossintáticas.

Por razões de economia descritiva, por ora, agruparemos sob a metaclasses dos *conectivos* todas as categorias a que fizemos referência anteriormente, ou seja, as conjunções, as preposições, os pronomes relativos, os pronomes interrogativos, os advérbios interrogativos e os advérbios relativos. Por fim, apresentaremos um termo que parece gozar de maior precisão, que é conceito de articulador sintático.

3.1. Conjunções

A priori, constatamos que, na maioria das obras tradicionais, ainda permanece uma rígida divisão entre a morfologia e a sintaxe. Mattos e Silva (1994:15) demonstram que a atitude ainda hoje adotada em relação aos fatos da língua é reflexo da maneira como esse objeto de estudo foi-se constituindo, desde as suas origens com Platão e Aristóteles. Vejamos:

“As gramáticas tradicionais hoje oscilam entre dois pólos: ou partem da apresentação das funções sintáticas, tratando em seguida das partes do discurso ou classes de palavras; ou partem destes para chegar às suas funções sintáticas. Essas duas direções já se delineavam no séc. V a.C., tendo predominado a segunda”.

Novaes (2000:22) evidencia que é comum as gramáticas tradicionais inicialmente apresentarem as chamadas conjunções na seção dedicada à morfologia, como classes de palavras ou vocábulos, e retomá-las posteriormente, no capítulo da sintaxe, por meio do estudo do período composto e do emprego das classes de palavras.

Esse tipo de apresentação revela o fortalecimento de um modelo consagrado pela tradição que analisa os fatos gramaticais de forma hierarquizada, partindo das construções mais simples – palavras – para chegar às mais complexas – orações.

Vimos na introdução deste trabalho que o como e seus correlatos podem funcionar como diversos tipos de conjunção. Para fins ilustrativos, vejamos que classificações esses

itens recebem em algumas de nossas obras de base tradicional, segundo pesquisa realizada por Andrade (1987:19-31), por nós adaptada:

Quadro 10 – Ocorrências do *como* e seus correlatos nas gramáticas tradicionais.

	Cegalla (1980)	Cunha (1976)	Bechara (1976)	Rocha Lima (1974)	Kury (1972)	Said Ali (1965)	Luft (1979)	Maciel (1931)
COORDENATIVAS								
<i>Aditivas</i>								
Como também	X							
Bem como	X							
Tanto...como					X			
SUBORDINATIVAS								
<i>Integrantes</i>								
Como (= que)					X		X	X
<i>Adverbiais Causais</i>								
Como (= porque)	X	X	X	X	X	X	X	
Visto como	X	X	X	X	X	X		X
<i>Adverbiais Comparativas</i>								
Como (podendo estar com correlação com <i>assim</i>)	X	X	X	X	X	X	X	
Como (em correlação com <i>tanto</i> ou <i>tão</i>)	X	X	X	X	X	X	X	
Assim como	X	X	X		X	X		
Assim como... (assim; assim também)				X				

	Cegalla (1980)	Cunha (1976)	Bechara (1976)	Rocha Lima (1974)	Kury (1972)	Said Ali (1965)	Luft (1979)	Maciel (1931)
Bem como		X				X		
Tal como	X				X	X	X	
Tanto como					X		X	
Como se				X	X	X		
Como (= segundo, conforme)						X		
<i>Adverbiais Conformativas</i>								
Como (= conforme)	X	X	X	X	X	X	X	

A análise do quadro 10 evidencia algumas contradições. Uma delas diz respeito às próprias classificações do como e seus correlatos. Vejamos, por exemplo, o comportamento do bem como no quadro acima: enquanto Cegalla (1980) o classifica como conjunção aditiva, Cunha (1976) e Said Ali (1965) o arrolam entre as adverbiais comparativas.

Outro questionamento: o que levou Kury (1972) a inserir o par correlativo tanto...como entre as coordenativas aditivas, sem que os outros autores tivessem feito o mesmo? Por que apenas Maciel (1931) não considera o como uma conjunção conformativa?

As respostas para essas questões podem ser buscadas a partir do próprio conceito de conjunção adotado pelos autores. Essa é uma questão de alta relevância, apresentada por Rodrigues (1998:761).

De fato, nem lingüistas nem gramáticos, segundo a autora, chegaram a consenso sobre esse assunto. Em conseqüência, há discordância de interpretação do sentido assumido por estas (conjunções) nos diferentes contextos em que são usadas, o que gera divergências taxionômicas e conceituais.

Vejamos o conceito de conjunção em algumas obras de caráter mais tradicional, cujo papel conector – ligar, relacionar orações - é o mais enfatizado:

Quadro 11 – Definições de conjunção, segundo autores tradicionais.

Bueno (1963:140)	“Conjunção é a palavra invariável que liga duas orações, indicando as relações entre elas existentes”.
Said Ali (1966:104)	“Conjunção é a palavra ou locução que se costuma pôr no princípio de uma oração relacionada com outra, a fim de mostrar a natureza da relação”.
Almeida (2004:345)	“Conjunção é o conector oracional, isto é, é a palavra que liga orações. (...) As conjunções ligam as orações de duas maneiras: <i>coordenando</i> e <i>subordinando</i> . Coordenam, quando ligam orações da mesma espécie, da mesma <u>ordem</u> , e chamam-se, então, conjunções <i>coordenativas</i> ; <i>subordinam</i> , quando ligam orações diferentes de espécie, e então se chamam conjunções <i>subordinativas</i> ”.
Barros (1985:213)	“É a palavra invariável que relaciona duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração. Se os dois termos têm idêntica função gramatical, as conjunções se denominam <i>coordenativas</i> ; se “ligam” duas orações, uma das quais determina ou completa o sentido da outra, chamam-se <i>subordinativas</i> ”.
Camara Jr. (1981:81)	“As conjunções são vocábulos gramaticais que, como conectivos, estabelecem – a) uma coordenação entre duas palavras, dois membros de oração ou duas orações (conjunções coordenativas), b) uma subordinação entre duas orações, que constituem um sintagma oracional, em que uma, como determinante, fica subordinada à outra, principal, como determinado”.
Melo (1978:108)	“Conjunção é uma palavra ligadora, que exprime as relações de paralelismo sintático, ou de dependência quando o elemento subordinado for uma oração. (...) As <i>coordenativas</i> ligam funções ou valores sintáticos iguais. (...) As <i>subordinativas</i> estabelecem relação de dependência entre a oração subordinada e o termo a que esta se refere”.
Bechara (1999:319-320)	“A língua possui unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado. Estas unidades são tradicionalmente chamadas conjunções, que se repartem em dois tipos: coordenadas (chamadas conectores) e subordinadas (chamadas transpositores)”.

Cunha & Cintra (2001:579)	“Conjunções são os vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração. As conjunções que relacionam termos ou orações de idêntica função gramatical têm o nome de coordenativas. Denominam-se subordinativas as conjunções que ligam duas orações, uma das quais determina ou completa o sentido da outra”.
Rocha Lima (1999:184)	“Conjunções são palavras que relacionam entre si: a) dois elementos da mesma natureza (substantivo + substantivo, adjetivo + adjetivo, advérbio + advérbio, oração + oração etc.) b) duas orações de natureza diversa, das quais a que começa pela conjunção completa a outra ou lhe junta uma determinação”.
Ribeiro (2004:229)	“Conjunção é o elemento que liga orações ou, dentro da mesma oração, vocábulos que tenham o mesmo valor ou função”.
Luft (2000:141)	“Conjunção é a palavra gramatical invariável que estabelece coordenação ou subordinação entre dois membros da oração ou entre uma palavra e uma oração, entre duas orações, e, mais raramente, entre dois períodos”.

De uma maneira geral, todos os autores acima citados reconhecem que a função principal da conjunção é ligar termos de natureza semelhante ou diversa. Entretanto, essa é uma função que não é exclusiva das conjunções. Como sabemos, alguns advérbios, preposições, pronomes relativos e até mesmo outras expressões lingüísticas exercem a mesma função.

Correlacionando-se os conceitos de conectivos e conjunções, ambos previamente apresentados, podemos depreender certas incoerências teóricas. Examinemos, por exemplo, ambos os conceitos apresentados por Luft (2000:138.141):

I – **Conectivos** - “palavras que estabelecem conexão entre palavras, orações ou frases”.

II – **Conjunções** – “palavra gramatical invariável que estabelece coordenação ou subordinação entre dois membros da oração ou entre uma palavra e uma oração, entre duas orações, e, mais raramente, entre dois períodos”.

Se analisarmos cuidadosamente as duas definições anteriores, veremos que o autor toma os dois conceitos de forma intercambiável. De fato, apreciando-se as duas definições, não fica claro, a partir das mesmas, que as conjunções constituem um subgrupo no bojo dos conectivos.

Além disso, se conjunção é uma palavra gramatical invariável que estabelece subordinação entre duas orações, seríamos conduzidos à falsa conclusão de que a partícula introdutora de orações subordinadas adjetivas *que* também funciona como uma conjunção, já que esta desempenha o mesmo papel descrito naquela definição. Entretanto, sabemos que isso não é verdadeiro perante uma análise sintática cuidadosa que diferencie pronomes relativos de conjunções.

Também não é unânime entre os gramáticos tradicionais o costume de traçar uma base de diferenciação sintática muito aprofundada entre as chamadas conjunções que introduzem orações subordinadas e as que introduzem orações coordenadas. Apesar de o comportamento sintático de uma geralmente ser bem diferente do da outra, costuma-se estabelecer a diferença entre ambas unicamente pelo seu valor semântico. Esse procedimento é improfícuo, pois sabemos que os introdutores das orações subordinadas substantivas, por exemplo, costumam ser desprovidos de carga semântica.

Camara Jr. (1981:81) assevera que muitos gramáticos consideram conjunções propriamente ditas apenas as coordenativas, opondo os conectivos coordenativos, ou conjunções, aos subordinativos, em que se incluem as preposições. Vejamos:

COORDENAÇÃO	SUBORDINAÇÃO
Conjunções ou conectivos coordenativos	Conectivos subordinativos

Perini (2000:139), por outro lado, ao também reconhecer a diferença entre os conectivos na subordinação e na coordenação, restringe o termo *conjunção* às tradicionais conjunções subordinativas da gramática tradicional, chamando *coordenadores* às conjunções coordenativas. Assim, já teríamos outra proposta também diferente da já apresentada por Camara Jr. Vejamos:

COORDENAÇÃO	SUBORDINAÇÃO
Coordenadores	Conjunções

Segundo Perini (2000:139), as *conjunções* são caracterizadas como elementos que, colocados imediatamente antes de uma oração, formam com ela um sintagma que é termo de alguma oração maior. Esta é uma definição, conforme podemos verificar, demasiadamente vaga.

Azeredo (2000:145-146) conceitua conjunções subordinativas e conjunções coordenativas da seguinte maneira:

Quadro 12 – Caracterização das conjunções subordinativas e coordenativas, segundo Azeredo (2000).

Conjunções subordinativas	Conjunções coordenativas
“Chama-se conjunção subordinativa a palavra invariável que precede uma oração desenvolvida, convertendo-a em constituinte de uma oração maior. As conjunções subordinativas são de duas espécies, segundo a classe do sintagma que originam: conjunções integrantes (ou nominalizadores), quando originam sintagmas nominais, e conjunções adverbiais, quando originam sintagmas adverbiais” (Azeredo, 2000:145-146)	“Chama-se conjunção coordenativa a espécie de palavra gramatical que une duas ou mais unidades (palavras, sintagmas ou orações) da mesma classe formal e mesmo valor sintático. As conjunções coordenativas típicas são <i>e</i> (aditiva), <i>ou</i> (alternativa) e <i>mas</i> (adversativa)” (Azeredo, 2000:146)

Logo em seguida, Azeredo (2000:155) estabelece uma distinção entre conectivos de subordinação e conectivos de coordenação, que guarda certa semelhança com os conceitos anteriores, mas, em certo sentido são bem mais abrangentes. Vejamos:

“Os conectivos são de duas espécies: conectivos de coordenação e conectivos de subordinação. Os conectivos de coordenação, chamados **conjunções coordenativas** ou simplesmente **coordenantes**, servem para ligar duas ou mais unidades – palavras, sintagmas, orações – que tenham a mesma natureza gramatical ou a mesma função

sintática. Os conectivos de subordinação, isto é, preposições, conjunções subordinativas e pronomes relativos, servem para criar estruturas sintaticamente distintas das unidades ou construções que introduzem”.

Azeredo (2000:156) também destaca que “os conectivos de coordenação jamais podem ocorrer no início de um período; o lugar deles é no ponto em que uma unidade coordenada termina e a seguinte começa.” Os conectivos de subordinação, por outro lado, pertenceriam à unidade ou construção que eles iniciam.

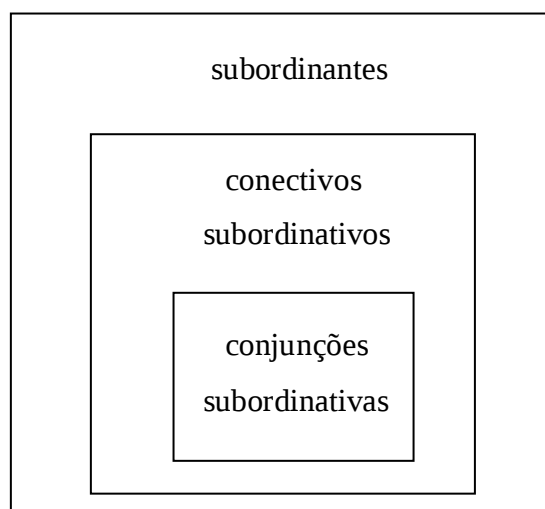
Mais adiante, Azeredo (2000:158) introduz o conceito de subordinante, ainda mais amplo que o conceito de conectivo subordinativo. Vejamos:

“Chamam-se subordinantes as palavras gramaticais que introduzem sintagmas e orações junto aos quais passam a formar novos sintagmas distribucionalmente distintos das unidades a que se juntaram” (Azeredo, 2000:158)

Entre os chamados subordinantes, Azeredo (2000:158) arrola:

- a) **preposições** (capazes de originar sintagmas adjetivais e adverbiais derivados);
- b) **conjunções integrantes** ou **nominalizadores** (precedem orações na formação de sintagmas nominais derivados);
- c) **conjunções adverbiais** (precedem orações na formação de sintagmas adverbiais derivados);
- d) **pronomes relativos** e **advérbios relativos** (introduzem orações convertidas em sintagmas adjetivais derivados);
- e) **pronomes interrogativos** e **advérbios interrogativos** (introduzem orações convertidas em sintagmas nominais derivados).

No que concerne à subordinação, poderíamos esquematizar os conceitos apresentados por Azeredo (2000) da seguinte maneira:



Pela identidade profunda entre as noções de *subordinantes* e *transpositores*, passamos a analisar com um pouco mais de profundidade este segundo conceito. Azeredo (2000) afirma que *transposição* é o fenômeno produzido pelos *transpositores*. Vejamos:

“Transposição é o processo pelo qual se formam sintagmas derivados de outras unidades, as quais podem ser sintagmas básicos ou orações. (...) É um processo gramatical, e os transpositores são unidades pertencentes a uma lista finita, por meio das quais se obtém, todavia, um número infinito de construções a serviço da expressão dos conteúdos que o ser humano é capaz de comunicar e de compreender.” (Azeredo, 2000:211).

Entre os transpositores, Azeredo (2000:211-212) arrola:

- a) **preposições** – funcionam como transpositores quando originam sintagmas (sintagmas preposicionais) que ocupam o mesmo lugar dos sintagmas adjetivais e dos sintagmas adverbiais;
- b) **conjunções adverbiais** (ou *conjunções*) – juntam-se a orações para formar sintagmas adverbiais;
- c) **conjunções integrantes** (ou *nominalizadores*) – juntam-se a orações para formar sintagmas nominais;
- d) **pronomes relativos** – introduzem orações que funcionam como sintagmas adjetivais;

- e) **advérbios interrogativos e pronomes indefinidos** – introduzem orações que ocupam o lugar de sintagmas nominais;
- f) **desinências aspectuais** – são o *-r*, o *-ndo* e o *-do*, formadoras, respectivamente, do infinitivo, do gerúndio e do particípio dos verbos.

Fica explícito que Azeredo (2000) utiliza uma série de conceitos diferentes muitas vezes intercambiáveis, o que pode dificultar a consulta e análise de sua abordagem teórica, por ser pouco prática. Contudo, devemos reconhecer que o autor persegue constantemente uma visão mais precisa para os elementos viabilizadores das articulações sintáticas complexas.

Mateus *et alii* (2003:558) também dispensam tratamento teórico diferenciado no tocante às conjunções. Afirma-se, na gramática, que não podem ser reunidos sob o mesmo rótulo os conectores da subordinação e os da coordenação, já que os mesmos apresentam comportamentos diferenciados:

“As conjunções são palavras morfologicamente não flexionáveis que veiculam prototipicamente valores de adição, alternância ou contraste entre os termos coordenados. (...) As conjunções distinguem-se dos complementadores (tradicionalmente designados conjunções subordinativas) não só pelos valores que veiculam mas também pelo fato de com eles poderem ocorrer quando os membros coordenados são frases subordinadas”.

Entre as conjunções coordenativas, Mateus *et alii* (2003:565) arrolam:

- a) conjunções **copulativas** ou **aditivas**: *e, nem, não só...mas também, não só...como, tanto...como* (grifo nosso);
- b) conjunções **disjuntivas** ou **alternativas**: *ou, ou...ou, nem...nem, ora...ora, quer...quer*;
- c) conjunções **adversativas** ou **contrajuntivas**: *mas, senão*.

Ainda no âmbito da coordenação, Mateus *et alii* (2003:558) afirmam que “além das conjunções, outros *conectores* podem fixar o nexos semântico entre os termos coordenados”. A distinção entre ambos, segundo as autoras, nem sempre é estabelecida nos estudos

gramaticais, apesar de haver diferenças formais importantes entre eles. E caracterizam os conectores da seguinte forma:

“Embora as conjunções coordenativas possam ser consideradas como uma subclasse específica de conectores, nem todos os conectores que surgem em estruturas de coordenação são conjunções. Os conectores são expressões que têm um âmbito mais geral do que as conjunções. Ocorrem tanto em domínios de coordenação como de subordinação, mantendo o seu papel de explicitar a ligação entre os constituintes envolvidos. (...) Os conectores distinguem-se formalmente das conjunções e dos complementadores pelo fato de poderem co-ocorrer com eles.” (Mateus *et alii*, 2003:559).

Segundo Mateus *et alii* (2003:568), “para além das conjunções, outros conectores podem estabelecer os nexos entre termos e foram tradicionalmente incluídos na classe das conjunções coordenativas, por oposição aos complementadores (ou conjunções subordinativas)”. São eles:

- a) **conectores contrastivos** – *porém, todavia, contudo, entretanto, no entanto*;
- b) **conectores explicativos** – *pois, que, porque, porquanto*;
- c) **conectores conclusivos** – *logo, pois (posposto), assim, portanto, por isso, por conseguinte, por consequência*.

Alguns conectores, de acordo com a classificação das autoras, estabelecem nexos característicos das conjunções coordenativas, como é o caso dos conectores contrastivos em relação às conjunções adversativas. Outros apresentam valores próximos dos complementadores, como acontece com os conectores explicativos em relação aos complementadores de subordinação causal.

Optando, porém, por uma perspectiva de caráter estritamente sintática e formal, Mateus *et alii* (2003:569) caracterizam as conjunções coordenativas da seguinte forma:

- a) ocupam a posição inicial do membro coordenado;
- b) não podem deslocar-se no interior do termo coordenado;

- c) não podem concorrer para uma mesma posição estrutural – a de núcleo da estrutura coordenada;
- d) coordenam constituintes frásicos e não frásicos;
- e) podem co-ocorrer com complementadores quando coordenam as frases subordinadas por eles iniciadas.

Os chamados conectores contrastivos, explicativos e conclusivos não compartilham com as conjunções todas as características arroladas acima. Analisemos alguns exemplos fornecidos pelas autoras:

(55) Ela está cansada, **contudo** os trabalhos em curso devem ser feitos.

(55') Ela está cansada, os trabalhos em curso, **contudo**, devem ser feitos.

(55'') Ela está cansada, os trabalhos em curso devem, **contudo**, ser feitos.

(56) Recusei-me a trabalhar nesse dia **pois** você me visitou ontem!

(56') * Recusei-me a trabalhar nesse dia **pois** esse fato!

(56'') * Recusei-me a trabalhar nesse dia **pois** isso!

(57) Ele não conhece bem o caminho, **assim**, pode enganar-se.

(57') Ele não conhece bem o caminho **e**, **assim**, pode enganar-se.

Se observarmos o comportamento sintático dos conectores acima, veremos que eles não possuem todas as características que definem as conjunções. O uso de **contudo**, por exemplo, apresenta mobilidade (vai contra o item *b*); o conector **pois** só pode unir segmentos frásicos (vai contra o item *d*); por fim, o uso de **assim** permite co-ordenação com a conjunção *e* (vai contra o item *c*). Esses testes confirmariam, segundo Mateus *et alii* (2003), a diferença entre conjunções e conectores.

Lemle (1986), apresentando uma proposta ainda mais redutora que a de Mateus *et alii* (2003), enumera como conjunções apenas as seguintes palavras: *e*, *mas*, *porém*, *ou*, *pois*. De acordo com sua teoria, as conjunções integrantes da Gramática Tradicional devem ser chamadas *complementizadores* (ou *complementadores*). Já as locuções conjuntivas subordinativas, devem ser analisadas como sintagmas preposicionais.

Além de problemas decorrentes da conceituação que envolve as conjunções, Decat (2001) apresenta-nos outro viés da questão ao criticar um procedimento habitual nas gramáticas normativas. Segundo a autora, “é procedimento comum em gramáticas do português classificar uma cláusula adverbial levando-se em conta a conjunção que a inicia”. E mais adiante, Decat (2001:128-9) assevera:

“Importa o tipo de proposição relacional que emerge da articulação de cláusulas, e não a marca lexical dessa relação. Tal marca restringe-se, em muitos casos, à função de estabelecer um elo (...) entre duas porções textuais (...). A materialização lingüística (codificação) desse tipo de relação hipotática poderá vir a ser feita por intermédio de outros tipos de elo como, por exemplo, a pausa e a entonação (...) que poderão se mostrar relevantes para a determinação da inferência resultante da relação hipotática adverbial.”

Filiando-nos à observação de Decat (2001), classificar uma oração *unicamente* pela marca lexical que a introduz é um procedimento nocivo, pois pode nos levar a falsas interpretações de proposições que emergem dos textos. A autora cita, por exemplo, o articulador *quando*, normalmente classificado pelas gramáticas como conjunção temporal. Em seus dados, a autora verificou que este conector pode expressar outras circunstâncias, como a de condição. Vejamos:

(58) “Em consequência, a interdisciplinaridade das ciências da educação, *quando* existe e se instaura sob a forma de um intercâmbio de informações e de métodos, depende também de uma precedente colaboração nessas áreas”

Bosque y Demonte (2004:621) afirmam que as conjunções constituem uma classe de palavras cuja missão é ligar orações ou elementos de uma oração. Tradicionalmente, segundo os autores, distinguem-se dois grupos: as conjunções coordenantes, que ligam elementos análogos (orações ou partes da oração), e as conjunções subordinantes, que subordinam uma oração a outra oração ou a um elemento de outra oração.

Segundo observação dos autores, já apontada por outros, as conjunções aparentam-se funcionalmente com outras classes de palavras. De fato, no âmbito da subordinação, tanto as

conjunções subordinativas quanto as preposições subordinam e podem estar ligando segmentos oracionais.

De acordo com Bosque y Demonte (2004:622), a diferença a ser estabelecida entre preposições, conjunções subordinativas e conjunções coordenativas poderia ser esquematizada no quadro a seguir, que reúne traços funcionais de cada categoria estudada. Vejamos:

Quadro 13 – Diferenças entre conjunções e preposições.

	Relação sintática entre os elementos ligados		Categoria gramatical do termo	
	Coordenação	Subordinação	Oração	Constituinte inferior à oração
Conjunção coordenativa	+	-	+	+
Conjunção subordinativa	-	+	+	-
Preposição	-	+	+	+

Utilizando um conceito de Góis (1955), Decat (2001) defende, por fim, a *ubiqüidade* das conjunções, ou seja, o fato de elas poderem ter mais de uma classificação. Por ocasião da simples união de duas orações com a conjunção *e*, por exemplo, tradicionalmente classificada como aditiva, poderiam intervir vários significados implicacionais e pressuposicionais que não devem necessariamente filiar-se somente à idéia de adição. Bosque y Demonte (2004:3542) ilustram o que afirmamos a partir da oração abaixo:

(59) *Ou* você economiza *ou* não chegaremos ao final do mês.

Das partículas correlativas *ou ... ou*, tradicionalmente classificadas como alternativas (ou disjuntivas) na oração (59), emerge a idéia de condicionalidade (*Se você não economizar, não chegaremos ao final do mês*). Pelo menos, devemos considerar que esta idéia é bem matizada em (59). Assim, podemos afirmar que mais de um conteúdo semântico pode emergir das proposições.

Enfim, como pudemos verificar, os introdutores das orações coordenadas e subordinadas, além de serem definidos por meio de critérios diferentes, recebem também variadas propostas taxionômicas nos estudos dos diversos autores.

Essa aparente digressão em nosso trabalho serviu para comprovar que tomar um termo sem precisá-lo adequadamente pode acarretar grande prejuízo descritivo e até mesmo configurar um grave descuido no trato científico da linguagem.

O estudo desenvolvido até aqui nos impele, portanto, a tomarmos uma posição, afinal, precisamos de um termo exato e definido para nos referirmos ao como, o objeto principal de nossa pesquisa. Antes, porém, de tomarmos essa decisão, cabe uma observação acerca da especificidade das conjunções integrantes, bem como das outras categorias sintáticas que seguem, já que todas elas, de uma forma ou de outra, relacionam-se ao como.

3.1.1. Conjunções integrantes

Tradicionalmente, as conjunções integrantes são apresentadas como os nexos introdutores das orações subordinadas substantivas ou completivas. Como já verificamos, entre os autores tradicionais, Kury (1972), Luft (2000) e Maciel (1931) admitem a possibilidade de o item como funcionar como *conjunção integrante*. Cabe, neste momento, discutirmos essa possibilidade.

Primeiramente, vejamos como Mateus *et alii* (2003:595-596) definem a subordinação completiva:

“A **subordinação completiva** é um dos grandes tipos de subordinação, caracterizável pelo fato de a frase subordinada²⁵ constituir um argumento de um dos núcleos lexicais da frase superior, tendo, por isso, uma distribuição aproximada da das expressões nominais (...) Assim, quando numa construção de complementação a frase completiva é um argumento obrigatório, a sua supressão determina a agramaticalidade da frase superior, quando considerada isoladamente de um contexto discursivo”.

A definição apresentada atenta para uma característica muito importante das subordinadas substantivas: o fato de funcionarem como argumentos da oração matriz (ou

²⁵ Segundo Mateus *et alii* (2003:595), “as frases completivas são denominadas integrantes na tradição luso-brasileira”. E acrescenta: “Por esta razão, a tradição gramatical luso-brasileira denomina-a subordinação substantiva, com base na etiqueta que utiliza para a classe dos nomes: substantivos”.

oração principal, como chamam os gramáticos tradicionais). De fato, quando a oração substantiva (ou completiva) é um argumento obrigatório, ela é necessária para que o período composto tenha sentido.

Segundo Mateus *et alii* (2003:596), as frases completivas podem ser de dois tipos:

- a) **finitas** – quando o verbo vem no indicativo ou subjuntivo;
- b) **não finitas** - quando o verbo ocorre no infinitivo flexionado ou não flexionado, ou no infinitivo gerundivo, i.e., numa forma infinitiva precedida de *a* e comutável com o gerúndio.

As autoras acrescentam que não é comum haver complementadores com realização lexical nas frases *completivas não-finitas*, exceto aquelas que são selecionadas por alguns verbos declarativos de ordem. Nesse caso, pode ocorrer o complementador lexical *para*. Quanto às *completivas finitas*, elas asseveram:

“O elemento que introduz a maioria das frases finitas é o **complementador** *que*. As completivas finitas selecionadas por verbos de inquirição e por verbos dubitativos e intrinsecamente negativos têm como elemento introdutor o complementador *se*.”
(Mateus *et alii*, 2003:597)

A priori, Mateus *et alii* (2003:597) só admitem a possibilidade de o que e o se introduzirem as subordinadas completivas, entretanto, em pé de página, as autoras acrescentam que “no caso particular das completivas interrogativas-Q indiretas, o elemento introdutor da subordinada é um sintagma-Q interrogativo”.

Pela relevância da informação, já que parece constituir uma exceção à regra proposta, era de se esperar que houvesse um maior detalhamento e exemplificação desse uso no capítulo referente às completivas, entretanto, não é o que acontece. Ao contrário, as chamadas *completivas interrogativas-Q indiretas* não são exploradas.

É provável que o como esteja inserido no rol dos “sintagmas-Q interrogativos” capazes de efetivar uma construção de complementação, já que ele figura entre os morfemas

interrogativos com caráter adverbial²⁶, propostos pelas autoras. Contudo, não podemos ser categóricos, já que Mateus *et alii* (2003) não apresentam sequer um exemplo que aborde esse uso.

Moura Neves (2000:334) afirma que, quanto ao modo de conexão, as orações substantivas podem se apresentar da seguinte forma:

- a) **introduzidas por uma conjunção integrante** (*que*, em alguns casos pode estar elíptica), estando o verbo, nesse caso, sempre em uma forma finita (indicativo ou subjuntivo) :

(60) Não surpreende ***que esta feira ocorra em nosso país.***

(61) Fiquei pensando ***se valia a pena viver.***

- b) **sem conjunção**, com o verbo na forma infinitiva:

(62) Basta ***voltar a arma na direção dele e meter-lhe uma bala no olho.***

(63) Não tenho vergonha de confessar ***ter sido casado com uma negra.***

- c) **justapostas**, iniciando-se por **palavras interrogativas** ou **exclamativas**, podendo os verbos estar em forma finita ou infinita:

(64) Diz **como aconteceu** a desgraça.

(65) Ensinará aos pequenos **como preparar** alguns refrescos de frutas.

Uma análise atenta da tipologia apresentada por Moura Neves (2000) nos revela que a autora também não concorda com aqueles que consideram o como uma conjunção integrante. A autora admite a possibilidade de este item introduzir uma oração subordinada substantiva, mas com a função de “palavra interrogativa ou exclamativa”. Nesse aspecto, a abordagem de Moura Neves (2000) assemelha-se à de Mateus *et alii* (2003).

²⁶ “Morfemas interrogativos com valor adverbial: onde, aonde, quando, por que, porque, como” (Mateus *et alii* 2003:464)

Camara Jr. (1981:147) também restringe as conjunções integrantes aos articuladores *que* e *se*: “A oração integrante pode ser uma reduzida de infinitivo ou ter como conectivo a partícula *que*, substituída por *se* para a intenção dubitativa”.

Azeredo (2003:67) comenta que existem determinadas construções gramaticalmente “incompletas” ou “dependentes” que são incapazes de ocorrerem isoladas no discurso indireto. Entre tais construções, podemos citar as frases interrogativas constituídas de um *pronome* ou *advérbio* sobre o qual incide o foco da pergunta. Vejamos:

“São as ‘interrogativas de instanciação’²⁷, que, assim, como as ‘interrogativas globais’, podem figurar no discurso indireto ocupando a posição de um SN constituído de oração – ‘oração substantiva interrogativa indireta’, segundo alguns gramáticos. Enquanto as ‘interrogativas globais’ são introduzidas pelo transpositor ‘SE’, de valor dubitativo, as de ‘instanciação’ o são pelo pronome/advérbio sobre o qual incide a pergunta” (Azeredo, 2003:67)

Entre as chamadas *frases interrogativas de instanciação* no discurso indireto, Azeredo (2003) inclui as que são formadas pelo como:

(66) Perguntei como se põe esse carro em movimento.

Segundo Azeredo (2003:68), o como, por ocupar obrigatoriamente a primeira posição na estrutura da oração subordinada (como nos mostra o exemplo (66)), deve ser considerado verdadeiro *transpositor*²⁸, mas não conjunção integrante. Ao contrário, o autor o insere no grupo dos pronomes e advérbios interrogativos.

Como temos observado, o como aparece freqüentemente nas orações subordinadas substantivas quando estas são frases interrogativas indiretas. Ao analisar o assunto, Perini

²⁷ “Consoante o escopo ou o foco da interrogação incide sobre toda a proposição ou sobre uma parte da proposição, assim as frases interrogativas podem ser de dois tipos: **totais** (globais, proposicionais ou de *sim/não*); e **parciais** (de constituintes, de instanciação ou interrogativas “Q”). Importa referir ainda as interrogativas ‘**tag**’” (Mateus *et alii*, 2003:461)

²⁸ Para o conceito de transpositor, vide item 3.1.

(2000:141) chama nossa atenção, mostrando-nos que esse tipo de oração também pode ser subordinada adverbial, além de parecer superficialmente com as relativas (ou adjetivas)²⁹.

De acordo com o autor (2000:142), os itens que funcionam como marcas de interrogativas indiretas³⁰ são: *o que, quem, onde, quando, quanto(s), como, qual*. Todos eles, segundo sua análise, têm função dentro da subordinada e, portanto, fazem parte dela. Vejamos alguns exemplos fornecidos pelo autor:

(67) Não sei que roupa você vai usar.

(68) Não imagino como você vai conseguir esse emprego.

(69) Não imagino como você vai sair dessa arapuca

Ao analisar o exemplo (67), Perini (2000:158) afirma que o segmento destacado funciona como objeto direto, ou seja, um *sintagma nominal*. Já quanto ao exemplo (69), cuja estrutura sintática é análoga à de (68), o autor assevera que a interrogativa indireta “como você vai sair dessa arapuca” funciona como um *atributo* ou *sintagma adverbial*.

A partir do exposto, podemos extrair a seguinte conclusão: as *orações subordinadas* oriundas de interrogações indiretas, segundo Perini (2000), podem ser classificadas em determinados contextos como *substantivas* (67) e, em outros, como *adverbiais* (68) e (69). Em ambos os casos os articuladores dessas orações devem ser considerados como *conjunções*³¹.

Essa conclusão, entretanto, está longe de encontrar consenso entre os autores. Mateus *et alii* (2003:597-599), por exemplo, apesar de não relacionar o como entre os introdutores de subordinadas completivas, afirmam que uma das características destas orações é a

²⁹ Segundo Perini (2000:157), “à primeira vista, a estrutura (das interrogativas indiretas) parece semelhante à das relativas, principalmente por causa da presença de um elemento ‘Q’ e do transporte do sintagma que o contém para o início da oração. No entanto, as diferenças são mais impressionantes: primeiro, os elementos interrogativos não são exatamente os mesmos que ocorrem como relativos; o sintagma interrogado não se reduz necessariamente ao elemento ‘Q’; e, principalmente, o sintagma complexo é um SN ou um ‘sintagma adverbial’ (ao contrário da construção relativa, que como vimos é um SAdj)”. Perini (2000:158) acrescenta também que o interrogativo nunca requer um antecedente (como é o caso, em geral, dos relativos). Com relação ao como, o autor afirma que nunca pode introduzir uma relativa (cf. Perini, 2000:157).

³⁰ Perini (2000) relaciona, algumas páginas adiante, apenas quatro elementos introdutores de interrogativas indiretas: *que, qual, como, o que*.

³¹ Segundo Perini (2000:334), existe um grupo de conectivos subordinativos “constituído de palavras que se acrescentam a orações, igualmente formando constituintes maiores de classe distinta: a seqüência forma um SAdv ou um SN”. A esse grupo, o autor chama *conjunções*. Vejamos: “Conjunção é a palavra que precede uma oração, formando o conjunto um SAdv ou um SN.” (Perini, 2000:334)

possibilidade de sua substituição pelos pronomes indefinidos *isto*, *isso*, *aquilo*. Aplicando-se esse teste de comutação aos exemplos anteriormente apresentados, teríamos resultados perfeitamente possíveis em português, o que poderia legitimar a possibilidade de as mesmas poderem ser consideradas subordinadas substantivas:

(68') Não imagino como *você vai conseguir esse emprego*. = Não imagino isso.

(69') Não imagino como *você vai sair dessa arapuca*. = Não imagino isto.

O grau de encaixamento das orações acima introduzidas pelo como e o fato de serem selecionadas por verbos da oração principal também colaboram para a alegação de que se tratam, de fato, de orações subordinadas substantivas, mais especificamente, de objetivas diretas. Todavia, como dissemos, não há consenso entre os autores.

Vale ressaltar que, na análise de Perini (2000), o como não foi classificado como conjunção integrante, mas simplesmente como conjunção, uma vez que o autor prefere não utilizar subclassificações neste aspecto. Vejamos:

“A classificação tradicional das conjunções ‘subordinativas’ compreende, primeiro, a oposição entre ‘conjunções adverbiais’ e ‘conjunções integrantes’; e, depois, a subclassificação das conjunções adverbiais em ‘causais’, ‘comparativas’, ‘temporais’, etc. A primeira dessas oposições (‘adverbiais x integrantes’) tem base sintática. (...) **Não vou adotar essa subclassificação.** Já a subclassificação das conjunções adverbiais (...) tem base exclusivamente semântica (...) A classificação tradicional é excessivamente pobre para exprimir toda a variedade de relações semânticas que as conjunções podem veicular” (grifo nosso). (Perini, 2000:139)

Segundo a análise de Luft (2000:54-57), as orações subordinadas substantivas podem ser classificadas sob dois prismas: o da classificação formal e o da classificação funcional. Vejamos:

- a) Subjetivas
- b) Objetivas diretas
- c) Objetivas indiretas
- d) Completivas nominais

- e) Predicativas³²
- f) Apositivas
- g) Orações com função de agente da passiva
- h) Orações com função de adjunto adnominal de um substantivo da oração regente

Luft (2000) informa que as duas últimas orações da lista apresentada (com função de *agente da passiva* e *adjunto adnominal*) não estão incluídas na NGB. E acrescenta que todas podem surgir na forma reduzida de infinitivo, com exceção da adjuntiva adnominal.

Vejamos, agora, como essas orações subordinadas substantivas estão organizadas do ponto de vista formal:

1) quanto à forma do verbo e a conexão:

- a) desenvolvidas - com o verbo numa das formas finitas (indicativo/subjuntivo);
- b) reduzidas – com o verbo no infinitivo, que é o substantivo verbal.

2) quanto à conexão:

- a) conjuncionais – as ligadas pelas conjunções integrantes (*que*, *como/se*).
- b) pronominais:
 - I) as introduzidas pelos pronomes interrogativos (reforçáveis por *é que*);
 - II) as introduzidas pelos pronomes relativos sem antecedente³³.

Observando o esquema acima, percebemos que o autor admite a possibilidade de orações subordinadas substantivas serem ligadas por outros elementos que não sejam conjunções integrantes. Entre eles, o autor cita: os pronomes interrogativos e os pronomes relativos sem antecedente.

É digno de nota, também, o fato de o autor considerar o *como* um exemplo possível de conjunção integrante, já que ele é capaz de introduzir orações subordinadas substantivas *conjuncionais*, quanto à conexão.

³² Estranhamente, o autor admite uma dupla classificação para esse tipo de oração. Segundo Luft (2000:56), “é possível analisar essas orações ‘predicativas’ como ‘subjativas’ (menos algumas de relativo antecedente), caso em que o predicativo está na oração principal”.

³³ Segundo Luft (2000:54), “esses pronomes acumulam função (sincretismo): são nominais (e interrogadores – os interrogativos) e subordinadores (ambos)”.

Vejamos as orações em que aparecem o como e seus correlatos, acompanhadas da classificação proposta pelo autor:

A) Reduzidas de infinitivo:

(70) “Não sabe como desvencilhar-se”

Oração subordinada substantiva objetiva direta

(71) “Pensei em como responder”

Oração subordinada substantiva objetiva indireta

(72) “Na dúvida de como responder, ficou calado”

Oração subordinada substantiva completiva nominal

(73) “O problema era como fazer a pesquisa”

Oração subordinada substantiva predicativa

À maneira de Luft (2000), também não reconhecemos valor conjuncional no como nas construções (70), (71), (72) e (73). Nosso argumento apóia-se no fato de que, como orações reduzidas, elas não poderiam ser introduzidas por conjunções. Essa postura vai ao encontro de uma descrição mais coerente e simples para os estudos descritivos.

B) Conjuncionais:

(74) “(...) Soube depois como (= que) tingia a barba e os cabelos” (Manuel Bernardes)

Oração subordinada substantiva objetiva direta.

(75) “Aposto (em) como nosso time vai vencer”.

Oração subordinada substantiva objetiva indireta.

Nos exemplos (74) e (75), percebemos que o como, de fato, pode ser interpretado como uma partícula destituída de carga semântica, como é característico às conjunções

integrantes. Aliás, ambas as orações substantivas, em (74) e (75) poderiam ter seu conectivo substituído por que, a conjunção integrante mais prototípica. Entretanto, devemos admitir que o exemplo (74) admite uma segunda interpretação em que o como transmite um sentido modal. Assim, o período poderia ser reescrito da seguinte maneira: “*Soube depois de que modo (maneira, forma) tingia a barba e os cabelos*”, o que mudaria totalmente o rumo de nossa análise.

Em *Pequena Gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical*, Luft (1960:85) defendia uma tese contrária à que apresenta acima. Segundo o autor, categoricamente, apenas o que e o se poderiam funcionar como conjunções integrantes. Vejamos:

“São estas duas (que e o se) as únicas conjunções integrantes. Algumas gramáticas incluem entre elas as palavras *como, quando, onde, porque, quanto*, que são advérbios interrogativos. Na verdade, baste atentar-se a que estas palavras sempre exercem função sintática na oração subordinada, ao passo que as conjunções integrantes não: são meros conectivos, vazios de sentido: *que* para a afirmação certa (“Sei que ele chegou”), *se* para a afirmação duvidosa (“Não sei se ele já chegou”). Em “Não sei como ele chegou”, na oração subordinada substantiva (“como ele chegou”), como é adjunto adverbial de modo”.

A postura de Luft (1960) acima parece ser bastante pertinente para quase todas as ocorrências do como. Contudo, sua afirmação não pode ser categórica, pois há casos em que o como, por exemplo, em termos funcionais, exerce papel sintático similar ao que. Vejamos: “Aposto como ele vai embora”.

C) Pronominais:

(76) “Não sabia como se desvencilhasse, para onde fugisse, quando voltaríamos, quanto custava o livro” (como = pronome interrogativo)

Oração subordinada substantiva objetiva direta

A partícula como, introdutora da oração subordinada em (76), de fato, não pode ser considerada uma conjunção integrante. Dotado de carga semântica, o como aproxima-se do

comportamento dos pronomes/advérbios interrogativos³⁴. Quanto a esse aspecto, o autor afirma:

“As orações introduzidas por pronome interrogativo (nas interrogações indiretas) não têm conectivo conjuncional (conjunção integrante). É que os pronomes interrogativos, aí, acumulam essa função: como elementos QU, são também subordinadores” (Luft, 2000:63)

Rocha Lima (1999:264), ao abordar as orações subordinadas substantivas, apresenta uma descrição mais simples e funcional do ponto de vista descritivo. Segundo o autor, distinguem-se dois grupos de orações substantivas desenvolvidas:

- as que são introduzidas pela conjunção integrante³⁵ *que*;
- as *interrogativas indiretas*, que começam por pronome ou advérbio interrogativo, ou, ainda, pela partícula dubitativa *se*.

A abordagem de Rocha Lima (1999), como vemos, não trata as interrogativas indiretas como um grupo marginal. Além disso, não reconhece o *se* como conjunção integrante, o que parece ser bastante coerente, haja vista o fato de essa partícula expressar valor de dúvida, o que vai contra a caracterização das conjunções integrantes, que são tidas como vazias de significado.

Kury (2003:71) opta por classificar e caracterizar as orações subordinadas substantivas em três blocos:

1º) orações desenvolvidas conexas

São introduzidas por uma das conjunções integrantes *que* e *se*, mais raramente *como* (= *que*). Kury (2003) admite a possibilidade de a conjunção vir elíptica em algumas construções.

³⁴ Por ora, optamos por não estabelecer a distinção entre pronome e advérbio interrogativo, devido às inúmeras dissensões conceituais, como se verá mais adiante.

³⁵ Rocha Lima (1999:264) define conjunção integrante como conectivo sem nenhum valor sintático ou significativo e que funciona como simples elo entre as orações.

2º) orações desenvolvidas justapostas

São assindéticas, não conjuncionais, sem conectivo. São introduzidas por pronome indefinido, pronome ou advérbio interrogativo ou exclamativo.

3º) orações reduzidas

Só se encontram, no português atual, orações substantivas reduzidas de infinito, nunca de gerúndio ou de particípio.

Nos dois primeiros tipos de oração (*desenvolvidas conexas* e *desenvolvidas justapostas*), aparece o articulador sintático como. Vejamos alguns exemplos fornecidos pelo autor:

(77) Aposto como não acreditas nas suas palavras. → desenvolvida conexa

(78) Lúcio compreendeu como a beleza era pérfida. → desenvolvida justaposta

(79) Não sabe como perdeu a sua mosca azul. (M. de Assis) → desenvolvida justaposta

Concordamos que o como, no exemplo (77), está exercendo a função de conjunção integrante, pois nesse contexto, pode ser substituído pela conjunção integrante que sem que o sentido da construção seja alterado.

Quanto ao exemplo (78), podemos afirmar que o segmento oracional “como a beleza era pérfida” é uma estrutura exclamativa indireta. Nesse caso, o mais prudente é considerar o como simplesmente como um advérbio, o que exclui a possibilidade de o mesmo ser uma conjunção, no que também concordamos com Kury (2003).

Por fim, no exemplo (79), podemos depreender um sentido adverbial interrogativo para o como. Segundo análise similar feita anteriormente por Perini (2000), o segmento “como perdeu a sua mosca azul” apresenta a estrutura de uma oração interrogativa. Vemos, portanto, que a análise de Kury (2003) é pertinente e bastante verossímil. Por fim, o autor (2003:72-73) assevera:

“Há quem considere os pronomes e advérbios introdutores de oração subordinada substantiva investidos do papel de conectivo. Como quer que seja, o importante é que a conjunção integrante, conectivo puro, não tem outra função na oração

subordinada, enquanto aqueles sempre têm. Assim, no exemplo de Machado de Assis (...) dado acima, o advérbio como exerce, na oração objetiva direta, a função de adjunto adverbial de modo; se, porém, em vez de como, usarmos que ou se (“Não sabe que perdeu”, “Não sabe se perdeu”), estas conjunções não terão qualquer outra função sintática na oração respectiva: serão apenas conectivos”

Consideramos essa asserção de Kury (2003) bastante pertinente. De fato, como vimos frisando, o como investido de carga semântica, não pode ser considerado uma verdadeira conjunção integrante, já que esta, *de per si*, é vazia de sentido.

Macambira (1978:184.190) propõe a discussão de que o *se*, considerado pela ampla tradição como uma conjunção integrante, seja considerado um advérbio interrogativo à semelhança do que já se faz com *quando*, como e *onde*. O autor argumenta que essa postura seria bastante pertinente pelo fato de o *se* possuir um estatuto categorial diferenciado do *que*, pelo menos em termos de significado, já que o *que* “não tem conteúdo semântico, tanto é verdade que pode ser omitido sem afetar a mensagem”. Contudo, após algumas elucubrações, Macambira (1978) opta por defender a tradição e considerar o *se* também como conjunção integrante.

Concluímos, portanto, que o como sofre grande flutuação em termos de caracterização taxionômica. Para alguns autores, deve ser considerado conjunção integrante; para outros, não. O problema é que, muitas vezes, não fica claro qual é o critério adotado para uma decisão ou outra. Aliás, são poucos os teóricos que oferecem uma caracterização precisa para o termo *conjunção integrante*.

Cabe, agora, verificarmos as marcas distintivas dos pronomes e advérbios tanto relativos como interrogativos, além das preposições. Por meio da análise realizada até então, verificamos que o como pode assumir morfologicamente as referidas funções.

3.2. Pronomes e advérbios

Ao encetarmos esta pesquisa, percebemos divergências significativas entre as diversas abordagens das classes relacionadas a seguir:

- pronomes relativos;
- pronomes interrogativos;
- advérbios relativos;
- advérbios interrogativos.

Ora são tomados como classes distintas, ora são unidas sob um mesmo grupo ou em subgrupos. As divergências, em termos conceituais, também são consideráveis. Aliás, as dissensões surgiram no seio de elaboração da própria NGB. Vejamos uma observação da comissão responsável pelo Anteprojeto da NGB:

“Não há razão para se chamar *interrogativos* a tais pronomes e advérbios (quem, quanto, como, porque). Com efeito, as orações em que eles aparecem é que são interrogativas, e somente a tais orações é que se ajusta essa designação”. (Chediak, 1960:22)

Segundo Barros (1985:222), o pronome relativo faz parte com a preposição e a conjunção, das *classes de relação* e “sua função precípua é representar, numa oração, o sentido de um termo (ou a própria oração) que o antecede. Não tem significação própria, ou melhor, a sua significação é a mesma do seu representado”.

Entre os referidos pronomes relativos, Barros (1985:224) acrescenta os interrogativos como uma subclasse. Define-os como “pronomes que dão expressão às frases de expressão direta ou indireta”. E lista-os: *quando? onde? aonde? como?* O autor acrescenta que os referidos pronomes relativos são dotados de valor adverbial.

Sem apresentar um parâmetro distintivo claro, o autor afirma que as palavras *como*, *quando*, *onde*, *porque*, *quanto*, “que às vezes parecem conjunções integrantes por introduzirem orações substantivas, são de fato, advérbios interrogativos, constituindo a chamada interrogação indireta”. (Barros 1985:215).

Por meio de simples observação, percebemos que o como é classificado, segundo proposta do autor, ora como *pronome relativo interrogativo* ora como *advérbio interrogativo*. Barros (1985) limita-se a listar os itens sem distingui-los adequadamente. Aliás, as definições apresentadas são totalmente intercambiáveis.

Fernandes Jr. (1995:124) assim define pronome interrogativo:

“A função morfológica Pronome Interrogativo tem como propriedade a intenção do emissor em identificar o(s) referente(s) da significação do Pronome Interrogativo ou da Palavra com que ele se relaciona. Essa intenção causa na Comunicação o efeito interrogativo do Enunciado, com ênfase no Pronome, remetido ao destinatário. As categorias que os Pronomes Interrogativos comportam são as categorias de gênero e número. Com isso, os Pronomes Interrogativos são variáveis”.

Entre os pronomes interrogativos, Fernandes Jr. (1995) insere os seguintes itens: *quem, que, qual e quanto*. Após listá-los, o autor reconhece a invariabilidade de *que* e *quem*, o que vai frontalmente contra a caracterização apresentada anteriormente por ele mesmo.

Mais adiante, o autor supracitado (1995:126) adverte que “no português, *como* pode ser considerado um Pronome Interrogativo, recuperando a estrutura do Latim arcaico e considerando implicitamente a preposição ‘por’”. Como vemos, apesar de o *como* não apresentar flexão e não estar inserido no rol dos interrogativos apresentados anteriormente, Fernandes Jr. considera-o como tal.

Com relação aos pronomes relativos, Fernandes Jr. (1995:127) afirma: “na função morfológica Pronome Relativo ocorrem as Palavras *que, quanto, quem, onde, como, quando e cujo* e a locução *o qual*”. Novamente o autor afirma ser propriedade de tais pronomes a variabilidade, o que, já confirmamos, não se aplica ao como e a outros itens apresentados.

A abordagem de Luft (2000) também parece ser contraditória pelo fato de não estabelecer uma distinção clara e explícita entre advérbio e pronome. Ao descrever a classe dos advérbios, Luft (2000:137) afirma que o como (= da maneira com que) pode ser classificado, na mesma oração, de duas maneiras diferentes. Vejamos:

ADVÉRBIO PRONOMINAL NÃO-INTERROGATIVO RELATIVO DE MODO = PRONOME INTERROGATIVO SEM ANTECEDENTE
--

Da mesma forma, segundo o autor, o como pode receber, ao mesmo tempo, outra classificação nas interrogações diretas e indiretas, ou seja:

ADVÉRBIO PRONOME INTERROGATIVO DE MODO = PRONOME INTERROGATIVO ADVERBIAL
--

Segundo Luft (2000), nas frases (80) e (81), por exemplo, o como poderia ser classificado tanto como um *advérbio pronome interrogativo de modo* como um *pronome interrogativo adverbial*. A pergunta a que chegamos é a seguinte: afinal de contas, o como é pronome ou advérbio? Ou melhor, existe a necessidade de criarmos duas categorias distintas para abrigar o como e outros itens? Vejamos os exemplos citados por Luft (2000):

(80) Como fazer?

(81) Indagaram como deviam fazer.

Kury (2003:79-80) prefere não inserir o como no grupo dos pronomes relativos, mas advoga a existência dos advérbios pronominais relativos, cuja função é introduzir orações relativas, trazendo em seu significado uma preposição. Segundo o autor, o como estaria nesse grupo: como = por que. E exemplifica:

(82) A maneira como o receberam era um aviso. (como = por que; pela qual).

Bueno (1963:136) assume uma postura radical ao abordar a classe dos advérbios interrogativos. De fato, reitera a posição de Chediak (1960), anteriormente apresentada nesta pesquisa. Vejamos:

“A Nomenclatura Gramatical Brasileira achou de denominar *advérbios interrogativos*: de lugar – *onde?*; de tempo – *quando?*; de modo – *como?*; de causa – *por quê?* Registramos aqui a inovação, porém, não a aceitamos. Não há palavra, seja lá qual for, interrogativa. É a frase que é interrogativa. Se dissermos: *Onde* estará o meu chapéu? e alguém nos responder: ‘Está *onde* o puseste’ – veremos que, na primeira frase, *onde* é o mesmo advérbio de lugar que se encontra na segunda. A primeira frase, sim, é interrogativa, não porém o advérbio *onde*. (...) Não há

razão alguma para que se aceite tal inovação, a nosso ver, inteiramente errada.”

Rocha Lima (1999:116.176) admite a existência das quatro classes anteriormente referidas, definindo-as da seguinte forma:

Quadro 14 – Definições de pronomes e advérbios, segundo Rocha Lima (1999).

Pronomes relativos	Os pronomes relativos são palavras que reproduzem, numa oração, o sentido de um termo ou da totalidade de uma oração anterior. Eles não têm significação própria; em cada caso representam o seu antecedente. Eis o quadro dos pronomes relativos: <i>que, quem, quanto, quanto, quantos, quantas, cujo, cuja, cujos, cujas, o qual, a qual, os quais, as quais</i> .
Pronomes interrogativos	Os pronomes indefinidos <i>que, quem, qual, quanto</i> recebem particularmente o nome de <i>interrogativos</i> , quando com eles formulamos uma pergunta.
Advérbios relativos	São os advérbios <i>onde, quando, como</i> -, empregados com ‘antecedente’, em orações adjetivas. “Merece elogios o modo/ <i>como</i> trata os mais velhos”.
Advérbios interrogativos	São as palavras <i>onde, quando, como, porque</i> , denotando respectivamente <i>lugar, tempo, modo, causa</i> – nas perguntas diretas e nas indiretas. “ <i>Como</i> se vai a essa rua?” – “Quero saber <i>como</i> se vai a essa rua”.

Pela exposição de Rocha Lima (1999), o como figuraria, apenas, entre os advérbios. Sua inclusão dentre os pronomes (tanto relativos quanto interrogativos) não é admitida³⁶. Percebemos, assim, que sua abordagem vai contra a de Barros (1985) e a de Luft (2000), por exemplo, que admitem a possibilidade de o como desempenhar a função de pronome.

Ribeiro (2004:184) adota posição menos ortodoxa ao introduzir o como entre os pronomes relativos. Perini (2000:140) prefere não estabelecer diferenças entre os advérbios e pronomes relativos; ao contrário, trata-os simplesmente como *relativos*.

³⁶ Nossa afirmação, entretanto, não pode ser tomada categoricamente. Apesar de Rocha Lima (1999:116), *a priori*, não incluir o como entre os pronomes interrogativos, o autor admite a possibilidade de os mesmos funcionarem como pronomes interrogativos adverbiais (1999:334-335): “Como transcorreram os debates?”. Essa constatação revela com ainda mais veemência as dissensões teóricas subjacentes ao assunto.

Melo (1978:105) reconhece a existência de pronomes relativos e interrogativos, mas já não arrola o como entre os mesmos. Ao abordar os advérbios relativos, o autor assevera que eles “figuram nas interrogações diretas”. Não há qualquer comentário acerca das interrogativas indiretas introduzidas pelo articulador sintático em foco.

Almeida (2004:320) afirma que o advérbio de modo como pode exercer função conjuntiva. O autor exemplifica o fato com uma oração interrogativa indireta. Vejamos:

(83) Não sei como ele passou.

Azeredo (2000:124) considera mais econômico considerar os pronomes interrogativos como simplesmente pronomes indefinidos. Ele assevera que essa postura é mais coerente, uma vez que não é comum encontrarmos em nossas gramáticas pronomes exclamativos. A partícula como não é inserida entre os referidos pronomes, que restringem-se a *qual*, *quanto*, *que*, *o que* e *quem*, que integram frases interrogativas parciais. Azeredo (2000:144) inclui o como no rol dos advérbios de modo, ressaltando que seu uso insere-se “nas frases interrogativas”.

Bechara (1999) afirma que, pela origem dos advérbios, é possível associá-los a nomes ou a pronomes, surgindo, assim, advérbios nominais e advérbios pronominais, respectivamente. O como, segundo o autor, pode figurar ora entre os advérbios pronominais relativos ora entre os advérbios pronominais interrogativos.

A abordagem de Bechara (1999) aponta para certo hibridismo entre a classe dos pronomes e a classe dos advérbios, conforme já apontado por outros teóricos, como Luft (2000). Bechara (1999:294) observa que “*porque* (e o mesmo vale para *quando* e *como*) não se enquadra apenas como conjunção; *porque*, *quando* e *como* são, em verdade, ‘expressões adverbiais conjuntivas, isto é, expressões que, sem perderem a sua função adverbial, têm concomitantemente função conjuntiva’”.

O autor supracitado (1999) acrescenta que os advérbios relativos de base pronominal, além de poderem ser empregados de modo absoluto, isto é, sem referência a antecedentes, são empregados nas perguntas diretas e indiretas em referência ao lugar, tempo, modo ou causa. E exemplifica:

(84) *Onde* está estudando o primo? Ignoro *onde* estuda.

(85) *Quando* irão os rapazes? Não sei *quando* irão os rapazes.

(86) Como fizeram o trabalho? Perguntei-lhes como fizeram o trabalho.³⁷

(87) *Por que* chegaram tarde? Dir-me-ás *por que* chegaram tarde.

As orações completivas introduzidas pela partícula como, conforme já entrevemos, produz um problema de ordem analítica. Tomando parte do exemplo (86), por exemplo, “como fizeram o trabalho”, verificamos que temos, do ponto de vista sintático, uma oração subordinada substantiva objetiva direta (em termos tradicionais); contudo, verificamos que esta mesma oração é introduzida por um relativo cujo antecedente não está explícito no período. Semanticamente, a presença do item como denota o modo como a ação se realizou. Isso revela um estatuto sintático-semântico diferente para tais tipos de oração, quando comparadas às introduzidas por *que* ou *se*. Cremos que estamos diante de um problema cuja solução requer maior reflexão. Afinal, temos de reconhecer que as orações a seguir, do ponto de vista semântico, apresentam grande diferença. Vejamos:

(88) Não percebi que eles saíram.

(89) Não percebi como eles saíram. (= Não percebi o modo como eles saíram)

Bosque y Demonte (2004:337), ao tratar das orações subordinadas substantivas, afirmam que “no lugar de **que**, emprega-se às vezes, **como**, com o qual parece que enunciamos melhor o fato, o modo ou a maneira de sua realização”³⁸. Os autores consideram o *como*, nesses casos, como verdadeira conjunção.

Bechara (1999:468-470) sugere o fato de tais orações poderem sofrer uma outra análise, que apontaria a existência de uma oração adjetiva em tais contextos: “assim, substituem (...) como por o modo pelo qual” (grifos nossos). Contudo, percebemos que o autor não simpatiza com tal procedimento, uma vez que não se trabalha com a realidade da língua, mas “uma substituição que a ela realmente nem sempre equivale”.

Said Ali (1966:64-65) afirma que “o pronome relativo refere-se a um nome anterior, que se chama antecedente, e faz parte de nova oração subordinada a esse antecedente” e “os

³⁷ O autor acrescenta que o como ainda pode ser utilizado em exclamações diretas e indiretas: Como chove! Veja como chove.

³⁸ “en lugar de *que* se emplea a veces *como*, con lo cual parece que enunciamos, más bien que el hecho, el modo o manera de su realización”.

pronomes interrogativos usam-se nas perguntas e referem-se a pessoa ou coisa desconhecida”. O autor não inclui o como entre os referidos pronomes.

Com relação aos advérbios, Said Ali (1966:97) assevera que há um subgrupo de “palavras invariáveis próprias das perguntas diretas ou indiretas, e (que) denotam tempo, lugar, modo ou causa”. Esses seriam os advérbios interrogativos. E exemplifica:

(90) Como se pronuncia esta palavra?

(91) Quisera saber como se pronuncia o vocábulo.

Às definições e exemplos acima, o autor acrescenta uma observação que é geradora de alta polêmica. Vejamos:

“Não é louvável o antigo processo de analisar nestas frases *quanto*, *onde*, etc., por locuções de sentido equivalente (em que tempo, em que lugar, etc.) Não se deve tirar o que num idioma está e sempre esteve, somente para salvar teorias discutíveis” (Said Ali, 1966:97)

Assim, verificamos uma explícita concordância entre Said Ali (1966) e Bechara (1999), já que ambos não aceitam o procedimento que desdobra as orações, com vistas à explicitação de um antecedente para o como, utilizado com a função de advérbio relativo.

Chediak (1960) aborda dois pontos de vista constantes durante o processo de elaboração da NGB: os que eram a favor do desdobramento das orações interrogativas indiretas e dos que eram contrários. Vejamos:

“Agradou o critério que firmaram, ao incluírem entre as orações substantivas as dos exemplos: (...) Ignoramos como... (...) Porque julgam que não se deva modificar o texto para fins de análise: o que está escrito deve ser analisado tal como é, e não como deveria ser, por meio de arranjos” (Chediak, 1960:202-203)

“Na parte de sintaxe propriamente dita, apesar de ter achado o Anteprojeto muito bem feito, discordo inteiramente da inclusão de orações com as palavras *quem*, como, *onde*, *quando*, etc. nas substantivas.

Vejamos se posso explicar com clareza o porque de minha discordância. Quando digo ‘Ignoramos quem se matou’, sei que alguém praticou o ato; ignoro, somente, a pessoa. Logo, não compreendo o porque a oração inteira será objeto direto. Acho que o objeto será a pessoa, qualificada por uma oração adjetiva, que se sente no período. (Ignoro a pessoa que se matou; desconheço a ocasião em que se matou, etc.)” (Chediak, 1960:226)

Segundo Llorach (1999:101), na sintaxe da língua espanhola, o *como* cumpre a função de advérbio relativo. Além de cumprir a função de adjunto circunstancial dentro da oração que transpõe, acumula em seu conteúdo a referência da noção de modo, denotada por seu antecedente quando existe.

Alcina & Blecua (1975:595-596) incluem os pronomes interrogativos e exclamativos numa classe superordenada: a dos pronomes relativos. Segundo os autores, uma característica fundamental de todos os pronomes relativos é a existência de um termo conhecido como antecedente. Os autores trazem, contudo, uma inovação em termos de taxionomia da teoria gramatical. Vejamos:

“O termo antecedente pode aparecer, por sua vez, no texto como um **antecedente textual** e ser identificado como uma palavra do discurso, ou não aparecer no texto – **antecedente extratextual**.”³⁹

Referindo-se ao *antecedente textual*, os autores afirmam que a alusão se efetiva com relação a um substantivo, adjetivo, advérbio ou a toda uma proposição. Quando temos um caso de *antecedente extratextual*, nem sempre é fácil a recuperação do item, aliás, a referência extratextual pode ser em relação até mesmo a um item ainda não lexicalizado em nossa língua.

Por fim, precisamos verificar a proposta de Macambira (1978), que numa perspectiva estrutural, estudou exaustivamente as interrogativas indiretas e seus introdutores sintáticos. Inicialmente, o autor (1978:171) afirma que “todo membro do grupo *qu-* funciona cumulativamente como pronome ou advérbio e mais como conjunção”. O *como*, especificamente, é considerado pelo autor como um advérbio.

³⁹ “El tal llamado antecedente puede aparecer, por su parte, en el texto como **antecedente textual** y ser identificado como una palabra del discurso, o bien, no aparecer en el texto – **antecedente extratextual**.”

Macambira (1978:174-175), recorrendo a estudos diacrônicos baseados no indo-europeu, que datam de 3000 anos, afirma que, no latim, a fusão dos termos interrogativo e relativo se deu antes que aparecessem os primeiros textos. E acrescenta:

“O português, como filho do latim, herdou a confusão mórfica entre os interrogativos e relativos. Em face disto, é necessário recorrer a certos artifícios, tais como a substituição, a expansão e a transformação para identificar a natureza do elemento *qu-*, se é interrogativo ou relativo, e deste modo reconhecer a oração interrogativa”.

Com vistas ao estabelecimento da diferença entre conectivos relativos e conectivos interrogativos, Macambira (1978) propõe a realização de testes de substituição, expansão e transformação, já que, no português, tanto um pronome quanto o outro não diferem morficamente, o que não ocorre com o grego.

Enfim, pensamos que as informações acima já servem para constatar a grande divergência entre os diversos autores, inclusive dentro de uma mesma abordagem teórica. Como nosso objetivo não é realizar uma análise de base morfológica, consideramos os comentários acima suficientes para nossos propósitos.

3.3. Preposições, palavras denotativas e outros usos.

Segundo a gramática tradicional, as preposições geralmente servem para ligar palavras. Alguns gramáticos, inclusive, só admitem essa função para esses conectivos:

“Tanto a preposição quanto a conjunção são *conectivos*, isto é, são classes que desempenham função de ligação; ambas essas classes ligam, mas entre elas há esta diferença: A preposição liga *palavras* (substantivo a substantivo, substantivo a adjetivo, substantivo a verbo, adjetivo a verbo etc.), ao passo que a conjunção liga *orações*”. (Almeida, 2004:334)

Entretanto, além de ligar palavras, as preposições também podem ligar orações, conforme já verificamos anteriormente. Vejamos alguns exemplos:

(92) Não saí por estar chovendo.

(93) Foi embora sem dizer nada.

Azeredo (2000:38) é um dos poucos autores a tratar tal questão com devida consistência teórica. Vejamos:

“A base distintiva que, segundo Mattoso, separa preposições e conjunções é insatisfatória. Com efeito, ‘e’ é uma conjunção em ‘Flávia e Gisele são irmãs’, apesar de estar ligando palavras; ‘para’ é uma preposição na frase ‘comprei esta cesta para jogar lixo’, embora ligue estruturas formadas por sujeito e predicado, isto é, orações. (...) As preposições têm muito em comum com as conjunções subordinativas, pois umas e outras servem para indicar que a estrutura que integram se acha subordinada a uma construção situada em nível mais alto. Preposições e conjunções subordinativas se equivalem funcionalmente e devem ser descritas como subtipos de uma classe lexical só. A diferença entre uma e outras consiste em que as preposições introduzem construções sem conteúdo modo-temporal explícito, enquanto as conjunções subordinativas introduzem estruturas cujo conteúdo modo-temporal se explicita.”

Alguns estudiosos, entre eles Leitão (2000) e Ribeiro (2004), costumam incluir o como sob a denominação de preposição accidental. Outros, como Almeida (2004), Said Ali (1966) e Cunha & Cintra (2001), acrescentam a palavra conforme, mas não o como. Por fim, há outros que não acrescentam nem o como nem o conforme às preposições, como Rocha Lima (1999).

Bueno (1963:140) define preposições accidentais como “elementos de outras categorias gramaticais que, em determinadas frases, exercem a função de preposição”. Bechara (1999:301) acrescenta que só as essenciais são acompanhadas de formas tônicas dos pronomes oblíquos.

Luft (2000:139), de certa forma, corrobora a posição de Bechara (1999), ao delinear o traço distintivo sintático das preposições: “as essenciais regem pronome oblíquo; as accidentais vão com pronome reto: como tu, conforme eu, segundo tu etc.”. E exemplifica:

(94) Falo como (= na qualidade de) professor.

Pelo que podemos observar em algumas gramáticas, é incoerente aceitar que o conforme seja tratado como preposição acidental e o como não, uma vez que este pode ser substituído por aquele nos contextos analisados. Vejamos:

(95) “Sacudindo o pó dos sapatos, conforme o conselho de Cristo”. (Said Ali, 1966:101)

(95’) “Sacudindo o pó dos sapatos, como o conselho de Cristo”.

Alguns gramáticos tendem a incluir o como no chamado grupo das palavras denotativas, cujo tratamento tem sido também bastante diversificado nas obras pesquisadas. Rocha Lima (1999:177), por exemplo, define essas expressões como palavras e locuções que indicam *afirmação, negação, exclusão, inclusão, avaliação, designação, explicação (como, a saber), retificação, etc.* O autor acrescenta que muitos teóricos têm incluído essas expressões na classe dos advérbios, o que não seria correto, visto que elas não exprimem nenhuma circunstância. Cunha & Cintra (2001:52) defendem posição análoga à de Rocha Lima (1999).

Luft (1960:80) também discorda daqueles que acrescentam tais palavras à classe dos advérbios, contudo, por outro motivo: “porque não modificam verbo, adjetivo ou advérbio”. Entre tais palavras, Luft (1960) reconhece que o como funciona como uma “palavra de explicação”. O autor acrescenta, por fim, que tais palavras têm recebido diferentes nomenclaturas. Vejamos:

- Expressões de situação – Said Ali.
- Palavras denotativas – José Oiticica.
- Funções incidentes – Cândido Jucá.

Bechara (1999:291) também confere ao assunto um tratamento similar aos teóricos aqui explorados e acrescenta que tais palavras podem ser estranhas às relações semântico-sintáticas. Vejamos:

“A Nomenclatura Gramatical Brasileira põe os denotadores de *inclusão, exclusão, situação, retificação, designação, realce etc.*, à parte, sem a rigor incluí-los entre os advérbios, mas constituindo uma classe ou grupo heterogêneo chamado *denotadores*, que coincide, em parte, com a proposta de José Oiticica das *palavras denotativas*, muitas das quais têm papel transfrástico e melhor atendem a fatores de função textual estranhos às relações semântico-sintáticas inerentes às orações em que se acham inseridas”.

Outra observação importante é que os gramáticos tradicionais associam o uso de como, quando não conjuntivo, a contextos não-oracionais. Entre os usos verificados, podemos destacar dois, a nosso ver, bastante produtivos:

a) nos predicativos – Rocha Lima (1999:240) afirma que o predicativo pode vir precedido de uma das preposições *de, em, para, por*, da palavra como, ou de locução prepositiva. Exemplo:

(96) Todos o consideraram como um aventureiro.

Bechara (1999:428-429) também ilustra a presença do como em construções com anexo predicativo (predicativo atributivo ou atributivo predicativo). Vejamos os exemplos:

(97) “Definiu-se o caso como impossível” (predicativo do sujeito).

(98) “Tratou-se da questão como insolúvel” (predicativo do complemento relativo).

b) nos apostos – Bechara (1999:457) afirma que há dois tipos de aposto: o especificativo e o explicativo. O aposto explicativo apresenta três valores secundários: enumerativo, distributivo e circunstancial. Este último, segundo o autor, pode ser introduzido por como:

(99) “As estrelas, como grandes olhos curiosos, espreitavam através da folhagem”

(100) “A ti, como general, compete o comandar”.

Luft (2000:43) também aborda o uso do como com função de *expressão pré-apositiva*: “O aposto pode vir precedido de como, *a saber, convém (a) saber* – ou expressões parecidas (= pré-apositivos). E exemplifica:

(101) “O mestre, como guia da juventude, deve levar vida exemplar.”

Enfim, como podemos perceber, há grande divergência entre os autores. Alguns, conforme vimos, preferem nem mesmo classificar o como em determinados contextos, em termos morfológicos. Acreditamos que esta é uma seara ainda aberta a estudos. Como nosso objetivo central é analisar o como no âmbito das construções sintáticas do Português, limitamo-nos à exposição acima. Cremos que ela foi suficiente para comprovar quão difícil é buscarmos uma taxionomia mais uniforme, o que facilitaria copiosamente os estudos lingüísticos.

3.4. Articuladores sintáticos

Abreu (1994), como já abordamos anteriormente na seção 1.5, utiliza a expressão *articulador sintático* para se referir a todos os elementos viabilizadores de estruturação sintática, no âmbito da sentença complexa. Por se tratar de um termo de base mais genérica, há menos riscos de possíveis erros classificatórios e conceituais, inclusive, dos casos de difícil classificação, em que os limites entre coordenação e subordinação parecem ser bastante difíceis de serem traçados.

Além dessa vantagem, o termo *articulador sintático* abarca também as locuções prepositivas e conjuntivas, pronomes e advérbios tanto relativos quanto interrogativos, além de conectores correlativos, cujo processo de estruturação já foi analisado.

Pelos motivos arrolados, tomaremos a partir de então, o termo *articulador sintático* para nos referirmos ao como em suas mais diversas formas e funções. Este termo servirá para esta pesquisa como um rótulo genérico de forma a abarcar as realizações simples, compostas e correlatas do nosso item pesquisado. Assim, acreditamos estar ampliando ainda mais a abrangência do conceito, tal como foi utilizado primeiramente por Abreu (1994).

Nossa decisão, vale frisar, baseia-se no fato de necessitarmos de um termo mais apropriado para fazermos referência ao objeto de nossa pesquisa. Essa opção pareceu, portanto, a mais acertada devido à profunda flutuação entre os usos dos termos pronomes, advérbios, conectivos etc. Certamente a discussão dos limites entre tais categorias é de grande importância, contudo, acreditamos que tal empresa excederia os objetivos de nossa pesquisa.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao longo dos capítulos 1 e 2, pudemos verificar com clareza como os processos de estruturação sintática estão aquém de uma sistematização de caráter mais uniforme. Há abordagens que consideram haver quatro processos (justaposição, correlação, coordenação e subordinação), outras consideram apenas três (correlação, coordenação e subordinação) e há ainda os que consideram haver apenas dois (subordinação e coordenação). Até dentro de uma mesma linha teórica, as dissensões são freqüentes.

O quadro teórico apresentado por meio dos estudos preliminares contidos na revisão da literatura especializada conduz-nos a adotar o termo *construção*, como fez Moura Neves (2000). Esse termo de base genérica, além de incluir estruturas subordinadas, coordenadas e correlatas, abrange também estruturas não-oracionais, facilita a descrição da língua e nos previne de outro ponto extremamente delicado no âmbito da sintaxe portuguesa: a questão da elipse verbal. Decat (2001:119-120), de certa forma, também corrobora nossa postura:

“Dizer que uma cláusula é, ou não, subordinada nada esclarece sobre certas relações da articulação de cláusulas. Mais do que a forma como se combinam – embora essa seja relevante – o que importa é a relação que existe entre as cláusulas, fato apontado até mesmo por alguns gramáticos tradicionais, embora se preocupassem com sua forma”.

O tratamento dado às *conjunções* nas mais diversas teorias lingüísticas, como vimos, também é bastante heterogêneo e está longe de encontrar consenso entre os pesquisadores. O mesmo se aplica aos advérbios e pronomes (tanto relativos como interrogativos) e às preposições ditas acidentais. Por isso, escolhemos o termo *articulador sintático*, cunhado por Abreu (1994). Optamos por esse termo, conforme afirmado em 3.4., porque ele revela um caráter genérico, da mesma maneira como o termo *construção* também o é.

Após revisarmos a literatura especializada em termos de articulação sintática e definirmos os termos com os quais lidaremos, cumpre analisarmos mais detidamente o objeto principal de nossa pesquisa: o *como*. Para isso, utilizaremos metodologia semelhante à adotada até aqui: partiremos das abordagens tradicionais até os autores que fundamentarão

basicamente nossa pesquisa em termos teóricos, rumo à análise empírica dos dados de nosso *corpus*.

A priori, podemos afirmar que o como ainda não encontrou em nenhuma obra pesquisada um tratamento satisfatório. Na verdade, o assunto não está sistematizado nos compêndios mais conhecidos. O que observamos são referências desencontradas e dispersas ao longo dos capítulos dedicados aos processos de estruturação sintática e no capítulo dedicado às conjunções (e às vezes, entre os advérbios e preposições acidentais), como mais um exemplo entre outros.

Segundo Andrade (1987), a abordagem dada ao como, no âmbito da sentença complexa, pelos autores de base tradicional, está restrita aos seguintes usos: conjunção coordenativa aditiva, conjunção integrante, conjunção subordinativa causal, conjunção subordinativa comparativa e conjunção subordinativa conformativa, ou seja, revelam-se, pelo menos, cinco usos diferenciados.

Ao pesquisar funcionalmente o comportamento das conjunções subordinativas adverbiais, Rodrigues (1999:01-2) analisou 67 textos constituídos de crônicas, editoriais, matérias assinadas e opinião de leitores, impressos no Jornal do Brasil, no decorrer de 27 de agosto a 08 de setembro de 1997. A pesquisadora encontrou os seguintes resultados envolvendo a partícula como:

Quadro 15 – Ocorrências do *como* em *corpus* jornalístico.

TIPO DE ORAÇÃO ADVERBIAL	ARTICULADORES
Final	Como forma de (2)
Temporal	Como (1)
Causal	Como (7)
Condicional	Como se (1)
Comparativa	Como (2) Mais como ... do que como (1) Tanto... como (1) Como se (1) Assim como (1) Tão... como (1)

Conformativa	Como (25) Como se (3)
Modal	Como (7) Como se (4)

A pesquisa realizada com os fatos reais da língua viva em circulação, como facilmente podemos concluir, está em flagrante dissonância com o que preceituam as nossas gramáticas normativas. O articular sintático como e seus correlatos revelaram-se altamente polissêmicos, figurando em sete tipos de orações subordinadas adverbiais diferentes.

O como (em suas formas simples, composta e correlata) foi encontrado em um total de 57 ocorrências, o que equivale a 8% de todos os articuladores sintáticos encontrados nos textos jornalísticos pesquisados naquele período.

Ayora (1991:7), em obra especializada sobre o assunto, após comentar o uso do como em orações exclamativas e interrogativas, relaciona e analisa as oito orações em que se verificam usos do *como*, na língua espanhola. São elas: orações comparativas, modais, temporais, causais, enunciativas indiretas⁴⁰, finais, condicionais e concessivas.

Especialmente no capítulo dedicado às construções modais, o autor revela contribuições singulares ainda não encontradas em língua portuguesa (pelo menos nos compêndios analisados, que somam diversas linhas teóricas de investigação lingüística). Suas contribuições, aliadas às de outros autores espanhóis, nos ajudarão a delinear o perfil desse tipo de construção, ainda pouco estudado por nossos gramáticos e preterido pela NGB.

Diante do quadro teórico traçado, que é de natureza bastante heterogênea, optamos por adotar a linha funcionalista norte-americana⁴¹, que prevê o uso lingüístico como o mecanismo gerador do sistema. Associados aos seus pressupostos teóricos, utilizaremos as contribuições de Ayora (1991), Moura Neves (2000) e Mateus *et alii* (2003).

A reunião das contribuições desses autores com a teoria lingüística adotada determinará a delimitação dos tipos de construções a serem estudadas e irá auxiliar a etapa empírica da pesquisa no sentido de possibilitar um olhar mais amplo sobre as ocorrências que envolvem o articulador sintático como nos textos que serão analisados.

⁴⁰ Segundo Ayora (1991:11), as orações enunciativas indiretas são as que em lugar do “que” se emprega o “como”, nas obras da literatura clássica. Segundo o autor, tais construções estão em desuso no espanhol.

⁴¹ A caracterização dessa teoria lingüística será feita no item seguinte.

Os fundamentos teóricos oferecidos pelos autores supracitados justificarão e embasarão nosso trabalho e nos permitirão uma análise mais profícua do articulador sintático *como*, em contextos reais. Adaptando-se a classificação proposta por Moura Neves (2000), analisaremos o *como* em cinco blocos:

- nas construções aditivas;
- nas construções comparativas;
- nas construções conformativas;
- nas construções causais;
- nas construções modais;

Antes, porém, de caracterizarmos cada bloco acima, faz-se necessário, como já afirmamos, abordar e caracterizar a linha teórica que fundamentará nossa pesquisa. Após a caracterização dessa linha de investigação lingüística, passaremos a analisar o processo de gramaticalização e a teoria dos gêneros, como aparatos auxiliares para o nosso trabalho, cujo escopo oferecerá valiosas contribuições para nossa pesquisa.

4.1. Funcionalismo Lingüístico

Não é tarefa fácil definir o Funcionalismo Lingüístico. A linha de investigação, tal como a adotamos em nossa pesquisa, assemelha-se a inúmeras outras propostas que também advogam o estudo da língua em uso, mote central da teoria enfocada.

Moura Neves (2001:39) observa que podemos distinguir, em termos gerais, duas grandes correntes de pensamento lingüístico:

“A consideração da existência de um modelo com visão funcionalista da linguagem, isto é, com uma visão da linguagem como entidade não suficiente em si, leva, em primeiro lugar, à contraposição com outro modelo que, diferentemente, examina a linguagem como um objeto autônomo, investigando a estrutura lingüística independentemente do uso”.

Segundo a análise da autora, pode-se distinguir dois pólos de investigação no pensamento lingüístico: o funcionalista e o formalista, respectivamente caracterizados na

citação anterior. Em linhas gerais, no funcionalismo, há a preponderância da função⁴²; no formalismo, da forma. No primeiro grupo, de um modo geral, poderíamos incluir Halliday, a Escola de Praga, Firth, Lamb, a Escola de Londres, Dik, Givón, Hopper, Traugott, Heine, etc. No segundo grupo, o dos formalistas, incluiríamos Chomsky, Sausurre, Bloomfield etc.

Com vistas a uma melhor caracterização de ambas as correntes, Moura Neves (2001:46-47) traçou o seguinte quadro comparativo:

Quadro 16 – Paradigma formal versus paradigma funcional.

	PARADIGMA FORMAL	PARADIGMA FUNCIONAL
Como definir a língua	Conjunto de orações.	Instrumento de interação social.
Principal função da língua	Expressão do pensamento.	Comunicação.
Correlato psicológico	Competência: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações.	Competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua.
O sistema e seu uso	O estudo da competência tem prioridade sobre o da situação.	O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso.
Língua e contexto/situação	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto/situação.	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto.
Aquisição da linguagem	Faz-se com uso de propriedades inatas, com base em um <i>input</i> restrito e não-estruturado de dados.	Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural.
Universais lingüísticos	Propriedades inatas do organismo.	Explicados em função de restrições: comunicativas, biológicas ou psicológicas; contextuais.
Relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática	A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via semântica.	A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica.

⁴² Segundo Moura Neves (2003:05-06), o termo *função* apresenta várias concepções distintas. Entre os diversos significados para o termo, a autora cita: a) o valor de *papel* ou de *utilidade de um objeto ou de um comportamento*; b) o valor de *papel de uma palavra em uma oração*, acrescentado ao sentido que a palavra tem num determinado contexto; c) o valor matemático de *grandeza dependente de uma ou de diversas variáveis*. Moura Neves (2003) conclui afirmando que os funcionalistas ainda não chegaram a um denominador comum; por ora, associam ao termo *função* a idéia de relação (cf. Dillinger, Brainerd e Wall). Enfim, em termos lingüísticos, *função* pode designar: a) relações entre uma forma e outra (*função interna*); b) relações entre uma forma e seu significado (*função semântica*); b) relações entre o sistema de formas e seu contexto (*função externa*).

O quadro 16 enseja uma série de reflexões possíveis no sentido de caracterizarmos o paradigma funcionalista. De um modo geral, podemos observar a premência do uso, do contexto e da interação. Esses são os fatores responsáveis pelo caráter dinâmico da língua, segundo os pressupostos aqui adotados.

Moura Neves (2001:01) costuma afirmar, baseada em outros autores, que “provavelmente existem tantas versões do funcionalismo quantos lingüistas que se chamam funcionalistas, definição que abrange desde os que simplesmente rejeitam o formalismo até os que criam uma teoria”. Essa tendência parece ser uma constante na trajetória do pensamento lingüístico, pois com o estruturalismo não foi diferente: “o estruturalismo não foi um movimento unificado, apresentando, ao contrário, aspectos distintos de acordo com diferentes autores” (cf. Cunha *et alii*, 2003:19).

Oriunda da teoria funcionalista, podemos postular a existência de uma gramática funcional, cuja característica maior centra-se nas possibilidades de mudança decorrentes das pressões do uso e das práticas de interação social. Nas palavras de Moura Neves (2001:16), podemos pressupor nos modelos funcionalistas uma “certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo lingüístico”. Essa importante característica é sublinhada por outros autores. Vejamos:

“O pólo funcionalista caracteriza-se pela concepção da língua como um instrumento de comunicação, que, como tal, não pode ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical” (Cunha *et alii* 2003:20).

Creemos que, em linhas gerais, o funcionalismo já tenha sido explanado adequadamente. Devemos sublinhar que, neste modelo teórico, práticas de interação social e as pressões de ordem cognitiva e social podem ser considerados os motores da mudança e da variação. Não cabe, portanto, idealizarmos um falante ideal, conforme fazem os formalistas. Segundo pressupostos teóricos funcionalistas, a lingüística deve ir em busca de dados reais, dos usos correntes no dia-a-dia, e não de modelos abstratos.

Inicialmente, a lingüística norte-americana foi dominada por uma forte tendência aos estudos formalistas, mormente os de base descritivista. A tradição lingüística dos EUA levou

vários estudiosos a modelos cada vez mais abstratos, culminando com o gerativismo de Noam Chomsky. A produção científica, segundo os modelos gerativistas, ainda hoje é dotada de alto prestígio e concentra grande número de pesquisadores.

Cerceados pelas limitações da gramática gerativa, que já não atendia aos anseios dos pesquisadores nas áreas de mudança lingüística e criouística, houve uma tendência de vários estudiosos a buscar alternativas teóricas que melhor servissem aos trabalhos encetados. É a partir desse momento, que surge a vertente norte-americana do Funcionalismo Lingüístico:

“O termo *funcionalismo* ganhou força nos Estados Unidos a partir da década de 1970, passando a servir de rótulo para os trabalhos de lingüistas como Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón, que passaram a advogar uma lingüística baseada no uso, cuja tendência principal é observar a língua do ponto de vista do contexto lingüístico e da situação extralingüística. De acordo com essa concepção, a sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso. Ou seja, a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização de informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva” (Cunha *et alii*, 2003:23-24).

Os textos publicados, considerados pioneiros, no âmbito da nova tendência foram os seguintes:

- *The origins of syntax in discourse: a case study of Tok Pisin relatives*, de Gillian Sankoff e Penelope Brown, em 1976. Baseando-se no tok pisin, os autores evidenciaram motivações discursivas geradoras de estruturas sintáticas nesta língua de origem pidgin, em Papua Nova-Guiné, ilha ao norte da Austrália.
- *From discourse to syntax: grammar as a processing strategy*, de Talmy Givón, publicado em 1979. Esse texto tornou-se um clássico nos estudos funcionalistas. De caráter antigerativista, procurou buscar as relações intrínsecas entre discurso e gramática, considerando o primeiro como o gerador do segundo.

Quanto aos processos de estruturação sintática, verificamos certa pluralidade de concepções, no que tange aos aspectos tanto organizacionais quanto taxionômicos. Vejamos o modelo proposto por Hopper & Traugott (1997).

Segundo esses autores, todas as línguas do mundo têm dispositivos para interligar cláusulas no que chamamos de períodos complexos. Esses mecanismos de ligação podem variar desde justaposições razoavelmente independentes até construções complexas retóricas com alto grau de dependência sintática.

Apesar de haver comprovação empírica de que há diversos graus de integração clausal, os autores afirmam haver uma tendência entre os estudiosos a advogar a existência de apenas dois processos de estruturação sintática, como já vimos anteriormente. Vejamos:

“Muitos estudos da estrutura do período complexo sugerem uma forte distinção entre a estrutura da cláusula subordinada e a estrutura da cláusula coordenada. Essa tradição é baseada, em parte, em evidência de línguas indo-européias, e especialmente em registros escritos que dão uma visão de sua história”. (Hopper & Traugott, 1997:168)⁴³

Como asseveram os autores, esse modelo de descrição baseado em dois grandes processos está ligado a uma tradição ocidental, cuja raiz encontra-se no indo-europeu, a proto-língua da qual derivou diversas outras línguas do mundo, inclusive o inglês e o português.

Segundo Hopper & Traugott (1997:169), uma sentença complexa, sintaticamente definida, é uma unidade que consiste em mais uma cláusula. A sentença complexa pode ser constituída de um núcleo⁴⁴ e um ou mais núcleos adicionais, ou de um núcleo e uma ou mais “margens”⁴⁵. Os autores retomam a classificação tripartite dos períodos complexos que formam margens. Podemos associá-la à tradição da seguinte forma:

⁴³ “Many studies of complex sentence structure suggest a Sharp distinction between coordinate and subordinate clause structure. This tradition has been based in part on evidence from Indo-European languages and specially the written records that give insight into their history”.

⁴⁴ Segundo Hopper & Traugott (1993), núcleo é a cláusula que pode apresentar-se sozinha.

⁴⁵ Segundo Hopper & Traugott (1993), margem é a cláusula relativamente dependente que não pode ficar sozinha e que exibe graus diferentes de dependência.

Quadro 17 – Orações subordinadas segundo a tradição gramatical e Hopper & Traugott (1997).

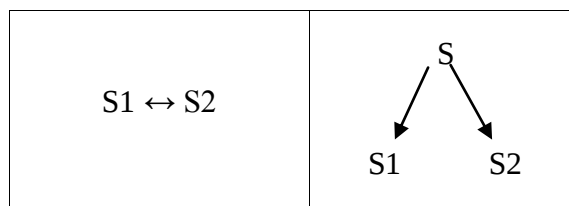
Tradição gramatical	Hopper & Traugott	Função
Orações subordinadas substantivas	Cláusulas complemento	Funcionam como sintagmas nominais
Orações subordinadas adjetivas	Cláusulas relativas	Funcionam como modificadoras de nomes
Orações subordinadas adverbiais	Cláusulas adverbiais	Funcionam como modificadoras de sintagmas verbais ou de proposições inteiras

Hopper & Traugott (1997:169) dão conta do processo de formação das diversas estruturas lingüísticas por meio de estudos de mudança. Vejamos:

“Sob o ponto de vista da mudança lingüística, a formação inicial de uma cláusula complexa envolve a combinação em uma estrutura integrada de dois núcleos separados e autônomos que são mutuamente relevantes. O ato de unir as cláusulas e indicar essa combinação lingüisticamente está baseado em estratégias retóricas de produção. A nova estrutura se torna mais complexa no processo, porque agora consiste em duas subpartes. Assim, S1 e S2 independentes e autônomos combinam-se (o sinal ↔ indica relevância mútua)”.⁴⁶ (Hopper & Traugott, 1997:169).

Assim, os autores abordam um aspecto raramente enfocado pelos nossos gramáticos: os processos históricos geradores de estruturas lingüísticas complexas. Segundo Hopper & Traugott (1997), a estrutura da esquerda daria origem à estrutura da direita:

⁴⁶ “From the point of view of language change, the initial formation of a complex clause involves the combining into one integrated structure of two separate and autonomous nuclei that are mutually relevant. The act of combining the clauses and signaling this combination linguistically is grounded in rhetorical production strategies. The new single structure becomes more complex in the process, because it now consists of two subparts. Thus independent and autonomous S1 and S2 are combined (↔ signals mutual relevance)”.



Para reproduzir os diferentes graus de integração entre cláusulas, Hopper & Traugott (1997:169-170) propõem um *cline* (declive) com três pontos. Vejamos:

I – Parataxe ou independência relativa;

II – Hipotaxe ou interdependência;

III – Subordinação ou encaixamento.

Vale a pena ressaltar que os três pontos descritos pelos autores não estão ligados à idéia de categorias estanques, ao contrário, são apenas três “pontos de aglomeração” (“*cluster points*”), como denominam os autores funcionalistas. Vejamos os exemplos abaixo, também propostos por Hopper & Traugott (1993:171) e traduzidos para essa pesquisa:

(102) We realize that you have to make a profit.

(102’) Nós entendemos que você tem de obter lucro.

(103) His wife only pretended to believe his implausible story.

(103’) A esposa dele só fingiu acreditar na estória implausível dele.

(104) Portia really enjoys walking along the beach.

(104’) Portia realmente gosta de andar pela praia.

(105) Numerous witnesses heard the bomb explode.

(105’) Várias testemunhas ouviram a bomba explodir.

Todos os períodos anteriores são compostos por uma oração matriz mais uma oração subordinada. Observa-se, no entanto, um crescente nível de integração morfossintática explícita, que vai da menor integração à maior. Isso comprova a necessidade de associarmos as sentenças complexas a um *continuum* escalar e gradual, pois, de fato, não há como

analisarmos os fatos gramaticais em categorias discretas, conforme vêm fazendo as teorias herdeiras da tradição aristotélica.

Tomando por base a língua inglesa, que é o idioma analisado por Hopper & Traugott (1993), o exemplo (102) apresenta dois sujeitos distintos no período composto (*We* e *you*), respectivamente *nós* e *você*, no português. Além disso, ambas as orações (matriz e subordinada) são ligadas por um articulador sintático explícito (*that*).

No exemplo (103), observamos que os sujeitos são co-referenciais, já que ambos referem-se à “*esposa dele*”. Além disso, não há marca formal de articulação sintática que una a oração matriz à subordinada.

No exemplo seguinte, que é o (104), verificamos uma relação bastante íntima entre os dois verbos que compõem o período composto. Assim, os verbos *enjoy* e *walking* apresentam-se unidos também sem marca de conectividade explícita.

Por fim, no exemplo (105), a oração subordinada “*the bomb explode*” perde grande parte de suas características prototípicas e passa a integrar o período com função similar a um SN simples. Assim, acreditamos ser este o nível de maior integração morfossintática, já que “*the bomb*” (*a bomba*) passa a funcionar como termo compartilhado, já que funciona tanto como objeto direto da oração matriz como sujeito da oração subordinada.

Hopper & Traugott (1993:177) acrescentam que as línguas do mundo inteiro mostram uma grande variedade de técnicas para a combinação de cláusulas em amálgamas mais “apertados”. Essas técnicas variam desde formas e expressões que são indistinguíveis, de itens lexicais de tempo, lugar, até afixos que indicam subordinação cujas origens ainda são totalmente desconhecidas.

A natureza da ligação intersentencial, portanto, é muito mais complexa do que fazem supor nossas obras tradicionais com seus quadros rígidos e classificações estanques. É necessário que as pesquisas avancem cada vez mais, de modo que tenhamos uma descrição aprimorada progressivamente, em termos lingüísticos.

Outras propostas somaram-se a essas, conforme apresentamos nos capítulos 1 e 2 de nossa pesquisa. Mesmo no âmbito do funcionalismo (vide proposta de Decat (2001) e Moura Neves (2000)), há tendências distintas de análise e abordagem dos fatos gramaticais. Devido a essa heterogeneidade e aos nossos objetivos, que não visam a discutir exaustivamente tais polêmicas, frisamos que adotaremos a perspectiva de Moura Neves (2000), ou seja, a que

adota a noção simples e funcional de *construção*, para nos referirmos aos diversos arranjos sintáticos, tanto simples quanto complexos.

Entendemos que essa aparente simplificação não comprometerá a qualidade de nossa pesquisa; ao contrário, essa postura nos permitirá uma análise mais global com a utilização de termos mais precisos, por serem mais abrangentes. Além disso, é nosso objetivo analisar, também, o chamado período simples e as construções elípticas que instanciam o *como*.

Destacadas a origem e a caracterização de nossa opção teórica, em linhas gerais, convém debruçarmo-nos sobre o fenômeno da gramaticalização, considerada como um dos mais importantes mecanismos responsáveis pelo aspecto não-estático das línguas humanas naturais.

4.1.1. Gramaticalização

Como já ressaltamos, o Funcionalismo concebe as línguas naturais como entidades em constante mudança e variação. As categorias gramaticais, portanto, não exibem estaticidade, ao contrário, tendem a revelar-se sempre dinâmicas.

Entre os lingüistas, segundo Cunha *et alii* (2003:49), “o debate sobre a origem e o desenvolvimento das categorias gramaticais não é recente. No século XIX, por exemplo, acompanhando a orientação diacrônica e comparada do período, encontramos importantes estudos nessa área”.

Os registros e as pesquisas empíricas comprovam cientificamente que as línguas naturais passam por estágios de transformação no plano fonético-fonológico, morfossintático e semântico-pragmático. Basta analisarmos uma cantiga trovadoresca para comprovarmos o que estamos asserindo.

Conforme já vimos, *From discourse to syntax: grammar as a processing strategy*, texto publicado na década de 70 do século XX, é um dos fundadores do paradigma funcionalista. Nesta obra de Talmy Givón, o autor assevera que a sintaxe não é inata, uma vez que ela provém do discurso pragmático. Segundo Givón (1979), a sintaxe, na verdade, é funcionalmente motivada.

Partindo da observação e de pesquisas referentes à mudança diacrônica, à ontogênese, às mudanças entre pidgins e crioulos e aos níveis de registro (formal e informal), Givón (1979) formulou a clássica escala de mudança lingüística que apresentamos a seguir:

Segundo Givón (1979:83), a língua constantemente toma o discurso e condensa-o via sintaticização. As estruturas sintáticas, por sua vez, sofrem erosão conduzindo antigas estruturas ao nível morfológico e morfofonêmico até o desaparecimento, e novamente voltam ao ciclo de mudança, numa trajetória cíclica.

Sob essa ótica, Hopper (1991) cunhou a noção de *gramática emergente*, no sentido de que a gramática de uma língua nunca está completa. Segundo Cunha *et alii* (2003:50), “do ponto de vista sincrônico, entende-se por *gramática* o conjunto de regularidades decorrentes de pressões cognitivas e, sobretudo, de pressões de uso”.

Para definir a trajetória dos processos de regularização do uso das línguas, os autores funcionalistas utilizaram os termos *gramaticalização* e *discursivização*. Vejamos:

“Tudo começa sem regularidade, exatamente por estar no seu começo, mas se regulariza com o uso, com a repetição, que passa a exercer uma pressão tal que faz com que o que no começo era casuístico se fixe e se converta em norma, entrando na gramática (gramaticalização). No momento de estabilização, verifica-se o nível de iconicidade maior, isto é, relação transparente entre expressão e conteúdo, o que resulta no máximo de economia comunicativa e no máximo de rentabilidade sistemática. Essa estabilidade, entretanto é relativa e aparente. O que foi sistematizado entra em processo de desgaste, com liberdade progressiva da expressão em termos de restrição de ocorrência, e com liberdade progressiva do conteúdo em termos de desbotamento e esvaziamento semântico. Assim, as unidades migram para um nível não-gramatical, no sentido de que elas deixam de obedecer às restrições de seleção e literalmente retornam ao discurso (discursivização).” (Cunha *et alii* 2003:50-51).

Segundo os teóricos funcionalistas, a trajetória de mudança revela-se unidirecional, tanto com relação às formas que vão do léxico para a gramática (gramaticalização *stricto sensu*), quanto às que vão de níveis menos gramaticais para mais gramaticais (gramaticalização *lato sensu*).

A unidirecionalidade prevê que a mudança se processa num ritmo progressivo e linear. Há, na literatura lingüística, alguns autores que advogam a existência de contra-exemplos que supostamente invalidariam o caráter unidirecional da mudança lingüística. Haspelmath (2002) analisa exaustivamente esses casos e chega à conclusão de que realmente há exceções à unidirecionalidade da mudança, mas são casos bastante raros que em hipótese alguma invalidariam a aplicação geral do conceito. Assim, podemos afirmar, em linhas gerais, que o processo de gramaticalização é unidirecional por natureza.

Apesar de o funcionalismo ter revigorado os estudos na área da mudança lingüística, devemos reconhecer que os princípios da gramaticalização já estavam na intuição das propostas gramaticais dos gregos e, sobretudo, foi utilizada pelos comparativistas do século XIX em suas análises⁴⁷ (cf. Cunha *et alii* 2003:59). O mérito da corrente funcionalista está centrado no fato de ter associado à gramaticalização outros aspectos, ou seja, os de ordem cognitiva e conversacional. Tanto é que, modernamente, afirma-se ser a trajetória de mudança lingüística um reflexo de, pelo menos, três aspectos diferentes: *tempo*, *cognição* e *uso*.

Por fim, cremos que já podemos sistematizar uma definição plausível para a gramaticalização, tal como entendemos esse processo:

“Gramaticalização é definida como o processo pelo qual itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos lingüísticos, a servir a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuar a desenvolver novas funções gramaticais” (Moura Neves, 2001:115)

Moura Neves (2001:117) aborda um aspecto bastante importante no contexto dos estudos em gramaticalização. Segundo a autora, “a gramaticalização foi vista principalmente como parte da lingüística diacrônica, como um meio de analisar a evolução lingüística e reconstruir a história de uma determinada língua ou grupo de línguas”. Desse modo, as contribuições dos estudos nessa área visavam apenas à reconstrução arqueológica de estágios anteriores da língua.

⁴⁷ O termo *gramaticalização* foi cunhado no século XX, por Antoine Meillet (1912). Segundo o autor, a gramaticalização consistiria num processo de atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma. Meillet observou que em todos os casos em que se podia conhecer a fonte primeira de uma forma gramatical, essa fonte era uma palavra lexical, e que a transição era sempre uma espécie de *continuum*. (Cf. Moura Neves, 2001:113).

Hopper & Traugott (1993) chegaram a propor dois conceitos diferentes, ou melhor, duas perspectivas de abordagem: a *gramaticalização sincrônica* e a *gramaticalização diacrônica*. Essa postura, entretanto, toma como referência uma divisão rígida entre sincronia e diacronia, o que vai contra os pressupostos teóricos mais modernos do funcionalismo que considera haver limites fluidos entre as categorias.

Moura Neves (2001:118-119) lança luzes sobre o suposto problema, propondo o seguinte:

“A questão ‘diacronia’ *versus* ‘sincronia’ liga-se à questão ‘caráter gradual’ *versus* ‘caráter instantâneo’ da gramaticalização. Se considerado do ponto de vista histórico, o processo é gradual: o que ocorre é que, embora se possa encontrar, num determinado momento, uma estrutura substituindo completamente outra, por um considerável período de tempo coexistem a forma nova e velha, que entram em variação, sob diversas condições; e essa variação encontrada nada mais é do que o reflexo do caráter gradual da mudança lingüística. Reine & Reh (...) afirmam que a gramaticalização é um *continuum* evolutivo e que qualquer tentativa de segmentação de unidades discretas é arbitrária”.

Não há, portanto, necessidade de traçarmos uma distinção entre diacronia e sincronia. O mais importante é compreendermos o processo de gramaticalização como um contínuo *fazer-se* da forma gramatical em virtude das funções que admite.

Moura Neves (2001:122) acrescenta que o processo de gramaticalização de uma unidade lingüística pode encerrar os seguintes fenômenos:

- a) perda na complexidade semântica, na significação funcional, no valor expressivo;
- b) perda pragmática com ganho na significação sintática;
- c) diminuição de membros num mesmo paradigma sintático;
- d) diminuição na variabilidade sintática, com maior fixidez da ordem;
- e) obrigatoriedade de uso em determinados contextos, com proibição de uso em outros;
- f) coalescência⁴⁸ semântica, morfossintática e fonética com outra (s) unidade (s);
- g) perda de substância fonética.

⁴⁸ Coalescência pode ser entendida como a junção de partes que antes se encontravam separadas.

A busca dos princípios que regem a gramaticalização, segundo Hopper (1991:20), espelha o caráter gradual da gramaticalização. Segundo o referido autor, a emergência das formas gramaticais está ligada a cinco princípios, a saber:

I) Estratificação (ou camadas) – refere-se à coexistência de formas lingüísticas com função similar. Segundo Hopper (1991:20), “quando novas camadas emergem dentro de um domínio funcional, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas podem continuar coexistindo e interagindo com as novas”.

II) Divergência – é um caso especial de estratificação, já que também implica certa coexistência de formas. De acordo com Hopper (1991:20), “este princípio refere-se ao fato de que, quando alguma entidade sofre gramaticalização, resultam daí pares ou múltiplas formas tendo uma mesma etimologia, mas funcionalidade diversa”. Vários autores têm feito referência a esse princípio com o nome de *polissemia*.

III) Especialização – refere-se à possibilidade de um item tornar-se obrigatório, pela diminuição na possibilidade de escolhas. Segundo Moura Neves (2003:124), “dentro de um domínio funcional é possível uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas; quando ocorre gramaticalização, essa variedade de escolhas formais se reduz e as formas selecionadas, em número menor, assumem significados gramaticais mais gerais”.

IV) Persistência – refere-se à permanência de vestígios do significado lexical original, muitas vezes refletido em restrições sobre o comportamento gramatical do item. Segundo Hopper (1993:20), “quando um significado gramaticalizado B se desenvolve, não há a perda necessária do significado primário A; ao contrário, é provável que B reflita A”.

V) Descategorização – Segundo Moura Neves (2003:125), refere-se a uma “diminuição do estatuto categorial de itens gramaticalizados, e conseqüente aparecimento de formas híbridas: ao sofrer gramaticalização, as formas tendem a perder ou neutralizar os marcadores morfológicos e as características sintáticas próprias das categorias plenas (...), e a assumir atributos característicos de categorias secundárias”.

Hopper (1991:21), em sua pesquisa, evoca uma afirmação bastante premente de Sweetser (1988). Vejamos:

“Por meio da transferência da estrutura esquemática de um domínio-fonte para algum domínio-alvo, o significado deste último é adicionado ao significado da entidade transferida (Sweetser 1988:400). Então, apesar de perdas, há também ganhos semânticos na gramaticalização”.⁴⁹

Assim, por meio das observações e estudos de Hopper (1991), reiterados por Moura Neves (2001), a emergência de novas formas lingüísticas ou de novos significados para uma mesma forma, decorrentes do processo de gramaticalização, segundo acepção conceitual adotada nesta pesquisa, não pressupõe o desaparecimento de outras unidades anteriores, nem mesmo de significados mais primitivos. As motivações para a gramaticalização, portanto, não se resumem apenas ao aparecimento de novas formas lingüísticas, mas também às necessidades comunicativas e cognitivas ainda não satisfeitas a partir de material lingüístico já existente. Afinal, ao lado de perdas, há também ganhos em termos semântico-pragmáticos, muitas vezes sem mudança observável na forma. Acreditamos que o item como, cerne de nossa pesquisa, está inserido nesta particularidade do processo de gramaticalização.

Definida nossa linha teórica, acreditamos estar embasados suficientemente para a abordagem do tópico central de nosso estudo: o articulador sintático como nas diversas construções que o instanciam. Primeiramente, vejamos as transformações históricas pelas quais passou o como, do latim à língua portuguesa atual. Num segundo momento, estudaremos a teoria dos gêneros, e, enfim, com base em nossos dados, as possibilidades de uso do item em nossos dias.

4.1.1. Gramaticalização de como – aspectos históricos.

Barreto (1999), em sua tese de doutorado intitulada *Gramaticalização das conjunções na história do português*, traça um panorama bastante denso das transformações ocorridas

⁴⁹ “By transferring the schematic structure from the source domain to some particular target domain, the meaning of the latter is added to the meaning of the transferred entity (Sweetser 1988:400). Thus, in addition to losses, there are also semantic gains in grammaticalization”.

pelas conjunções de nossa língua. Como suporte para seu trabalho, a autora adotou os pressupostos teóricos funcionalistas, entre eles a gramaticalização.

No capítulo dedicado às conjunções herdadas do latim, a autora (1999:199) nos fornece a origem histórica do como. Vejamos:

“Proveniente de **quo**→**mo**→, forma apocopada do advérbio interrogativo latino **quo**→**mo**→**do**→, ‘como’ (...), a conjunção **como** ocorre, no português arcaico, expressando relações de modo, causa, comparação, finalidade, tempo e ainda como segundo termo das correlações comparativas **tanto... como, assi... como**, ou das correlações modais **como... assi** e **bem como... assi**.” (grifos da autora).

A autora acrescenta que na baixa latinidade, já se utilizava o *como* também em construções causais. Na passagem para a língua portuguesa, “como conjunção, o *como* expressou inicialmente, a relação de modo já presente no advérbio latino, relação que se conservou, através dos séculos, até o português contemporâneo”. (Barreto, 1999:199)

Em outras palavras, estamos diante de um caso de divergência (nos termos de Hopper (1991)), uma vez que uma mesma forma apresenta significados distintos numa mesma sincronia. Como veremos no capítulo 6 de nosso estudo, de fato, o item *como* tornou-se altamente polissêmico na língua portuguesa.

Barreto (1999:199-200) traça a trajetória histórica do item como por meio de pesquisas diacrônicas e apresenta os seguintes resultados:

- **Século XIII** – O como passa a expressar relações de comparação e tempo. Segundo Barreto (1999), a relação de tempo perdura até o século XVII e a de comparação ainda permanece no português contemporâneo. A afirmação da autora, neste ponto, é discutível, uma vez que Rodrigues (1999:05), por meio de pesquisa com dados atuais da língua, encontrou indícios do como, expressando a articulação sintática de tempo.
- **Século XIII** – Ainda nesse século, o item como ocorre, expressando a relação de causa, valor semântico que também se conservou no português contemporâneo e a relação de finalidade, já não empregada atualmente.

- **Século XVI** – O como assume o valor conformativo, que também ainda existe no português contemporâneo.

Com base na trajetória anteriormente traçada, a autora (1999:200) propõe o seguinte quadro ilustrativo⁵⁰:

Quadro 18 – Valores semânticos do *como* através dos séculos.

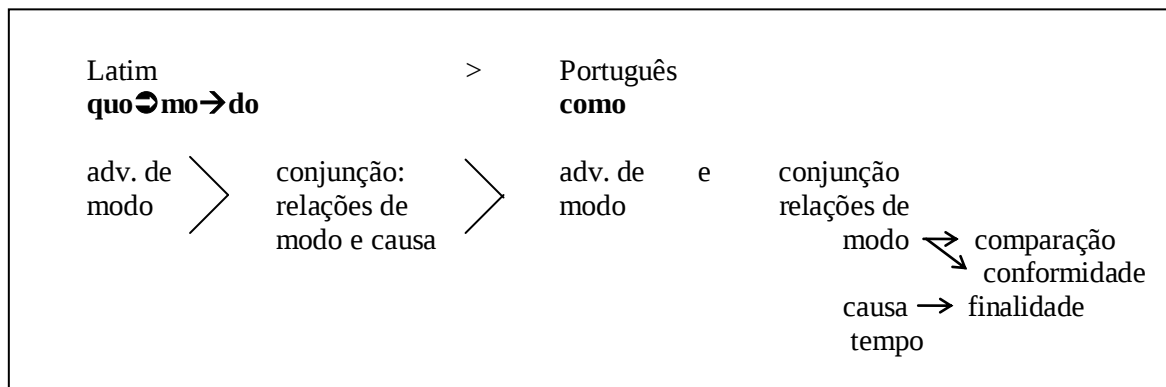
Como	séc. XIII	séc. XIV	Séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Modal						
Temporal						
Conformativa						
Comparativa						
Causal						
Finalidade						

Segundo observação do quadro 18, o uso modal do articular sintático como está ligado às origens de nossa língua e ainda permanece em nosso idioma. Barreto (1999:200) assevera que “a passagem de advérbio interrogativo de modo à conjunção modal é facilmente explicada: houve a recategorização, sem que houvesse uma mudança de conteúdo semântico”.

Esse processo de mudança categorial pode nos ajudar a explicar o porquê de o como manter em diversos contextos lingüísticos a idéia de modo. Afinal, esse valor está na raiz histórica do termo e serviu como um verdadeiro catalisador para diversos usos derivados. Nos termos de Hopper (1991), definimos esse traço como *persistência*, mais um dos princípios da gramaticalização.

⁵⁰ A autora, no quadro acima, está considerando apenas as ocorrências do como em sua forma simples.

Barreto (1999:203) sintetiza a trajetória de gramaticalização do como por meio do seguinte esquema:



Barreto (1999:203) explica a aquisição dos conteúdos semânticos específicos de comparação e conformidade, a partir do valor modal, por meio de processos metafóricos. Quanto às outras transformações, a autora defende as seguintes hipóteses:

- surgimento da conjunção causal: gramaticalização ocorrida ainda no latim;
- surgimento da conjunção final: possivelmente, por analogia ao emprego da conjunção **porque**, como conjunção causal e final;
- surgimento da conjunção temporal: emprego também possivelmente analógico, em virtude da semelhança fônica com a forma **cum** ~ **quom**, conjunção temporal latina.

Uma vez explicada a origem histórica do item como e seus principais desdobramentos, cabe, agora, abordarmos a teoria dos gêneros, com o objetivo de concluirmos nossa fundamentação teórica.

4.2. Teoria dos gêneros aplicada à sintaxe

Antes de falarmos da importância do estudo dos gêneros textuais aplicados à sintaxe, é interessante abordarmos brevemente a noção de texto. Como sabemos, esse é um conceito muito complexo. Para este trabalho, adotamos a definição de Bronckart (1997:75):

“Chamamos **texto** toda unidade de produção de linguagem situada, acabada e auto-suficiente (do ponto de vista da ação ou da comunicação). Na medida em que todo texto se inscreve, necessariamente, em um conjunto de textos ou em um gênero, adotamos a expressão **gênero de texto**”

Podemos verificar a partir do exposto, que *texto* é um enunciado coeso e coerente. Como tal, está em relação de interdependência com as propriedades do contexto em que é inserido, exibe um determinado modo de organização de seu conteúdo referencial e compõe-se de frases articuladas umas às outras.

Marcuschi (2005:19) afirma que os gêneros textuais “são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto do trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia”. A vinculação dos gêneros textuais à sociedade e à vida cultural faz com que eles sejam profundamente dinâmicos e maleáveis.

Na verdade, é impossível nos comunicarmos se não o fizermos por meio dos gêneros. Essa posição, segundo Marcuschi (2005), também é defendida por Bronckart (1999), para quem a língua deve ser vista como uma atividade social, histórica e cognitiva.

O conceito de *gênero textual*, para ser bem entendido, deve ser comparado ao de *tipo textual* e de *domínio discursivo*. Frequentemente os termos são tomados indistintamente, gerando imprecisões teóricas. Para definirmos tais conceitos, apropriar-nos-emos das contribuições de Marcuschi (2005:22). Vejamos:

- I. **Tipo textual** designa uma construção teórica definida pela *natureza lingüística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*.
- II. **Gênero textual** é uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Os gêneros textuais são inúmeros.

III. **Domínio discursivo** designa uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios, falamos em *discurso jurídico*, *discurso jornalístico*, *discurso religioso* etc.

Definidos os conceitos de tipo textual, gênero textual e domínio discursivo, passemos a analisar o *discurso jornalístico*, mais especificamente, os três gêneros textuais analisados em nosso *corpus* de pesquisa: o editorial, o anúncio e a notícia.

O jornal é um meio de comunicação de massa destinado a leitores com diferentes graus de instrução. Para despertar o interesse deste público diferenciado e garantir que todos compreendam qualquer tipo de texto, o discurso jornalístico adota, predominantemente, uma linguagem coloquial. Mas alguns jornalistas criam um estilo próprio de redigir incorporando ao texto as gírias, a ironia, as comparações, visando dar mais expressividade aos seus artigos.

Ao realizarmos uma pesquisa de base descritiva e funcional sobre o como no português padrão escrito no Brasil, é necessário utilizarmos como referência a língua em uso. Por ser amplamente difundida entre usuários de diferentes classes sociais, em diversas regiões do país, e por apresentar um estilo próprio de situações interlocutivas, o discurso jornalístico é um dos domínios discursivos mais apropriados para documentar a norma padrão escrita do português.

De um modo geral, são três as características principais do discurso jornalístico:

- **Simplicidade** - A simplicidade do texto é condição fundamental para sua compreensão. Transmitir as informações com uma linguagem simples e acessível ao grande público não implica usar um vocabulário pobre e repetitivo, requer uma forma elegante, original e criativa de redigir que dispensa o artificialismo e o preciosismo.
- **Concisão** - A falta de tempo do leitor para ler o jornal exige um texto conciso, mas sem prejuízo da sua clareza. Assim, geralmente selecionam-se as informações mais relevantes, evitando-se as digressões inúteis e as palavras supérfluas.
- **Precisão** - O fato de o leitor não estar familiarizado com certos termos ou assuntos exige que o texto jornalístico seja escrito de maneira precisa, incluindo detalhes que

ajudem o leitor a compreender melhor os acontecimentos. A utilização de um vocabulário preciso e de termos específicos tornam o texto mais informativo, ao passo que as informações inexatas, as generalizações dos fatos e as palavras subentendidas afetam a sua credibilidade.

Atendendo aos pressupostos dessa pesquisa, com base em Marcuschi (2005), passemos a analisar os gêneros textuais que servirão de base para a análise dos nossos dados:

A) NOTÍCIA

Relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade e fácil de ser compreendido pelo público. O texto de uma notícia começa precisamente pelo clímax, respondendo às questões “quem” (os protagonistas do evento ou situação), “o quê” (os fatos concretos), “onde” (o lugar onde se passam as ocorrências que se querem dar a conhecer) e “quando” (a data em que as coisas se passaram). O clímax, conhecido logo nas primeiras linhas, está na primeira parte do texto que se chama **lead** e visa, precisamente, a captar a atenção do leitor, dando-lhe a informação principal logo nas primeiras linhas.

A idéia do **lead** é resumir a história toda no primeiro parágrafo. Se, pelo contrário, se começa por uma descrição tediosa ou por comentários, adiando ou deixando de revelar o que aconteceu logo nas primeiras linhas, é quase certo que o leitor se enfade e não prossiga a leitura. Iniciada a narração, em que se responde às questões “*Quem? O Quê? Quando? e Onde?*”, o jornalista constrói, então, o corpo da notícia, os restantes parágrafos, respondendo às questões “*Por quê?*” e “*Como?*”.

B) EDITORIAL

Sua estrutura básica é composta de uma apresentação sucinta ou histórica de um tema a ser abordado, seguida do desenvolvimento dos argumentos e contra-argumentos necessários

à defesa da posição assumida pelo jornal e, finalmente, à exposição do ponto de vista por ele defendida. É um texto jornalístico opinativo, supostamente escrito de maneira impessoal, publicado sem assinatura e referente a assuntos ou a acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação (jornal, revista, etc.) ou emissão (programa de televisão ou de rádio).

C) ANÚNCIO

O anúncio publicitário é um gênero textual, geralmente de caráter apelativo, que conta com maior espaço e com mais recursos visuais do que o anúncio classificado, que é um pequeno texto de oferta ou procura de bens, serviços e utilidades. Geralmente predomina o modo imperativo do verbo, já que o objetivo é convencer o leitor a adquirir o produto ou o serviço determinado.

Nos anúncios, é patente a necessidade de persuadir o leitor; nas notícias, sobressai o caráter informativo, de exposição dos fatos; nos editoriais, o que fica mais evidente é a exposição de um ponto de vista, a argumentação.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Propõe-se nessa pesquisa estudar as realizações do *como* e seus correlatos nos três gêneros textuais já identificados e caracterizados: anúncio, editorial e notícia. Nosso interesse é realizar uma pesquisa que nos possibilite traçar um perfil funcional do *como*, na linguagem padrão⁵¹ contemporânea.

Uma vez que nossa pesquisa é de base mormente qualitativa, não houve preocupação exagerada com o número de dados disponíveis. Seleccionamos textos pertencentes ao domínio discursivo jornalístico, tal como foi explicitado no parágrafo anterior, quantificados da seguinte maneira:

Tabela 1 – Quantitativo geral de textos pesquisados.

Origem dos textos quanto à publicação	Gêneros textuais	Quantidade de textos analisados por faixa de tempo e gênero		Total
		1950-1975	1975-2000	
Portugal	Editoriais	08	10	18
	Anúncios	39	41	80
	Notícias	12	12	24
Brasil	Editoriais	07	07	14
	Anúncios	37	22	59
	Notícias	17	31	48
Total		120	123	243

Como podemos verificar por meio da tabela 1, seleccionamos 122 textos da variedade europeia da língua portuguesa; da variedade brasileira, seleccionamos 121, totalizando 243

⁵¹ Tomamos o termo *norma padrão* em sinônimo a *norma culta*, na mesma acepção de Perini (2000:26), ou seja, como a variedade da língua “utilizada em textos jornalísticos e técnicos (como revistas semanais, jornais, livros didáticos e científicos), linguagem essa que apresenta uma grande uniformidade gramatical, e mesmo estilística, em todo o Brasil. (...) Pode-se concluir que existe um português padrão altamente uniforme no país”.

diferentes textos jornalísticos. Na verdade, o quantitativo acima é oferecido pelo próprio *site* eletrônico do qual extraímos os nossos dados: o VARPORT.

Decidimos manter esse quantitativo devido ao fato de ele apresentar equilíbrio entre os dados. Do contrário, poderia resultar uma pesquisa desproporcional em termos estatísticos, apesar de não ser esse o foco de nossas preocupações principais. Vale a pena explicitar que o equilíbrio a que nos referimos diz respeito tanto ao número total de dados das faixas de tempo pesquisadas, quanto ao quantitativo referente às variedades estudadas do português.

Decidimos restringir nossa coleta de dados a duas faixas de tempo específicas (de 1950 a 1975 e de 1975 a 2000), por coincidirem com a segunda metade do século XX. Justificamos esse procedimento por ser nosso objetivo analisar a norma padrão *contemporânea*. A análise de outras sincronias, segundo nossa observação, poderia enriquecer ainda mais nossa pesquisa, mas excederia os propósitos deste trabalho.

Como já afirmamos, extraímos nossos dados do VARPORT, que é um portal constituído de vários *corpora* cientificamente organizados e está disponível no *site* www.lettras.ufrj.br/varport. Seu objetivo é consolidar e intensificar a integração entre os trabalhos que vêm sendo realizados em Portugal e no Brasil sobre determinados fenômenos da Língua Portuguesa. Todos os textos disponíveis no VARPORT foram anteriormente publicados em jornais das principais cidades de Portugal e do Brasil.

Nossa análise baseia-se mormente em termos de frequência de tipo (*type frequency*), e não de ocorrência (*token frequency*). Bybee (2003:604) estabelece a diferença entre ambas. Segundo a autora, *freqüência textual* ou *de ocorrência* é a freqüência de aparecimento de uma unidade, geralmente uma palavra ou morfema em um texto corrido. A freqüência de ocorrência diz respeito à unidade, geralmente palavra ou morfema no texto. Por exemplo, a forma *broke* ocorre 66 vezes em 1.000.000 de palavras em um determinado *corpus*, enquanto a forma *damaged* ocorre apenas 5 vezes.

Por outro lado, *freqüência de tipo* se refere à freqüência no dicionário de um determinado modelo, tal como um modelo de tonicidade, um afixo etc. Refere-se a um tipo de estrutura em particular. Por exemplo o sufixo *-ed* ocorre quantas vezes num *corpus* de 1.000.000 de palavras? A construção como *broke (spoke, wrote)* quantas vezes ocorre? Certamente é muito menos freqüente do que o tipo *-ed*.

Eventualmente trabalharemos com porcentagens em função das ocorrências destacadas no *corpus*, mas não é nosso objetivo sobrelevá-las. Como já afirmamos, nosso objetivo maior

é tentar desvelar as possibilidades semânticas de uso do *como* e seus correlatos. É importante frisar, também, que por conta das porcentagens resultantes de dízimas periódicas, nem sempre o quantitativo dos dados representará uma soma de 100%.

Para fazermos referência ao *corpus*, adotaremos a mesma codificação adotada pelos organizadores do VARPORT. Vejamos alguns exemplos:

- E-P-95-Je-001
 - Significa que o texto extraído é um exemplar (E) da variedade lingüística de Portugal (P), cujo grupo de organização é o (95). Após a sigla do gênero textual, no caso, um editorial (Je), vem o número do texto por ordem de ocorrência no *corpus*.
- E-B-94-Jn-005
 - Significa que o texto extraído é um exemplar (E) da variedade lingüística do Brasil (B), cujo grupo de organização é o (94). Por se tratar de uma notícia, adota-se o código (Jn); por último, o número (005) indica que este é o quinto texto do grupo disponível.
- E-B-94-Ja-022
 - Por fim, temos um exemplar (E) da variedade brasileira (B) da língua portuguesa, pertencente ao gênero textual anúncio (Ja), cuja posição no grupo é a de número 22.

A adoção do critério acima possibilita, ao leitor, o acesso do texto, em sua íntegra, no *site* do projeto *Análise Contrastiva de Variedades do Português*, disponível no endereço eletrônico citado anteriormente.

Como vimos, todo o exemplário até aqui utilizado, extraído das obras constantes em nossa bibliografia, foi numerado seqüencialmente por meio de algarismos indo-arábicos. Para a análise dos dados, optaremos pelo uso de algarismos romanos com o subsequente recuo do exemplo à direita, em espaço simples e com fonte reduzida. Numeraremos de forma especial as ocorrências do *corpus* para diferenciá-las dos exemplos utilizados ao longo de nosso trabalho, que são oriundos de manuais de lingüística e de gramáticas diversas, em sua maioria.

Optamos, também, por manter nas ocorrências do como o registro ortográfico original. Assim, mesmo em vista de incorreções decorrentes do registro das fontes, mantivemos os textos sem alteração, para que fôssemos fiéis ao registro dos organizadores do VARPORT.

O como, objeto de nosso estudo, será classificado dentro de cinco grandes blocos, conforme expusemos na fundamentação teórica desta pesquisa. Esses blocos foram organizados após análise preliminar dos dados. São eles:

- nas construções aditivas;
- nas construções causais;
- nas construções comparativas;
- nas construções conformativas;
- nas construções modais.

Apesar de apresentarmos cinco blocos definidos, devemos frisar que nem sempre é possível classificarmos as ocorrências do como sem margem de dúvidas ou sem apelarmos para a ambigüidade semântica provocada pela instanciação do item nas diversas construções de nossa língua.

Antes, porém, de isso representar um problema, acreditamos que esse fato espelha com ainda mais vigor a vitalidade da língua portuguesa e a multifuncionalidade do objeto de nossa pesquisa; afinal, o hibridismo de categorias tende a revelar-se como uma força intrínseca potencial da língua, não sendo possível em muitos casos classificar um determinado uso em função dos critérios adotados, o que é dificultado ainda mais pela falta de instrumental teórico ainda não disponível na academia.

6. ANÁLISE DOS DADOS

Passemos a investigar mais detidamente, a partir deste ponto do trabalho, cada construção a que nos propusemos a analisar, ou seja, as aditivas, as comparativas, as conformativas, as causais e as modais.

Para cada uma delas será apresentado o tratamento dado ao assunto pelos três autores principais que subsidiarão nossa análise: Ayora (1991), Mateus *et alii* (2003) e Moura Neves (2000), além de outros autores, quando se fizer oportuno.

Como já afirmamos anteriormente, o como é um item altamente polissêmico. Segundo Camara Jr. (1981:82), por exemplo, ele “pode ser *modal* (‘Cada um diz da feira *como* lhe vai nela’), *causal* (‘*Como* eu estava cansado, fechei os olhos três ou quatro vezes’), *comparativo numa comparação de igualdade* (‘tão simples este *como* aquele’)”. Os dados nos mostram, porém, que este articulador sintático é bem mais versátil do que aduziu Camara Jr. (1981) e do que costumam preceituar nossos compêndios.

Primeiramente, analisemos a composição sintagmática do como, segundo as ocorrências de nosso *corpus*. Foram encontradas 182 ocorrências do como. Vejamos:

Tabela 2 – Total de ocorrências do como, em termos sintagmáticos.

		FORMA SIMPLES	FORMA COMPOSTA	FORMA CORRELATA
Brasil	1950-1975	48	07	03
	1975-2000	53	05	02
Portugal	1950-1975	22	07	06
	1975-2000	25	02	02
Total de ocorrências		148 = 81,3%	21 = 11,5%	13 = 7,1%

A análise da tabela acima aponta para um uso maciço do como em sua forma simples, ou seja, 81,3% das ocorrências do como ocorre sem o acompanhamento de outras partículas. As outras ocorrências envolvendo o como, conforme podemos verificar, são bem menos

freqüentes. Isso ocorre nos três gêneros textuais analisados: em anúncios, em editoriais e em notícias. Vejamos alguns exemplos:

- *Em anúncios:*

(I) O jornal diário é a crônica viva, sempre actualizada((SIC)) ampla e sugestiva da sociedade moderna, **COMO** em escala de maior modéstia o foi nas sociedades anteriores, desde que a Imprensa apareceu no Mundo. E-P-94-Je-001

- *Em notícias:*

(II) Saudado inicialmente por Maxime Gremeta, uma das estrelas em ascensão do PCF **COMO** uma figura prestigiosa em seu país e no plano internacional, Luís Carlos Prestes fez uma breve declaração inicial. E-B-94-Jn-007

- *Em editoriais:*

(III) Ora, compreende-se o apoliticismo **COMO** forma burocrática ou tecnocrática de fazer política. E-B-94-Je-001

Nas três ocorrências, ou seja, no anúncio, na notícia e no editorial, o articulador sintático como apresenta-se em sua forma simples, ou seja, apresenta-se desacompanhado de outras partículas que com ele pudessem configurar uma estrutura sintagmática relativamente cristalizada.

A alta incidência do articulador sintático aqui analisado, em sua forma simples, pode ser explicada por meio de uma justificativa bastante plausível: o como, em sua forma composta ou correlata, não serve como articular sintático prototípico de nenhum conteúdo semântico. Em contrapartida, a sua forma simples é a mais utilizada para expressar a circunstância de modo e comparação, que são as mais freqüentes.

Quanto às formas compostas e correlatas, foi necessário tomarmos algumas decisões no tocante à classificação e análise. Vejamos, primeiramente, as ocorrências do como em sua forma composta:

(IV) Admite-se, mesmo no seio dos mais ferrenhos opositores, a sua realidade irreversível, mas não se consegue

a sua humanização, o que provoca ainda a periódica fuga de habitantes e de congressistas, êstes **COMO** *que* institucionalizando uma falta de quorum parlamentar inquietante. E-B-93-Je-004

No exemplo (IV), encontramos a forma composta “*como que*”. Parece estarmos diante uma expressão já bastante gramaticalizada. A lexia composta “*como que*” revela-se já bastante esvaziada semanticamente, se tomada em seu sentido composicional. Presta-se mais, como podemos verificar, a efeitos retóricos de caráter comparativo-aproximativo.

Segundo Barreto (1999:204-205), a expressão *como que*, em função conjuncional, aparece em textos dos séculos XV e XVI, e mantém-se vigorosa na língua até os dias atuais, apesar de não estar prevista nos compêndios gramaticais normativistas.

Barreto (1999:205) afirma, ainda, que a partícula composta *como que* “ocorre ainda como uma locução de realce, emprego também freqüente no português falado do Brasil”. E exemplifica:

(106) ... *mas depois conheci casos concretos e a partir daí eu comecei como que a sofrer também.* (português falado).

No exemplo apresentado em (106), de acordo com a autora supracitada, o *como que* “experimentou, mais uma vez, uma gramaticalização, ao perder o seu conteúdo semântico comparativo-hipotético e a sua função sintática de item conjuncional, passando a funcionar como uma mera expressão de realce”. Comprova-se, assim, a versatilidade do articulador sintático *como* mesmo em sua forma composta. Tal uso também foi encontrado na variedade européia, em nosso *corpus*. Veja-se abaixo:

(V) No acto, há pouco celebrado, da investidura do novo procurador-geral da República, sr. dr. Furtado dos Santos, falou-se de justiça. De estranhar seria, evidentemente, que se falasse de outra coisa. Com efeito, o alto magistrado **COMO** *que* personifica a própria lei, na sua mais actante feição (...). E-P-94-Je-003

O uso de como que no exemplo (V) aproxima-se, com efeito, do uso preconizado por Barreto (1999). De fato, a expressão tem apenas um valor de realce, visto que poderia ser, inclusive, dispensada do contexto oracional sem grave prejuízo semântico, o que é bem diferente do exemplo (IV), que precisa deste articulador composto para conferir coesão ao texto.

Outra expressão composta a ser analisada é o “tal como”. Essa composição sintagmática, segundo dados do nosso *corpus*, é bastante utilizada para introduzir exemplificações diversas. Nesse caso, parece que esse articulador composto poderia ser reduzido à sua forma simples, sem prejuízo semântico. De fato, poderíamos substituir o tal como por simplesmente como. Tomado esse procedimento, não haveria mudanças significativas. Vejamos:

(VI) Para as tardes de chuva, por exemplo, a mãe pode idealizar lições de canto, exercícios corporais, uma actividade semanal, *tal* **COMO** o desenho, a pintura, a modelagem, e, ainda, encontrar tempo para contar um desses maravilhosos contos infantis. E-P-94-Jn-002

Outra expressão composta encontrada é o “assim como”. Essa composição cristalizada é utilizada com o objetivo de proporcionar a adição de itens. Vejamos:

(VII) Também a dor causada pelo lumbago ou pela bronquite, *assim* **COMO** a rigidez muscular, requerem a acção rápida do @bLINIMENTO DE SLOAN CONTRA A DOR@b . E-P-94-Ja-012

Ao lado do “assim como”, encontramos também o “bem como”, com função similar àquele. Ambos os articuladores compostos servem para adição de termos. Vejamos dois exemplos ilustrativos da variedade brasileira e européia do português, respectivamente:

(VIII) Para ele, a solução dos problemas virá do | próprio [corroído] [corroído] por um grande debate | não apenas das elites mas do conjunto de trabalha- | dores brasileiros "Volto a insistir" – declarou - | "que o essencial é a conquista das liberdades | democráticas, *bem* **COMO** a organização da união |

de forças da Oposição contra as manobras divisio- | nistas da ditadura, porque a divisão é o objetivo | real da chamada reformulação dos Partidos." E-B-94-Jn-007

(IX) Assim, todos os locais onde se produzem poeiras, fumos ou vapores corrosivos, *bem* **COMO** o sistema de evacuação de águas residuais, são dotadas da mais moderna aparelhagem de aspiração, captação, neutralização e filtragem, de modo a garantir um ambiente de trabalho saudável e eliminar qualquer poluição exterior. E-P-94-Jn-006

É importante frisarmos que a simples justaposição do item *bem* ao lado do *como* é insuficiente para comprovarmos haver entre eles uma cristalização capaz de configurar um articulador sintático composto. Vejamos o exemplo abaixo:

(X) Ninguém sabe explicar *bem* **COMO** foi que aquilo começou. Em | poucas horas, tudo estava reduzido a um monte de cinzas. E | era um lar. Adquirido com que sacrifícios! Mas nada se perdeu. E-B-93-Ja-027

Como facilmente podemos verificar no exemplo (X), a partícula *bem* e a partícula *como* representam duas unidades desprovidas de significado composicional. Além disso, a simples justaposição dos termos não possibilitou a emergência da idéia de adição, que é prototípica da cristalização *bem como*. No caso acima, portanto, estamos diante de uma forma simples do articulador sintático *como*, precedida de uma palavra de valor adverbial, que se refere, por sua vez, ao verbo *explicar*.

Por fim, outro uso bastante expressivo do articulador sintático focalizado em seu uso composto é o comparativo-hipotético. Neste caso, estamos falando do “*como se*”. Essa composição, por ora, será apenas exemplificada, uma vez que será melhor explorada no momento em que analisarmos as construções comparativas. Vejamos um exemplo:

(XI) O Brasil tem sido, nas fases negativas do seu desenvolvimento político, um país sujeito, e por assim dizer condenado, à repetição cíclica dos mesmos erros, **COMO** se fossemos um povo vítima de alguma dessas psicoses que impedem o homem de aprender com a sua experiência. E-B-93-Je-003

Como pudemos verificar, encontramos as seguintes ocorrências de formas compostas em nosso *corpus*: como que, tal como, assim como, bem como e como se.

Cabe, agora, analisarmos os usos do como em composições correlatas. Vale a pena frisar que estamos considerando correlativo o fato de o nosso articulador sintático realizar-se lexicalmente em duas partículas descontínuas. Esse é o uso menos prototípico do como, em nosso *corpus*. Entre os usos verificados, podemos citar: não só...como, não apenas...como, tanto...como, não apenas como...mas como, tão...como. Vemos, assim, uma diversidade de combinações possíveis.

Por ora, limitamo-nos apenas a relacioná-los, sem preocupação analítica, uma vez que a análise dos excertos seguintes será feita na seção dedicada aos estudos das construções aditivas.

(XII) Em sua próxima viagem a Portugal, o ministro da Fazenda não só ultimarà entendimentos para a instalação de uma agência do Banco do Brasil em Lisboa **COMO** tratará de questões relacionadas com a penetração econômica do nosso País na África Portuguesa. E-B-93-Je-006

(XIII) Das estatais está sendo exigido não apenas mais comedimento na fixação dos preços e tarifas **COMO** maior transparência nos negócios. E-B-94-Je-005

(XIV) O PDT tem sido oposição no grande palco da política nacional desde a sua criação, sem que tenha descambiado, no entanto, para o terreno do passionatismo. Agora, tanto na área federal **COMO** aqui, no Rio de Janeiro, temos de nos preparar para o exercício duro, mas sereno, dessa prática. E-B-94-Je-006

(XV) Se procedessemos ao balanço do Mundo nestas entradas de 1950, não apenas **COMO** qualquer cuidadoso comerciante ao seu negócio, ou prudente agricultor à sua lavoura, mas **COMO** um frei guardião ao seu convento, computando perdas e ganhos nos sectores da matéria e do espírito, que acharíamos nós de singular ou que mais requeresse a nossa atenção? E-P-93-Je-001

(XVI) O avião leva-nos em poucas horas quando antes em igual trajecto o navio consumia semanas. Não tardará que o automóvel, accionado pela energia atômica, dê a volta a Portugal tão rapidamente **COMO** outrora se ia de caleche a Sintra ou a Cascais. E-P-93-Je-001

Como antevimos no capítulo referente aos procedimentos metodológicos (cf. cap. 5), encontramos algumas dificuldades na etapa referente à classificação semântica das ocorrências do *como*. Segundo a perspectiva teórica adotada em nossa pesquisa, tal dificuldade, na verdade, explica-se pelo caráter não-discreto das categorias lingüísticas, como propôs Givón (1979). As classificações da gramática, se querem ser mais fidedignas, não podem estar reduzidas a compartimentos estanques. Portanto, as dificuldades de análise já estavam previstas.

Taylor (1992:51), partidário da chamada *teoria dos protótipos*, ao traçar um amplo estudo sobre a questão, asseverou:

“As categorias tipicamente têm limites difusos e podem até mesmo fundir-se uma na outra; alguns atributos podem ser compartilhados por apenas alguns membros de uma categoria; pode haver categorias até mesmo sem atributos compartilhado por todos seus membros. Para manter nossas categorias maximamente distintas, e conseqüentemente maximamente informativas, nós precisamos focalizar no nível básico de categorização, mais especificamente, nos membros mais centrais das categorias de nível básico”⁵²

Entre as várias vantagens da *Teoria dos Protótipos* devemos sublinhar a possibilidade de inclusão de dados não-prototípicos, antes deixados à margem por abordagens de cunho aristotélico. Os casos ambíguos e de difícil classificação não ficam marginalizados nessa abordagem. Ao contrário, também os membros periféricos podem ser associados às diversas categorias. Além disso, os limites entre as categorias são reconhecidamente difusos ou *fuzzy*, na linguagem do autor.

A aparente simplicidade com que são tratadas as sentenças complexas no âmbito da gramática tradicional revela um descuido grave em relação a esse assunto. Ao listar conjunções, nossos compêndios passam a falsa impressão de que a classificação de uma

⁵² “Categories typically have fuzzy edges and might even merge into each other; some attributes might be shared by only a few members of a category; there might even be categories with no attributes shared by all their members. In order to keep our categories maximally distinct, and hence maximally informative, we need to focus on the basic level of categorization, more specifically, on the more central members of basic level categories”.

oração ou de outra se faz de maneira muito tranqüila e inequívoca, o que não se comprova na análise dos dados reais disponíveis.

Ao analisar a hipotaxe adverbial, Decat (2001:106) assevera que a classificação de uma oração nem sempre é tarefa das mais fáceis. Assim ela nos fala:

“Nem sempre é possível dizer a que tipo de função uma cláusula adverbial serve em outra cláusula, dado o fato de que freqüentemente ela terá, mais que uma função gramatical, uma função discursiva, no sentido de orientar o ouvinte para a mensagem que se quer transmitir, organizando, assim, a forma do discurso”.

Entretanto, para fins didáticos, faz-se necessária uma classificação, mesmo que seus limites não sejam muito precisos. Dessa forma, podemos assim classificar e quantificar as ocorrências do como e seus correlatos:

Tabela 3 – Total de ocorrências do como quanto aos seus usos semânticos.

	O <u>como</u> com valor	MODAL	COMPARATIVO	ADITIVO	CONFORMATIVO	CAUSAL	TOTAL
Brasil	ANÚNCIOS	14	04	02	02	01	23
	EDITORIAIS	31	06	06	08	04	55
	NOTÍCIAS	31	01	05	01	02	40
Portugal	ANÚNCIOS	05	04	03	-	-	12
	EDITORIAIS	15	11	03	02	-	31
	NOTÍCIAS	11	02	02	04	02	21
	TOTAL	107 = 58,7%	28 = 15,3%	21 = 11,5%	17 = 9,3%	09 = 4,9%	182

O quadro acima nos permite afirmar que o como é mais utilizado em seu valor modal. Efetivamente, 58,7% de todas as ocorrências do como, em nosso *corpus*, num universo de

182, correspondem ao uso modal. Uma das razões para esse resultado, provavelmente, se deve à amplitude com a qual abordamos tais construções. Afinal, os valores modais abrangem uma gama considerável de diferentes usos distintos mas aparentados entre si.

Como nos propusemos a fazer no início deste capítulo, passemos a analisar, em nosso *corpus*, cada construção instanciada pelo como, segundo a perspectiva dos autores adotados.

6.1. Construções aditivas

Segundo Barreto (1999:209), cujo objetivo, como já vimos, é traçar uma trajetória histórica dos itens conjuncionais, “como já era empregado no latim em correlação com os advérbios comparativos: *asi*, *tale-*, *tantu-*, *tan*”. Esta não é, portanto, uma construção inovadora do português contemporâneo.

Bosque y Demonte (2004:2640) afirmam que a coordenação copulativa é a que apresenta uma distribuição mais geral, no sentido de que exibe mais possibilidades combinatórias. No tocante às construções aditivas introduzidas por *como*, os autores (2004:2670) afirmam:

“Os sintagmas formados por outras expressões conjuntivas como *tanto...como*, *não só...mas*, *assim como* – também chamadas ‘correlativas’ – interpretam-se distributivamente”.⁵³

A *interpretação distributiva*, segundo os autores, implica a participação de cada um dos elementos coordenados numa ação separadamente, sendo a soma das ações concebida como um evento único, embora não devam ser necessariamente simultâneas. Vejamos o exemplo fornecido pelos autores:

(107) *Tanto Ana como Adriana vieram.*

⁵³ “Los sintagmas formados por otras expresiones conjuntivas como *tanto... como*, *no solo ... sino*, *así... como* – también llamadas ‘correlativas’ -, se interpretan distributivamente”.

No exemplo (107), temos dois elementos humanos (Ana e Adriana) que participam necessariamente de uma mesma ação, embora tal ação não precise acontecer ao mesmo tempo. De fato, Ana pode ter vindo num momento diferente do de Adriana.

Acreditamos que essa particularidade é fundamental para uma análise que leve em conta aspectos discursivos e pragmáticos. De fato, não há uma simples adição de termos, mas uma copulação sintática regida por meio de determinadas restrições.

Essa restrição explicaria, por exemplo, a má formação das seguintes orações, também propostas pelos autores. Afinal, temos um mesmo evento cuja participação é determinada pela simultaneidade do encontro de Ramon e Fernando:

(108) **Tanto* Ramon *como* Fernando encontraram-se.

(109) *Ramon, *assim como* Fernando, encontraram-se.

Mateus *et alii* (2003:565), que optam por uma distinção entre conjunção e conector, afirmam que “as conjunções coordenativas, simples ou correlativas, são usualmente classificadas em termos do nexos semântico que prototipicamente veiculam. (...) Elas podem ser copulativas, disjuntivas e adversativas”.

Entre as copulativas (ou aditivas), que apresentam sentido básico de adição, as autoras listam como copulativas simples *e* e *nem*; e entre as expressões correlativas copulativas, *não só...mas também*, *não só... como*, *tanto...como*. E exemplificam:

(110) O miúdo quer visitar tanto a Disneylândia como o Parque Asterix.

(111) O João não só viu o livro como (*também*) o comprou.

Segundo Moura Neves (2000:742), “um tipo diferente de construções aditivas são as correlativas, do tipo *não só... mas também* e *não só... como também*”. Elas ficariam, segundo a autora, entre as não-correlativas aditivas e as correlativas comparativas, como uma espécie de classificação híbrida, o que parece ser uma análise muito pertinente. Vejamos um exemplo:

(112) As mulheres também retornavam quase correndo, não só pelo frio como também pelo peso dos potes.

Ao analisar o par correlativo *não só...mas (também)*, evidentemente similar à forma *não só...como (também)*, Guimarães (1987:123) afirma:

“Sabemos (...) que *não só...mas (também)* é um operador cuja frequência não é muito grande e cujo uso parece se dar em textos de registro mais formal, ou com forte caracterização argumentativa. Nisto (...) diferiria da conjunção *e*, muito mais freqüente, independente do registro e do tipo de discurso”

De fato, notamos que o par correlativo *não só...mas (também)*, da mesma forma que *não só...como (também)*, são bem menos prototípicos do que *e*, que é a conjunção por excelência para a indicação da noção de adição, mais neutra do ponto de vista semântico.

Da mesma forma que Moura Neves (2000), Ayora (1991:27) também reconhece um matiz comparativo de igualdade nas construções com *tanto...como*, uma vez que o par correlativo não serve apenas para somar elementos, mas também para comparar pessoas ou circunstâncias. O autor afirma que, nesses casos, podemos reconhecer que há a soma de membros que possuem idêntica qualidade ou que se encontram em iguais circunstâncias. A principal característica desse par aditivo é que ele pode ser substituído pelo articulador sintático prototípico da adição: *e*.

De certa forma, Ayora (1991) aponta para uma máxima funcionalista: não há categorias discretas. Como poderemos verificar em nossos dados, as construções aditivas aqui estudadas aparentam-se às construções comparativas devido à carga semântica do articulador sintático *como*. Devido a necessidades cognitivas e pragmáticas, é possível a produção de mesclas entre domínios diversos como a adição e comparação, havendo a preponderância de um ou outro. Acreditamos ser esse o caso das orações introduzidas pelo *como* correlativo.

Asseveremos, por fim, que apesar de a conjunção *e* ser a mais prototípica entre as aditivas, os pares correlativos aditivos não podem ser desprezados, já que também são produtivos, como veremos a seguir.

Segundo nossa análise, foram encontradas 21 ocorrências do *como* em construções aditivas, assim distribuídos:

Tabela 4 – Ocorrências do *como* com valor aditivo

	Ocorrências
Forma correlata	14
Forma composta	06
Forma simples	01
Total	21

Vejamos, primeiramente, as ocorrências do *como* nas aditivas correlatas, que somam mais de 50% de todas as aditivas instanciadas pelo *como* em nosso *corpus*.

(XVII) Em sua próxima viagem a Portugal, o ministro da Fazenda não só ultimar^á entendimentos para a instalação de uma agência do Banco do Brasil em Lisboa COMO tratará de questões relacionadas com a penetração econômica do nosso País na África Portuguesa. E-B-93-Je-006

(XVIII) Das estatais está sendo exigido não apenas mais comedimento na fixação dos preços e tarifas COMO maior transparência nos negócios. E-B-94-Je-005

(XIX) A seguir, Prestes disse que falta atacar os | problemas de fundo, que, a seu ver, não apenas | persistiram ao longo de 15 anos de ditadura, COMO | se agravaram. E-B-94-Jn-007

(XX) A entidade representativa dos pais denuncia não só reajustes acima dos limites permitidos COMO o uso de editais que induzem as pessoas a acreditar num reajuste menor do que o efetivamente praticado. E-B-94-Je-005

(XXI) Nesse novo edifício ficam instalados não só os escritórios centrais COMO também os serviços de peças e oficinas SCANIA. E-P-95-Ja-019

(XXII) Agora, tanto na área federal COMO aqui, no Rio de Janeiro, temos de nos preparar para o exercício duro, mas sereno, dessa prática. E-B-94-Je-006

(XXIII) Para além das preocupações da elevada produtividade e alta qualidade, mereceu particular atenção a protecção do ambiente, tanto interna COMO externamente. E-P-94-Jn-006

(XXIV) Se procedêssemos ao balanço do Mundo nestas entradas de 1950, não apenas **COMO** qualquer cuidadoso comerciante ao seu negócio, ou prudente agricultor à sua lavoura, mas **COMO** um frei guardião ao seu convento, computando perdas e ganhos nos sectores da matéria e do espírito, que acharíamos nós de singular ou que mais requeresse a nossa atenção? E-P-93-Je-001

(XXV) O avião leva-nos em poucas horas quando antes em igual trajecto o navio consumia semanas. Não tardará que o automóvel, accionado pela energia atômica, dê a volta a Portugal tão rapidamente **COMO** outrora se ia de caleche a Sintra ou a Cascais. E-P-93-Je-001

Entre os usos verificados, podemos citar: não só...como, não apenas...como, tanto...como, não apenas como...mas como, tão...como. Vemos, assim, uma grande diversidade de combinações possíveis, conforme já havia sido atestado por Mateus *et alii* (2003) e Moura Neves (2000).

Segundo Moura Neves (2000:742), essas construções são formadas com orações aditivas binárias e, em princípio, irreversíveis, pela superposição que se cria. Conforme já assertamos, são construções híbridas devido ao carácter aditivo e comparativo que apresentam simultaneamente. Mateus *et alii* (2003:564) também defendem a designação *coordenação binária*.

Tais construções, segundo Guimarães (1987) revelam usos ligados ao registro mais culto do nosso idioma, ao contrário do *e*, conjunção prototípica da adição, utilizada nos mais diversos contextos discursivos. Por meio de uma análise lógica, o autor supracitado, ao analisar o articular *não só...mas também*, afirma: “uma proposição como *não só p ...mas (também) q* é verdadeira no caso de tanto *p* quanto *q* serem verdadeiras” (1987:124).

A afirmação do autor é corroborada pelos dados de nosso *corpus*. Das 14 ocorrências do como correlativo aditivo, 8 são encontradas em editoriais, ou seja, mais de 50% de nossas ocorrências. Sendo os editoriais textos de carácter mais argumentativo, era de se esperar que isso acontecesse, como de fato ocorreu.

No âmbito da semântica argumentativa, o articulador sintático aditivo correlativo tem a função de articular argumentos de igual valor. Há um detalhe, contudo, de grande importância que distingue essas formas do prototípico *e*. Observemos a sequência descrita em (XXI), novamente reproduzida abaixo:

(XXI') Nesse novo edifício ficam instalados não só os escritórios centrais COMO também os serviços de peças e oficinas SCANIA. E-P-95-Ja-019

A enunciação do primeiro elemento (os escritórios centrais), pode ser uma informação já compartilhada ou pressuposta pelo enunciador, cuja intenção pode ser a de surpreender os ouvintes com o elemento novo (os serviços de peças e oficinas). Assim, tal uso seria, do ponto de vista semântico-pragmático-enunciativo, bem menos neutro que o prototípico *e*. Enfim, devemos afirmar que as vicissitudes do discurso é que determinam em grande parte o uso de uma construção ou outra.

Vejamos, agora, alguns exemplos das chamadas aditivas compostas, que compõem o grupo das aditivas formadas por duas partículas contínuas:

(XXVI) "Volto a insistir" – declarou - | "que o essencial é a conquista das liberdades | democráticas, *bem* COMO a organização da união | de forças da Oposição contra as manobras divisio- | nistas da ditadura, porque a divisão é o objetivo | real da chamada reformulação dos Partidos." E-B-94-Jn-007

(XXVII) Um diretor da empresa, que não quis se identificar para a reportagem, declarou que o seguro indenizaria as famílias das vítimas, | *bem* COMO as despesas de hospi- | talização. E-B-94-Ja-001

(XXVIII) Em gavetas e armários, | COMO *também* em baixo | de móveis, é melhor usar | Neocid *em* *Pó*, que ma- | ta baratas por muitas se - | manas, deixando-se o *pó* | nos lugares tratados. E-B-93-Ja-005

(XXIX) O ajustamento deve ser o maior possível entre os órgãos federais e estaduais, preservado e fortalecido, COMO *também* deve ser o papel da Sudene, na coordenação do desenvolvimento econômico regional. E-B-94-Je-002

(XXX) Também a dor causada pelo lumbago ou pela bronquite, *assim* COMO a rigidez muscular, requerem a acção rápida do @bLINIMENTO DE SLOAN CONTRA A DOR@b . E-P-94-Ja-012

Os dados analisados apontam para uma inovação ainda não bem documentada pelas gramáticas pesquisadas: o uso do como em expressões não-correlatas para indicar adição. Geralmente são apresentados como articuladores sintáticos aditivos apenas as expressões não só...como, tanto...como entre outras poucas.

Quando utilizamos o como em construções aditivas, reconhecemos, como Ayora (1991:27), que há nelas um matiz comparativo mais ou menos explícito. Isso se deve ao fato de atestarmos nessas construções uma soma de membros que possuem qualidade idêntica ou que se encontram em circunstâncias parecidas.

A força argumentativa das expressões do como em construções aditivas compostas pode ser comparada à das expressões correlativas. Cabe, por fim, verificarmos o uso do como, em sua forma simples, com valor aditivo. Vejamos:

(XXXI) "Meu retorno, **COMO** o de outros | compatriotas se deve à anistia" – explicou as- | lientando que ela só foi possível graças à ação popular e à luta pelas liberdades democráticas. | Graças também a diversas forças da Oposição | que foram capazes de se unir em torno desses | ideais. E-B-94-Jn-007

Encontramos apenas uma ocorrência do como, indicando uma construção aditiva simples. Esse uso parece ser completamente inovador, uma vez que não é registrado em qualquer obra constante de nossa bibliografia.

Constatamos, assim, o caráter dinâmico de nossa língua. Qualquer tentativa de classificação estanque pode ser improfícua, uma vez que a maleabilidade é uma das características intrínsecas às línguas vivas, conforme propõe o Funcionalismo Lingüístico.

Os matizes secundários emergentes da proposição (XXXI) - o modal, e talvez o comparativo - só reforçam nossa afirmação acerca da necessidade de flexibilizarmos nossas propostas de taxionomia e de classificação.

6.2. Construções comparativas

Segundo Barreto (1999:98), a forma tanto... como, estrutura correlativa comparativa, já era utilizada no século XIII e apresentava, no português arcaico, as variantes *tãto... como* ~

tanto... come ~ tanta... como. A estrutura *tão... como*, correlativa comparativa, apresenta registro escrito desde o século XIV, sendo empregada até os dias de hoje, no português contemporâneo.

Ao abordar as orações comparativas, temos de ter o máximo cuidado para não confundirmos os conceitos de comparação, estrutura comparativa e oração comparativa. Todos eles apresentam características diferentes. Segundo Rodrigues (2001:19),

“as comparativas são estruturas da língua porque têm natureza de signo, ou seja, apresentam o significado de comparação que se une ao significante estruturas do tipo mais... que, mais ... de etc. Contudo, se uma sequência manifestar o significado de comparação e não se concretizar em uma estrutura desse tipo, diz-se que há comparação, mas não estrutura comparativa” (grifos da autora).

De acordo com a análise da autora, o tratamento dado às estruturas comparativas no âmbito da gramática tradicional nem sempre é homogêneo, o que pode ocasionar incompreensões teóricas. Por exemplo, entre as gramáticas normativas brasileiras, as comparativas são tratadas ora como subordinadas adverbiais, ora como correlatas ou ainda como subordinadas correlatas.

Mesmo entre as abordagens mais recentes, não há consenso quanto ao assunto. De acordo com Rodrigues (2001:65), a comparação tem sido vista sob diferentes enfoques:

- I. **Nas abordagens tradicionais** – a comparação é vista como uma estrutura de subordinação;
- II. **Nas abordagens gerativistas** – na estrutura superficial, a comparação corresponde a uma estrutura de subordinação mas, na forma lógica, se comporta como estrutura de coordenação, havendo, portanto, paralelismo;
- III. **Nas abordagens funcionalistas** – a comparação é uma estrutura de subordinação e possui graus de encaixe diferentes em relação a outras estruturas;

- IV. **Nas abordagens discursivas** – as estruturas de comparação ficam à parte na oposição subordinação/coordenação.

Após análise cuidadosa e apurada, apoiando-se na teoria da correlação e com base em teorias de investigação lingüística diversas, Rodrigues (2001:78) opta por classificar as estruturas comparativas em quatro grupos diferentes:

I. estruturas comparativas oracionais correlatas:

(113) Porque está havendo uma forma aquisitiva maior (do que havia na classe média antigamente).

II. estruturas comparativas oracionais não-correlatas;

(114) Por isso perdô-a (como em idênticas circunstâncias a perdoaria o meu mestre).

III. estruturas comparativas não-oracionais correlatas;

(115) “(...) Ela, uma atrevida que quer mandar tanto ou mais (do que eu).

IV. estruturas comparativas não-oracionais não-correlatas.

(116) “Então, e então ela berrava, ti (...) tinha os chifres (como uma cabra,) e tudo, aí, ah, ainda me pregou uma turra”

Analisando a língua escrita, Rodrigues (2001:78) acrescenta: “Normalmente, as construções (comparativas) introduzidas por como são não-correlatas e as introduzidas pelos demais introdutores são correlatas”. Isso é comprovado pelos dados de sua pesquisa, que envolveu o estudo de 315 estruturas comparativas na língua escrita. Vejamos (cf. Rodrigues, 2001:104):

TIPO DE CONSTRUÇÃO COMPARATIVA	TOTAL / %
Comparativa não-oracional não-correlata	149 / 83%
Comparativa oracional não-correlata	30 / 17%

Rodrigues (2001) não encontrou um caso sequer de estrutura comparativa correlata envolvendo a partícula como, na língua escrita. Segundo os resultados de sua tese de doutorado, nas estruturas correlatas, predominam os articuladores sintáticos *do que* e *que*. Mateus *et alii* (2003:732-3), por outro lado, ao abordar as palavras de grau ou quantidade na comparação, admitem que as partículas *tão* e *tanto(s)* podem co-ocorrer com o conector como. E exemplificam:

(117) O Pedro é tão alto como o pai é gordo.

(118) Não tenho tantos dicionários como gostaria de ter.

Gili Gaya (1979) e Sánchez Márquez (1972) também defendem posição semelhante à de Mateus *et alii* (2003). Segundo os autores citados, o como pode vir correlacionado com os advérbios *tão*, *tanto* e *tal*, numa comparação de igualdade.

Mateus *et aliii* (2003:732) reúnem as comparativas em um grupo à parte das subordinadas adverbiais, como já vimos na seção 1.2 desta pesquisa. As autoras caracterizam as frases comparativas da seguinte maneira:

“são caracterizadas como **comparativas** as frases em que, através da presença de um conector (em português, *como* ou *(do) que*), se estabelece uma comparação entre duas expressões lingüísticas, tendo em vista o grau de intensidade das propriedades ou estados de coisas por elas denotados ou as quantidades das entidades nelas referidas”.

E acrescentam (2003:736) que as frases comparativas são um domínio propício à ocorrência de construções de elipse. No exemplo a seguir, as autoras reconhecem haver uma ambigüidade estrutural. De um ponto de vista sintático, admite-se tanto a análise em termos de comparação de constituintes sintagmáticos de nível inferior à frase, como a análise em termos de comparação de frase. Vejamos:

(119) O Pedro gosta *tanto* da Maria como da Ana.

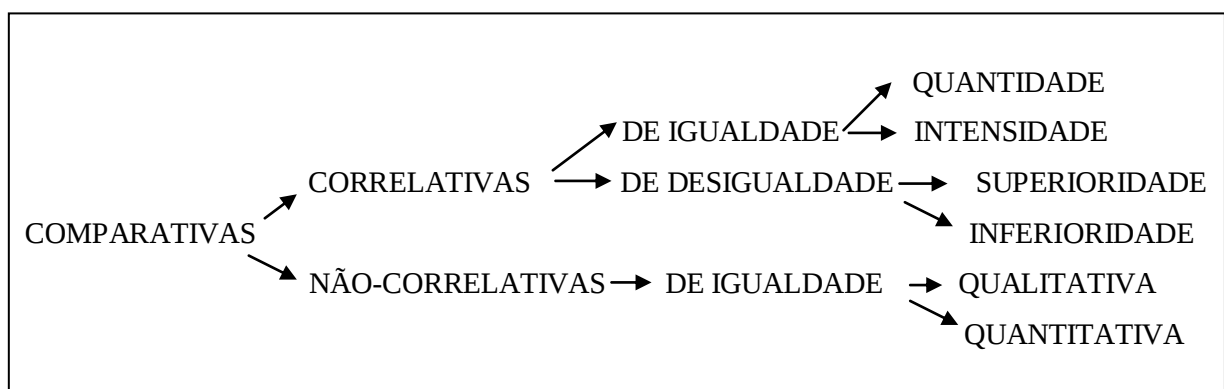
(119') O Pedro gosta *tanto* da Maria como (o Pedro gosta) da Ana.

Moura Neves (2000) caracteriza as construções comparativas a partir de dois critérios bem definidos: o *semântico* (há o estabelecimento de um cotejo entre os elementos comparados) e o *sintático* (há a interdependência dos dois elementos comparados). Para ela, toda construção comparativa é uma reunião entre iguais (comparação de igualdade) ou entre diferentes (comparação de desigualdade), enquanto a adição se faz entre iguais; entretanto, tanto as construções aditivas como as comparativas se caracterizam pela redundância.

Por outro lado, as diferenças também são explícitas. Segundo Moura Neves (2000:893),

“nas construções comparativas, há dois turnos que fecham numa combinação binária, e de ordenação em princípio irreversível – diferentemente do que ocorre com as coordenadas aditivas, nas quais, prototipicamente, se combinam turnos, indefinidamente”.

Além do já exposto, podemos observar como traço essencial da construção comparativa a existência de um elemento comum aos dois membros comparados. Esse elemento pode estar sendo comparado ao outro em igualdade ou desigualdade (superioridade ou inferioridade). Para verificarmos melhor estas possibilidades, vejamos o esquema abaixo e, logo em seguida, alguns exemplos dados pela própria autora:



I. Correlativa de igualdade – quantidade:

(120) Nessa reunião, estará representada a superestrutura *tanto* governamental como a empresarial e sindical. (= não só a superestrutura governamental como também a empresarial e sindical).

II. Correlativa de igualdade – intensidade:

(121) A ampicilina é *tão* eficaz como a penicilina G.

III. Correlativa de desigualdade – superioridade:

(122) *Antes* um pássaro na mão, *que* dois voando.

IV. Correlativa de desigualdade – inferioridade:

(123) Ele estava *menos* agressivo *que* antes.

V. Não-correlativa de igualdade – qualitativa:

(124) Num átimo, o visitante encheu despachadamente o quarto, a falar como em catadupa.

VI. Não-correlativa de igualdade – quantitativa:

(125) Tudo isso, *tanto quanto* a origem e a natureza desses estranhos aparelhos, continua no terreno das hipóteses, das conjecturas.

Ayora (1991:15) propõe uma diferença entre *comparação de igualdade* e *comparação de similitude*. Segundo o autor, tanto nas comparativas de igualdade quanto nas comparativas de similitude se dá a comparação. Entretanto, há uma diferença: nas primeiras, observa-se uma semelhança relativa; já na segunda, há uma semelhança mais absoluta. Não faremos essa distinção (igualdade x similitude), pois achamos supérflua, uma vez que cria uma especificação a mais para a descrição lingüística.

De um modo geral, nenhum teórico, com exceção de Ayora (1991:35), definiu casos de construções comparativas de superioridade com o uso do como. De acordo com o autor, podemos reconhecer uma comparativa de superioridade na seguinte estrutura:

VERBO + COMO + NENHUM(A)/NINGUÉM/NADA

Vejamos alguns exemplos:

(126) Eles, como ninguém outro, têm sofrido muito a morte da mãe.

(127) Joana, como nenhuma outra mulher fez, correu 30 km para buscar seus.

Nesses casos, a seqüência tem sido considerada como comparativa de superioridade por ser substituível pela forma *mais que*. Ayora (1991:36) ainda acrescenta uma outra expressão que pode aparecer em construções comparativas de superioridade. Vejamos:

(128) Eu vejo que ele considera os fatos mais como um desastre do que como uma forma de crescimento.

Com relação ao uso correlativo do como apresentado em (128), podemos afirmar que o primeiro termo da comparação é mais valorizado que o segundo – o que é próprio da comparação de superioridade. Nesse caso, podemos ainda acrescentar que o que se comparam são dois modos ou formas de se entender a realidade, por isso verifica-se também um matiz modal.

Com 28 ocorrências, ou seja, 15,3% no universo total de nossos dados, só verificamos o uso do como comparativo em construções não-correlatas. Aliás, esse fenômeno também foi atestado por Rodrigues (1999:78) em sua pesquisa. Vejamos algumas ocorrências de nosso *corpus*:

(XXXII) A electricidade continua **COMO** uma boa fada perdulária a atirar aos homens os seus dons maravilhosos, assim a radiofonia ontem, hoje a televisão((SIC)) E-P-93-Je-001

(XXXIII) Elizabeth Taylor, **COMO** | 9 entre 10 estrelas de Hollywood, usa | diariamente o purissimo. Sabonete Lever. E-B-93-Ja-002

(XXXIV) são bem notórios os agentes desta civilização material, tão bem **COMO** as obras de que todos nós vamos beneficiando. E-P-93-Je-001

É importante verificarmos que a simples justaposição de *bem* ao lado de *como* (no exemplo imediatamente anterior) não produziu, como era de se esperar, uma expressão composta; ao contrário, verifica-se até mesmo uma marca prosódica identificadora, que é uma breve pausa entre um vocábulo e outro no momento da enunciação.

Vejamos um uso bastante expressivo do *como* em construções comparativas:

(XXXV) A comichão desaparece **COMO** por encanto((SIC)) E-P-93-Ja-004

No exemplo anterior, constatamos um uso do *como* comparativo utilizado mormente em anúncios e em propagandas. Ao divulgar o poder de cura de um remédio qualquer, o autor do enunciado em (XXXV) serviu-se de elementos do mundo fantástico. Esse uso será explorado ainda com mais vivacidade nos exemplos seguintes. Vejamos:

(XXXVI) É **COMO** o gênio da lâmpada: | você passa a mão e seu pedido | é atendido imediatamente. Crediário Automático Banerj. E-B-94-Ja-022

(XXXVII) Simples e rápido **COMO** um passe de magia. Estamos falando do | Crediário Automático Banerj. Confira em seu extrato se você | tem um limite de crédito pré-aprovado, escolha um valor dentro | deste limite para financiar e a forma de pagamento. E-B-94-Ja-022

É interessante notarmos que o *como* comparativo tem função catafórica nos exemplos (XXXVI) e (XXXVII), já que antecipa o SN que vem em seguida – *Crediário Automático Banerj*. Essa é uma estratégia comum em anúncios publicitários, uma vez que cria uma expectativa maior no interlocutor.

Nesses tipos de anúncio, a linguagem é direta e clara, já que a intenção é persuadir o leitor a adquirir o produto ou o serviço oferecido. A metaforização da linguagem, por outro lado, também não é desprezada, uma vez que esses recursos estilísticos conferem vivacidade ao tópico discursivo.

Ao comparar o *Crediário Automático Banerj* a um *gênio* e a um *passe de mágica* respectivamente, os publicitários intentam oferecer seus serviços, cujas vantagens supostamente são fantásticas, quase sobrenaturais. A linguagem empregada enfatiza as qualidades do produto, ao compará-lo hiperbolicamente com elementos do mundo da fantasia ou da imaginação.

6.2.1. Construções comparativas hipotéticas

Segundo Mateus *et alii* (2003:753), “as comparativas-condicionais são introduzidas pelo conector como se, de valor simultaneamente comparativo e condicional”. Essa construção dá origem a uma comparação hipotética. Vejamos os exemplos dados pelas autoras:

(129) As meninas dão-se como se se conhecessem há muito tempo.

(130) Ela conduz como se a rua fosse dela.

(131) A Maria está muito assustada como se algo de terrível tivesse acontecido.

Ayora (1991:47) é ainda mais explícito ao afirmar que “a expressão conjuntiva como se estabelece uma comparação baseada na modalidade com que se cumprem duas ações verbais: uma real e outra hipotética”. Na formulação dessa estrutura hipotética, utiliza-se preferencialmente o modo subjuntivo, justamente por ser esse o modo mais prototípico para a expressão de hipótese. E também exemplifica:

(132) Cada vez mais nossos companheiros estão tomando mais consciência de que nos tratam como se fôssemos cidadãos de terceira.

Bosque y Demonte (2004:3679) afirmam que o como se constitui um recurso gramatical maximamente econômico, pois sintetiza numa única expressão a idéia de uma comparação condicional hipotética com função adverbial modal. E acrescentam que, dado o seu caráter comparativo, a construção como se constitui um mecanismo anafórico muito produtivo, posto que permite pôr em relação elementos do mundo real com elementos

possíveis ou ainda claramente irreais. Vejamos os exemplos fornecidos pelos próprios autores:

(133) Você está muito pálido, *como se estivesse doente*. → *elemento possível*.

(134) Você está muito pálido, *como se tivesse visto um fantasma!* → *elemento irreal*.

O uso de como se também pode ser particularmente útil na divulgação científica ou ainda empregado com o desejo de descrever de maneira mais precisa e exaustiva um conceito cuja explanação seria difícil se não fosse tomada hipoteticamente. Neste último caso, dizemos que o como se apresenta um valor metadiscursivo. Vejamos:

(135) O centro da Terra gira livremente como se fosse um planeta dentro do outro. → *divulgação científica*.

(136) O DNA é como se fosse uma grande cadeia emparelhada de pequenas peças esféricas. → *divulgação científica*.

(137) Aquela doença é tão grave que deixa manchas como se fossem pequenos caroços. → *uso metadiscursivo*.

Na verdade, poderíamos arrolar uma série de outros usos semânticos para o articulador sintático como se em diferentes matizes. Vejamos mais alguns exemplos:

(138) Ultimamente ele tem me tratado como se estivesse com raiva de mim. → *conjetura-se que a hipótese seja verdadeira*.

(139) Ele apresentava certas atitudes como se fosse muito rico e inteligente! → *conjetura-se que a hipótese seja falsa*.

Ao analisar o aspecto diacrônico do como se, Barreto (1999:75) verificou que esse articulador sintático é uma variação do como que, que já aparecia em textos escritos do século XV. Segundo a autora, é bastante empregada no português falado do Brasil e ocorre também no português falado de Portugal.

Em nosso *corpus* também encontramos instâncias do como em construções comparativo-hipotéticas. Vejamos alguns exemplos mais prototípicos:

(XXXVIII) O Brasil tem sido, nas fases negativas do seu desenvolvimento político, um país sujeito, e por assim dizer condenado, à repetição cíclica dos mesmos erros, COMO se fossemos um povo vítima de alguma dessas psicoses que impedem o homem de aprender com a sua experiência. E-B-93-Je-003

(XXXIX) Outra | moça usando pantalone e não podendo regressar, sem | tratar do que pretendia no STF, procurou um banheiro | que fica por fora do palácio, tirou a calça comprida e, | tranqüilamente usando apenas a túnica COMO se fosse | a minissaia resolveu seu compromisso, no recinto do | Supremo. E-B-93-Jn-016

Como pudemos verificar, tais construções são introduzidas pela composição como se. No exemplo (XXXVIII), por exemplo, temos um uso do como se semelhante ao explorado por Bosque y Demonte (2004) sob o nome de *metadiscursivo*.

Segundo está documentado em vários autores, principalmente da tradição espanhola, esse uso comparativo apresenta certo hibridismo com as construções condicionais. Preferimos, no entanto, adotar a denominação *comparação hipotética*, como fez Ayora (1991:47), que assim fala:

“A expressão conjuntiva **como se** estabelece uma comparação baseada na modalidade com que se cumprem duas ações verbais, uma real e outra hipotética. A modalidade com que se realizam ambas as ações afeta por igual a uma e a outra.”

Barreto (1999:204), apoiando-se em Cruzeiro (1973:463), afirma que a expressão como se possibilita maior liberdade à comparação, pois “se por um lado o modo hipotético pode tirar-lhe a força, por outro, a irrealidade que lhe é própria, permite levar à procura de um termo de composição mais ousado, o que a torna mais fluida e, conseqüentemente, menos impressiva que a simples comparação” com outros articuladores.

Ainda segundo a autora, a expressão *como se* é documentada desde o século XIII até os nossos dias, mostrando-se bastante produtiva, tanto em textos orais como em textos escritos. Os usos contemporâneos, como vimos, são atestados em nosso *corpus*.

Por fim, devemos acrescentar que encontramos vários exemplos de uma variante da expressão *como se* para indicar a comparação hipotética, ou seja, o *como que*, cuja força expressiva parece ser mais abstrata e fluida que a primeira. Vejamos alguns exemplos:

(XL) Com efeito, o alto magistrado **COMO** *que* personifica a própria lei, na sua mais actante feição, e a lei é o caminho por onde se procura assegurar a todos, desde a mais humilde pessoa singular à suprema pessoa colectiva, que é a Nação, a justiça em que hajam sido lesados ou que a sintam ameaçada. E-P-94-Je-003

(XLI) Para as tardes de chuva, por exemplo, a mãe pode idealizar lições de canto, exercícios corporais, uma actividade semanal, (...) e, ainda, encontrar tempo para contar um desses maravilhosos contos infantis que ficam **COMO** *que* esculpidos na alma do ínfante. E-P-94-Jn-002

(XLII) Ao alcançarmos a posição (2) vemo-lo **COMO** *que* a andar para trás, para, depois da posição (6), retomar o normal sentido de deslocamento. E-P-95-Jn-011

(XLIII) No campo da tática, a nova articulação de um exército viria permitir a divisões, marchando por itinerários paralelos, percorrerem etapas muito mais longas, ao mesmo tempo que tornava mais fácil e rápida sua concentração para o choque decisivo na região e no momento em que o comando superior julgasse oportuno esse admirável instrumento tático- a divisão-Carnot **COMO** *que* preparou, para entregar às mãos habéis do grande estrategista Napoleão. Quando este assumiu o comando do exército na Itália. E-B-93-Je-001

Encontramos ocorrências de *como que* tanto na variedade brasileira como na variedade europeia da língua portuguesa, como podemos atestar nos exemplos anteriores. Devido às fontes utilizadas, podemos afirmar que os usos comparativos hipotéticos com *como que* não são restritos às variedades coloquiais da língua. Ao contrário, encontram-se vigorosos na norma culta, já que são encontrados em gêneros jornalísticos, inclusive nos editoriais, que primam por técnicas de argumentação mais sofisticadas.

Barreto (1999:204-205) verificou em seus estudos diacrônicos que a partícula composta como que apresenta evidências de ter surgido no século XV. Apesar de espelhar um uso atual e produtivo, segundo a autora, essa forma não é citada nos compêndios de gramática normativa.

Por fim, Barreto (1999:205) traça a trajetória de gramaticalização dos articuladores sintáticos como que e como se, além de acrescentar alguns comentários pertinentes. Vejamos:

“A gramaticalização desses itens conjuncionais (*como que* e *como se*) parece ter ocorrido por um processo de reanálise, isto é, de reinterpretação dos termos no período. A conjunção comparativa **como**, ocupando a última posição na sentença, em virtude da elipse de um verbo, idêntico ao da oração anterior, seguida de uma oração condicional iniciada por **que** ou **se** foi interpretada como formando com essa conjunção um só item conjuncional de significação mais abstrata, para expressar uma relação de comparação hipotética. As duas conjunções associam-se, mas conservam os seus conteúdos semânticos de origem: o comparativo e o hipotético”.

Apesar de Barreto (1999) ter encontrado como que apenas em textos orais, podemos afirmar que tal expressão é vigorosa também na língua escrita, como comprovam nossos exemplos anteriormente citados e analisados.

6.3. Nas construções conformativas

Kury (2003:96) nota que os limites entre a oração comparativa e a conformativa nem sempre são muito claros. O autor assevera que:

“Conforme se vê, as orações conformativas se aproximam bastante, muitas vezes, das comparativas, e nem sempre são suficientemente nítidos os limites entre umas e outras. Didaticamente, aconselhamos um processo: Se o como for substituível por *conforme*, a oração será

conformativa; e será comparativa quando o como corresponder a assim como, qual. Além disso, o verbo da oração comparativa costuma ser o mesmo da principal, o que não ocorre com as conformativas”.

Segundo Moura Neves (2000), as construções conformativas expressam um fato que se dá em conformidade com o que é expresso na oração principal. São prototipicamente iniciadas pelo articulador sintático conforme; entretanto, também podem ser iniciadas por consoante, segundo e como:

(140) Como se verá, o nosso trabalho, diante desses critérios, era de fulgurante inutilidade.

(141) Não constitui novidade para mim, pois várias vezes já ouvi essa “teoria”, como ele a chama.

A autora acrescenta que as construções conformativas iniciadas pela conjunção como só se constroem com o modo indicativo. Vejamos mais exemplos:

(142) Pertinho da igreja como você pediu!

(143) Como vê, companheiro, a vida é dura.

Freqüentemente há dúvidas quanto à diferenciação entre orações comparativas e conformativas iniciadas pelo como. Segundo Mateus *et alii* (2003:762), “ao contrário das orações comparativas, as conformativas são deslocáveis, podem ser objeto de clivagem e são adjuntos”. Elas acrescentam, ainda, que a partícula tal pode co-ocorrer com qual e como nessas orações. Essa co-ocorrência é impossível com os outros articuladores sintáticos conformativos. Vejamos:

(144) Maria fala tal qual escreve.

(145) Maria fala tal como escreve.

(146) * Maria fala tal segundo escreve.

(147) * Maria fala tal consoante escreve.

Nossas gramáticas normativas não costumam aprofundar o conceito de oração conformativa. Ao contrário, limitam-se a definições vagas e circulares, como a de Cunha & Cintra (2001:608): “Conformativas - quando a conjunção que as inicia é subordinativa conformativa”.

Vejamos alguns exemplos em nosso *corpus*:

(XLIV) Drummond divulga a carta que recebeu de | Prestes e se recusa a admitir ligeirezas de sua par- | te; não houve "nem frase solta ouvida em livraria | nem entrevista de meia-dúzia de palavras pelo te- | lefone", **COMO** sugeriu Prestes. E-B-94-Jn-009

(XLV) A opção por medidas emergenciais, a qualquer título, já não mais se justifica, pois chegou o momento, isto sim, de resolver o problema da seca em definitivo, o que implica, **COMO** sublinhou o chefe do Executivo pernambucano, em uma tomada de consciência em torno do real potencial da região, não apenas a nível de Governo, mas também dos agricultores, dos empresários e do povo. E-B-94-Je-002

(XLVI) O Brasil viveu quase vinte anos sob o signo do bipartidarismo e, apesar de ele haver sido considerado camisa-de-força das várias correntes do pensamento nacional, criou hábitos ainda não de todo vencidos, **COMO** bem o demonstra o PMDB ao alcançar a hegemonia partidária do País graças às eleições de 1986, mas mantendo dentro de si mesmo a fragmentação que o caracterizava quando ainda MDB. E-B-94-Je-003

(XLVII) o regime vai ter que aprender a conviver com esses "fantasmas" ou então chamar a Polícia para apurar tudo direitinho, **COMO** sugeriu o Ministro. E-B-94-Je-004

(XLVIII) E junto com a MCI WorldCom via oferecer | mais qualidade, comum novo portfolio de serviços compatíveis | com as necessidades dos clientes. **COMO** você pode ver, a | realidade agora é outra. É muito maior. EMBRATEL. E-B-94-Ja-016

(XLIX) Este corte manteve-se durante quase todo o dia - **COMO** referimos em pormenor na página 3 - e só ao fim da tarde, a GNR, pacificamente, demoveu os vizelenses a abrir a estrada ao trânsito. E-P-95-Jn-003

(L) Júpiter, que há meses brilha na constelação do Leão, alcançou a posição oposta ao Sol em 29 de Fevereiro último, e surge agora com brilho intenso, e bem alto no céu, logo ao

princípio das noites desta época. Nesta ocasião ele executa mais uma das suas retrogradações, **COMO** já se referiu. E-P-95-Jn-011

Verificamos claramente que o como com valor conformativo tem uma função organizacional básica na estruturação do discurso. Esse articulador sintático funciona como elo de coesão e coerência nos textos apresentados.

Conforme foi apresentado em outros casos anteriormente, os usos do como com valor conformativo não costumam refletir um ponto pacífico. Ele pode alcançar outros matizes (comparativos, modais, aditivos etc.). Segundo Decat (2001:139), “o que vai decidir qual aspecto da proposição relacional é mais relevante é o contexto discursivo”.

Nos casos apresentados acima, segundo nossa interpretação e os subsídios teóricos oferecidos por Mateus *et alii* (2003) e Moura Neves (2000), o como deve ser considerado como conformativo, já que o valor de conformidade (= não-contradição) foi o que mais sobressaiu.

6.4. Nas construções causais

De um modo geral, Bosque y Demonte (2004:3608) afirmam que as construções causais têm o valor pragmático de apresentar um fato (B) como explicação mais ou menos razoável de outro fato (A), presente na oração subordinante. Se a oração introduz uma informação temática (conhecida), ocupa a posição inicial de forma preferencial (*já que*, *visto que*, *posto que*) ou obrigatória (como). Se a informação é remática (nova), a oração fica posposta (*que*, *porque*, *pois*).

Ainda segundo os autores supracitados, os nexos *já que*, *posto que* e *dado que* foram formados mediante procedimentos diferentes (*já* é temporal; *posto* e *dado* são participios), mas todos introduzem um fato atrelado a uma circunstância que favorece a possibilidade de realização da ação determinada. Nesse sentido, eles costumam ser mais precisos que o como, que é um articulador que apresenta a causa simplesmente como explicação, sem agregar outros matizes sobre a suposta possibilidade de realização da dita ação.

Moura Neves (2000:802) arrola ao lado do prototípico *porque* o articulador sintático como e acrescenta que o mesmo pode vir na forma composta: visto como. Vejamos:

(148) Dias chegava em casa, no bairro Boa Vista e, como a rua é estreita, dava marcha-à-ré no carro, um Volkswagen verde.

(149) Essa diminuição de despesas é estática, isto é, dificilmente ela se acentuará mais, visto como, para que isso acontecesse, necessário seria uma ampliação da capacidade de cada refinaria.

De acordo com Moura Neves (2000:810), “as orações (causais) com como são sempre antepostas”. Decat (2001:142) também concorda com Moura Neves (2000), ao afirmar que “a ocorrência de motivo” na margem esquerda, isto é, anteposta, pode estar servindo à organização do discurso, no sentido de antecipar ao ouvinte/leitor algo sobre a mensagem contida no núcleo”. Dessa forma, podemos afirmar que as causais não funcionam como complementos verbais, mas como complementos da enunciação.

Ayora (1991:92) também assume a mesma posição ao se referir às orações causais que utilizam o modo indicativo do verbo. Segundo o autor, “COMO aparece sempre encabeçando a oração, o que significa que a proposição subordinada causal se antecipa à principal, e não é normal que se inverta essa ordem”.

Já o articulador sintático visto como pode tanto iniciar orações causais pospostas como antepostas. E cita como exemplos:

(150) Visto como não tinha podido organizar nenhuma resistência, o batalhão embarcaria no dia seguinte.

(151) O batalhão embarcaria no dia seguinte, visto como não tinha podido organizar nenhuma resistência.

As orações causais têm, em geral, o verbo no indicativo, já que este é o modo votado para expressar causa. Entretanto, também é possível encontrarmos o articulador sintático causal como no modo subjuntivo (cf. Moura Neves, 2000):

(152) Como Sérgio nada dissesse, procurou se despedir.

(153) Como Sílvio esboçasse o movimento de se erguer, Ângela fez sinal para que se detivesse.

Passemos a analisar uma ocorrência especial do como em construções causais: a expressão como consequência de. Segundo Ayora (1991:100), a expressão como consequência de é uma das mais utilizadas no espanhol atual. É uma expressão que introduz um complemento circunstancial de causa. Vejamos:

(154) Como consequência da alta nos juros, teremos ainda mais déficit nas vendas.

(155) Como consequência dos escândalos políticos, a figura do presidente da República ficou bastante maculada.

Apesar de não termos encontrado tais construções em nosso *corpus*, suspeitamos que elas também sejam usuais no português do Brasil, especialmente em contextos formais, devido à seleção vocabular que compõe a expressão.

Almeida (2004:567), numa exceção aos gramáticos tradicionais, traz uma contribuição relevante para o estudo das causais introduzidas pelo como. Segundo o autor, “para atos presentes, costuma-se empregar o indicativo (156); para atos passados, emprega-se o indicativo (157) e, às vezes, conservando a construção clássica, o subjuntivo (158)”.

(156) Como vocês são bons, vou permitir.

(157) Como não *tinha* podido passar, mudou de rumo.

(158) Como não *quisesse* ficar para trás, avançou contra o fogo.

Said Ali (1966:147) também tece observações com relação à posição das causais. Segundo o autor, havendo intuito de lembrar ou referir primeiro certa causa determinante, cuja consequência é o fato principal, para o qual se chama a atenção, enuncia-se desde logo a oração causal, tendo esta a partícula *como*:

(159) Como não posso sair de casa, irá meu filho.

(160) Como estivéssemos desprevenidos, não lhe pudemos acudir.

Vejamos alguns exemplos de construções causais instanciadas pelo como, em nosso *corpus*:

(LI) Partidos monolíticos ganham eleições quando o sistema é unipartidário. **COMO** o nosso supõe a alternativa no poder de dois Partidos, a situação partidária já passa os limites da extravagância: de um lado, um Partido majoritário mas impotente e mudo, e do outro, uma Oposição que só tem de ser paciente para chegar ao Poder, e, por isso, apóia o Governo federal quando este insite no ‘status que’ partidário. E-B-94-Je-001

(LII) **COMO** o estado investiu pesado na conscientização dos fazendeiros e na vigilância sanitária, há quatro anos não se registra um único caso de febre altosa, o que permite que a carne mato-grossense possa ser exportada para os Estados Unidos e para a Europa, mercados que oferecem preços melhores que o mercado interno. E-B-94-Je-007

(LIII) Tudo isso sem ônus | para a prefeitura. **COMO** nada é de graça, quem paga a conta? E-B-94-Ja-008

(LIV) Pareceu-lhe ser um homem de meia-idade e, **COMO** dirigia as «operações», devia ser o «chefe». E-P-94-Jn-004

Conforme ficou demonstrado, o *como* com valor causal apresentou-se sempre anteposto à oração subordinante. Aliás, na escrita, o *como* pode ser considerado o articulador sintático prototípico das construções causais antepostas. É o que Decat (2001:147) assevera: “É preciso ressaltar que as cláusulas causais antepostas da narrativa escrita apresentam, em sua maioria, quando conexões explícitas, o conectivo conjuntivo *como*”.

Bosque y Demonte (2004:3618) corroboram a posição de Decat (2001) ao afirmar que, para explicar causa conhecida, o *como* é o nexos causal mais utilizado. Esse uso é dotado, portanto, de intensa força argumentativa.

A anteposição da construção causal introduzida por *como* geralmente atende a uma função discursiva muito específica: “antecipa algo acerca da mensagem que se quer transmitir” (cf. Decat 2001:142).

Os dados também demonstram que entre a oração subordinada causal e a não-subordinada há uma vinculação menor do que costuma ocorrer em outros casos de subordinação. Isso ocorre pelo fato de percebermos nas construções causais dois atos de fala distintos. Segundo Bosque y Demonte (2004:3600), “essa menor vinculação acontece por

meio de pausas gráficas ou melódicas que servem para distinguir o afirmado, ordenado, desejado, interrogado, etc. na oração não-causal e a justificação da dita enunciação”.

O caráter conciliador de explicação e causa apresentado pelo como, aliado à pausa que o caracteriza nas construções causais, permite, em alguns casos, a possibilidade de sua supressão quando invertemos a ordem dos enunciados. Vejamos novamente o exemplo (169) apresentado anteriormente:

(LIII') **COMO** nada é de graça, quem paga a conta?

(LIII'') Quem paga a conta? Nada é de graça!

De acordo com algumas linhas de pesquisa da língua espanhola (cf. Bosque y Demonte, 2004:3612), o grupo das chamadas orações explicativas pode ser dividido em dois subgrupos:

1º - *orações complementares não-restritivas* - introduzidas pelos nexos *porque*, *pois* e *que*, que constituem uma explicação do conteúdo expresso na oração não-causal.

2º - *orações explicativas não-restritivas* - introduzidas pelos nexos como, *já que* e *posto que*, cuja independência é maior e tem a capacidade de expressar circunstâncias pressupostas habituais ou favoráveis.

O exemplo (LIII) do nosso *corpus* ilustra o segundo tipo, já que é introduzido por como e expressa uma circunstância já pressuposta (“*nada é de graça*”). De fato, a oração causal introduzida pelo como, no exemplo analisado, não configura um aspecto pontual; ao contrário, podemos denominá-la como desprovida de telicidade pelo fato de não apresentar uma duração definida no tempo.

O baixo índice de orações causais introduzidas por como nos anúncios, notícias e editoriais pesquisados pode ser atribuído à objetividade e concisão com que esses gêneros jornalísticos são produzidos. Como a linguagem jornalística deve ser precisa, breve e exata, é necessário que a argumentação seja sintetizada.

6.5. Construções modais

As orações modais não são contempladas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira. Por esse motivo, são poucos os gramáticos que incluem esse tipo de oração em seus trabalhos. Quando a incluem, o fazem de maneira muito diversificada.

Luft (2000:63) considera as orações adverbiais modais como um adjunto adverbial de modo com predicado. Partindo do princípio de que há advérbios de modo, o autor conclui que é natural que haja orações modais. Por esse motivo, seria erro classificá-las como “conformativas”, afinal, *conforme* não é o mesmo que *como*. E o autor exemplifica:

(161) Trabalha da maneira *como* lhe apraz. → Trabalha *como* lhe apraz.

Entretanto, a questão não é simples de ser resolvida. Aliás, há uma identidade profunda entre as chamadas orações modais e as tradicionais adjetivas. O próprio Luft (2000:62), em pé de página, também percebeu esse fenômeno ao afirmar o seguinte:

“As orações de *como* também derivam de adjetivas a que se suprime (elipse) o antecedente *da maneira*: *da maneira por que* ou *pela qual* → *da maneira como* → ***como***. *Da maneira* aparece sintetizado em *assim*: (*fez o trabalho assim (como lhe explicaram)*), onde *assim*, a rigor, é o antecedente, sendo adjetiva a oração iniciada por *como*. O mesmo vale para *tal como*, *tal qual* etc., i. é, *de tal maneira qual...* A tradição, no entanto, é tomar essas seqüências como aglutinados, locuções conjuntivas”.

Como percebemos, a questão não é pacífica, já que se identificam limites muito tênues entre uma classificação e outra. Aliás, entre as modais, a polêmica toma proporções ainda maiores, uma vez que não encontramos descrições muito claras deste tipo de oração.

Entre outros motivos, isso corrobora nossa escolha pelo termo *construção*, que, como já dissemos, abarca estruturas tanto coordenativas quanto subordinativas, correlativas e justapostas. O termo utilizado por Moura Neves (2000) tem, ainda, a vantagem de abarcar tanto estruturas oracionais quanto não-oracionais.

Kury (2003:56), ao fazer referência a orações substantivas desenvolvidas sem conectivo, dá o seguinte exemplo e tece alguns comentários. Vejamos:

(162) Não sabe como perdeu a sua mosca azul. (Machado de Assis)

“Há quem considere os pronomes e advérbios introdutores de oração substantiva investidos do papel de conectivo. Como quer que seja, o importante é que a conjunção integrante, conectivo puro, não tem outra função na oração subordinada, enquanto aqueles sempre têm. Assim, no exemplo de Machado de Assis dado acima, o advérbio *como* exerce, na oração objetiva direta, a função de adjunto adverbial de modo; se, porém, em vez de *como*, usarmos *que* ou *se* (“Não sabe que perdeu”; “Não sabe se perdeu”), estas conjunções não terão qualquer outra função sintática na oração respectiva; serão apenas conectivos”. (Kury 2003:72-3)

Em outras palavras, o autor admite que orações subordinadas substantivas possam ter caráter modal, já que aquelas, quando introduzidas por *como*, equivalem a adjuntos adverbiais de modo. Seriam objetivas diretas (sintaticamente), com caráter modal – para sermos mais fiéis à doutrina do autor.

Por fim, Kury (2003:100) defende mais explicitamente a existência das orações modais, que são equivalentes a adjuntos adverbiais de modo, conforme asseverou Luft (2000). Elas exprimem a maneira, o meio pelo qual se realiza o fato enunciado na oração principal. O autor acrescenta que a NGB não as incluiu no rol das subordinadas adverbiais, o que fez com que as orações modais fossem classificadas como comparativas, conformativas, consecutivas ou concessivas. (O como estaria presente nas duas primeiras). E dá como exemplos de orações modais:

(163) Eu deixo a vida como deixa o tédio / Do deserto o poento caminheiro.

(164) A voz dela, como dizia o pai, era muito mimosa.

Rocha Lima (1999:282) defende opinião diferente ao afirmar que não existem conjunções modais no português. Essa circunstância seria exercida, no período composto, pelas orações reduzidas de gerúndio:

(165) Não se aprende, Senhor, na fantasia, / *Sonhando, imaginando ou estudando.*

Bechara (1999:328) afirma que as orações subordinadas adverbiais são modais “quando iniciam oração que exprime a intenção, o objetivo, a finalidade da declaração expressa na oração principal: *para que, a fim de que, que (para que), porque (para que).*”

Camara Jr. (1981:81) também admite a existência das orações modais. Segundo o autor, a oração modal funciona como um complemento circunstancial de modo da oração principal. E acrescenta que o como é um exemplo de conjunção modal.

Como vemos, a abordagem dada ao assunto é bastante heterogênea. Rodrigues (1999:4), em sua pesquisa já comentada neste trabalho, cita um exemplo de construção modal envolvendo o como, extraído do Jornal do Brasil:

(166) O que ninguém aceita é que uma morte assim seja apenas um acidente, sem nenhuma grande mensagem. Mas talvez a única mensagem seja a da rainha-mãe para a sua família: ou você escolhe a vida, ou você escolhe a discricção, que é muito mais seguro. Seja como for, sorriam, e continuem abanando.

Barreto (1999:201-202) reconhece haver entre modais, comparativas e conformativas uma linha muito tênue de diferenciação. A autora, todavia, fornece alguns recursos para estabelecermos a distinção entre elas. Vejamos:

“Quanto às relações de comparação e conformidade, um estreito limite se verifica entre essas relações e a relação de modo. Pode-se dizer ser a relação de modo mais abrangente, englobando as relações de conformidade e comparação. As três relações apresentam características distintas do ponto de vista sintático e/ou do ponto de vista semântico.”

Os critérios definidores, segundo Barreto (1999), são os seguintes:

Quadro 19 – Diferenças entre orações comparativas, conformativas e modais.

COMPARATIVAS	CONFORMATIVAS	MODAIS
“Dão margem à elipse de termos. As conjunções comparativas iniciam uma oração que encerra o segundo membro de uma comparação”.	“A relação de conformidade se refere a algo, isto é, a algum fato que induz a realização de outro; há uma conformidade entre o pensamento expresso na oração subordinada e o da oração principal”.	“A relação de modo não possui caráter de indução, ela apenas indica o modo ou maneira como uma ação se processa”.
	“As relações de modo e conformidade se estabelecem entre orações que não possuem termos repetidos, daí não permitem elipse de termos”.	

Os gramáticos de língua espanhola, de um modo geral, também admitem a existência de orações modais. Gili Gaya (1958:289), por exemplo, afirma que o *como* é a partícula principal para ligar as orações adverbiais de modo. Inicialmente, o autor também se preocupa em estabelecer a diferença entre comparativas e modais. Vejamos:

“Assim como as comparativas estabelecem a comparação entre dois conceitos quantitativos ou qualitativos (adjetivos) contidos nas duas orações que formam o período, as que agora estudamos (modais) comparam e relacionam modificações modais da ação verbal, ou seja, conceitos adverbiais. A comparação denota sempre igualdade ou semelhança, à diferença das comparativas, as quais podem expressar igualdade, superioridade ou inferioridade”⁵⁴.

Creemos que estamos diante de um novo artifício bastante importante para a identificação das modais: segundo Gili Gaya (1958), elas nunca se referem a parâmetros de inferioridade ou superioridade, como fazem as comparativas.

As duas formas mais prototípicas das orações adverbiais modais, segundo o autor, são as seguintes:

⁵⁴ “Así como las comparativas ponen en paragon conceptos cuantitativos y cualitativos (adjetivos) contenidos en las dos oraciones que forman el período, las que ahora estudiamos comparan y relacionan modificaciones modales de la acción verbal, es decir, conceptos adverbiales. La comparación denota siempre igualdad o semejanza, a diferencia de las comparativas, las cuales pueden expresar igualdad, superioridad o inferioridad”

a) O antecedente de *como* é um substantivo do tipo *modo, maneira, forma* ou outros de sentido semelhante.

(167) Ignorava a forma *como* havia de saudá-lo.

(168) Não sabia a maneira *como* agradá-los.

b) Ao *como* antecede um advérbio ou expressão de valor adverbial.

(169) Falou vagarosamente, *como* correspondia ao seu gênio.

(170) Contestou com firmeza, *como* era de se esperar.

(171) Fizeram assim, *como* foi mandado.

Apesar de defender a existência das orações modais, Gili Gaya (1958) lembra que há um forte parentesco destas com as comparativas e que é costume alguns romanistas incluírem-nas entre as comparativas por conta das semelhanças entre ambas.

A Real Academia Española (1931:367) também defendia a existência de orações adverbiais modais. Vejamos:

“Orações adverbiais de modo – Correspondem aos advérbios de modo, e são também correlativas. Respondem indiretamente à pergunta *como?*, e se unem à principal mediante o relativo *como* ou a locução *segundo que*⁵⁵”.

A Real Academia Española reitera as palavras de Gili y Gaya (1958), ao frisar que o relativo *como* pode ter como antecedente um advérbio de modo ou um nome, como *maneira, modo*, etc. E exemplifica:

(172) Assim, portou-se nobremente, *como* convinha ao seu cavalheirismo.

(173) Amem-se assim *como* eu vos amei.

⁵⁵ “Oraciones adverbiales de modo – Corresponden a los advérbios de modo, y son también correlativas. Responden indirectamente (...) a la pregunta *cómo*, y se unen a la principal mediante el relativo *como* o la locución *según que*. Con *cómo* puede callarse el antecedente, y con la locución *según que*”

(174) Ele não sabia a maneira *como* libertar os netos.

Entretanto, novamente, assevera-se que a distinção entre as comparativas modais e as adverbiais modais nem sempre é fácil de ser estabelecida:

“As comparativas de modo não devem ser confundidas com as adverbiais de mesma denominação, ainda que muito se assemelhem. A diferença entre elas apóia-se no fato de que nestas a subordinada se refere a um advérbio ou nome da oração principal, ao passo que nas comparativas se estabelece uma comparação entre duas orações”⁵⁶.

Chediak (1960:200) revela que uma comissão de professores do Rio Grande do Sul, quando consultados acerca do Anteprojeto de Simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, questionaram:

“Se há apenas quatro espécies de advérbios (causa, lugar, modo e tempo), como enquadrar nesse conceito as orações *adverbiais* ligadas por sete (ou mais) espécies de conjunções subordinativas diferentes (causais, comparativas, concessivas, condicionais, consecutivas, finais e temporais)? E entre as conjunções subordinativas *que ligam orações adverbiais* não figuram duas espécies denotativas de circunstâncias arroladas no advérbio: modo e lugar.”

De fato, durante o processo de elaboração de nossa NGB, não foram poucos os que propuseram a inclusão das orações modais no rol das adverbiais. Além disso, surgiram outras polêmicas. Entendendo-se as orações adverbiais como um desdobramento oracional dos advérbios, era de se esperar que houvesse advérbios de concessão, de proporção etc., já que temos orações adverbiais concessivas, proporcionais etc.

⁵⁶ “Las comparativas de modo no deben confundirse con las adverbiales de la misma denominación, aunque mucho se les parezcan. La diferencia entre ellas estriba en que en éstas la subordinada se refiere a un adverbio o nombre de la oración principal, al paso que en las comparativas se ponen en parangón las dos oraciones”

Buscando outro viés da questão, Ribeiro (2004:318), seguindo o mesmo raciocínio, advoga existência não só das orações modais como de outras orações adverbiais não arroladas na NGB. Vejamos:

- (175) Fico onde me põem → Oração adverbial locativa.
- (176) Passei a noite toda lendo o livro → Oração adverbial modal.
- (177) Só saio com quem conheço → Oração adverbial de companhia.
- (178) Só falo sobre quem conheço → Oração adverbial de assunto.
- (179) Ele vive de pedir esmolas → Oração adverbial de meio.
- (180) Darei a vida por quem amo → Oração adverbial de favor.
- (181) Longe de ir a festas, devo estudar → Oração adverbial de exclusão.
- (182) Ele nada fazia, a não ser estudar → Oração adverbial de exceção.

Como podemos verificar, reduzir as possibilidades de complexificação adverbial, em língua portuguesa, às tradicionais nove orações subordinadas adverbiais pode apontar para um grande equívoco.

Diversos gramáticos da língua portuguesa defenderam a existência das orações modais na primeira metade do século XX, contudo, parece que o advento da NGB sufocou o tradicional ensino. Entre os referidos autores, podemos citar Pereira (1943:167), Souza Lima (1937:224) e Maciel (1931:155). Todos arrolavam o como entre as conjunções modais.

Segundo Ayora (1991:09), “o valor fundamental que tem a forma como é o modal”. Entretanto, seguindo a linha de outros autores, ele também afirma que há freqüente confusão entre os valores comparativo e modal da forma como. Essa afirmação é corroborada também por Rodrigues (1999:5), ao analisar o seguinte exemplo extraído de seu *corpus* de análise:

- (183) Vê-se como é fácil azeitar os canhões e partir para a guerra.

Segundo análise da autora, sabe-se que sintaticamente a oração acima deve ser considerada substantiva; entretanto, a idéia expressa por ela é de modo, o que é reforçado pela presença do articulador sintático como. De fato, os limites entre as modais e diversas outras orações são muito tênues, como vimos observando. Como o exemplo (183) expressa claramente uma circunstância de modo, em nossa pesquisa, ela deverá ser considerada *modal*.

Moura Neves (2000) faz uma rápida menção às orações modais. Segundo a autora (2000:929), “não é muito usual a expressão de relação adverbial modal por meio de uma oração. Ela se faz especialmente com sem que, e com verbo no subjuntivo (cf. exemplo 184). Mais raramente usa-se a conjunção como, que conserva um matiz conformativo. O modo verbal é o indicativo (cf. exemplo 185)”:

(184) Os momentos passaram, todavia, *sem que* lograsse coordenar um só pensamento.

(185) Se continuarei a enganar Carlos, como o fiz nesse primeiro momento de reencontro carnal, não sei.

As evidências teóricas apresentadas até aqui vão contra o ensinamento de Moura Neves (2000) neste ponto. Como pudemos verificar, as orações modais são bastante produtivas, inclusive por meio de segmentos oracionais. Por fim, Moura Neves (2000:929) acrescenta que orações modais com verbo no infinitivo se constroem com a preposição SEM:

(186) O jovem tentou respirar sem fazer ruído.

(187) Ela continuava em sua busca, sem dar confiança a ninguém.

Os autores pesquisados, mesmo os mais modernos, apresentam contribuições muito limitadas para a descrição das construções modais. Pela complexidade do assunto e pelas fronteiras não bem demarcadas que lhes são características, o assunto merecia ter uma descrição mais pormenorizada. Para esse tópico tão relevante, utilizaremos a análise de Ayora (1991), que apresenta um estudo detalhado sobre o assunto.

Segundo o autor, a estrutura característica de uma expressão modal é a seguinte:

COMO + SN (+ QUE + SER)

Vejamos alguns exemplos adaptados de Ayora (1991:59):

(188) Como professor e como prefeito (que sou), eu recebi uma lição.

(189) Ele apoiou Fernando VII para que governasse como rei absoluto.

(190) Essa é a minha opinião como professor universitário e como pessoa.

É importante frisar que, para Ayora (1991), o como, nos exemplos (188), (189) e (190), legitimamente considerado como introdutor de uma expressão modal, seria caracterizado pelas gramáticas tradicionais como preposição acidental.

Quanto às construções modais em nosso *corpus*, optamos pela classificação dada por este autor, que, após introduzir um amplo estudo sobre o assunto, opta por classificar as ocorrências do como em 09 subgrupos, caracterizados por traços sintático-semânticos distintos. Vejamos:

Tabela 5 – Ocorrências do como em construções modais.

Gênero	Atributivo/predicativo	Netamente modal	Exemplificação	Recorrência semântica	Interrogativa direta	Interrogativa indireta	Lexias variáveis	Repetição enfática	Exclamativa indireta	Total
Editoriais	16	08	10	07	01	01	02	01	-	46
Anúncios	01	06	02	01	05	-	01	02	01	19
Notícias	16	12	09	03	-	02	-	-	-	42
<i>Total</i>	33 = 30,8%	26 = 24,2%	21 = 19,6%	11 = 10,2%	06 = 5,6%	03 = 2,8%	03 = 2,8%	03 = 2,8%	01 = 0,1%	107

Como podemos verificar, as construções modais envolvendo o articulador sintático como, na verdade, englobam uma série de usos, que, como já dissemos, são diferentes, mas aparentados entre si.

Entre os usos mais comuns estão o como com valor netamente modal⁵⁷, com valor atributivo/predicativo e com valor de exemplificação, que juntos somam quase $\frac{3}{4}$ de todas as ocorrências de uso do item com função modal, ou seja, praticamente 75% dos casos. Os

⁵⁷ Entendemos por valor *netamente modal* o uso do articulador sintático como sem estar inserido numa das subclassificações propostas para as construções modais. Assim, o uso *netamente modal* não estaria ligado a exemplificação, recorrência semântica, uso enfático etc.

outros, como podemos entrever, são de uso mais restrito e específico a determinados contextos discursivos.

Passemos, então, a analisar alguns exemplos referentes aos usos modais:

- *Valor netamente modal:*

(LV) Impressionou-nos particularmente o *modo* **COMO** certas pessoas que se dizem historiadores, que pretendem ter uma opinião credível sobre o passado, assumiram a postura de quem faz ajustes de contas com a História. E-P-95-Je-005

(LVI) O ministro Miguel Cadilhe deu a conhecer ao Governo o *modo* **COMO** decorreu a reunião dos responsáveis da Economia e das Finanças da CEE, que se realizou na passada segunda-feira, no Luxemburgo. E-P-95-Jn-005

Como expusemos nesta seção, as construções introduzidas por *como*, precedidas pelas palavras *modo*, *maneira*, etc. devem ser consideradas modais (cf. Gili Gaya, 1967), como nos dois exemplos anteriores. Nessas construções, verificamos claramente que o segmento introduzido pelo articulador sintático *como* realiza a função de descrever com maiores detalhes o modo como se realizou determinado fato ou acontecimento. Apresenta, portanto, um valor explicativo.

Outras vezes, o valor netamente modal da construção introduzida por *como* realiza a função de expressar mais detalhadamente as circunstâncias de determinada ação lexicalizada pelo verbo precedente. É o que acontece nos dois exemplos a seguir, em que as construções introduzidas por *como* explicitam de maneira mais pormenorizada os sentidos e valores dos verbos *passar* e *deslizar*, respectivamente:

(LVII) «É esta, hoje, a questão. E a impressão que temos, a esse respeito, é que alguma coisa na imagem e na respeitabilidade de Clinton se quebrou. Tudo se passa **COMO** uma peça de loiça que se parte e que, por muito cuidadosa que seja a colagem dos fragmentos, nunca volta a ser a mesma.» E-P-95-Je-006

(LVIII) E se algum dia você precisar | ,mexer nêlê até nessa hora êle vai | mostrar que é melhor do que | os outros: é só puxar o chassi e êle | desliza **COMO** uma gaveta. E-B-93-Ja-036

Além desses usos, o como pode servir a uma série de propósitos diversificados. Todas essas construções têm em comum o fato de expressarem uma circunstância de modo em relação a algum termo precedente no discurso.

6.5.1. Em *lexias* variáveis.

Ayora (1991:60) denomina *lexias variáveis* o conjunto de palavras que tem como núcleo um verbo, que por meio do como, se conecta a um substantivo, surgindo, portanto, a seguinte estrutura:

VERBO + COMO + SN

Vejamos:

(191) Somos contra esse plano que *toma como ponto de partida* a demolição dos bairros.

(192) *Tomaremos como parâmetro* a inexistência de extraterrestres.

Essas expressões são bastante numerosas na língua: *toma como base*, *tem como suporte*, *tem como tema*, *tem como missão*, etc. A todas elas, seguindo a orientação de Ayora (1991), conferiremos um valor modal. Tais composições sintagmáticas revelam um grau considerável de cristalização, ou seja, pode-se afirmar que são expressões altamente gramaticalizadas.

Vejamos algumas ocorrências em nosso *corpus*:

(LIX) A reconstrução da Democracia não se faz com varinha de condão, e a transição por sua própria natureza versátil e adaptadora, deve ter **COMO** princípio e fim o fortalecimento das organizações partidárias fundadas nas quais tenhamos instituições duradouras em defesa dos interesses do País e do povo. E-B-94-Je-003

(LX) O observatório Nacional registra todos os dias a passagem | sol pelo meridiano do Rio de Janeiro, para dar ao País a Hora |

Oficial, necessária em tôdas as atividades da Nação. Aqui se |
estabelecem as horas, os minutos, os segundos que devem ser |
aproveitados COMO base fundamental do progresso... E-B-93-
Ja-006

(LXI) Dois marcos principais assinalam a evolução da arte
militar nestes ultimos duzentos anos. Primeiro, o aparecimento
dos exércitos nacionais, no fim do seculo VXIII, fruto da vitória
politica da Revolução Francesa. Segundo a guerra
tridimensional, que tem COMO causa os progressos
extraordinarios alcançados pela tecnica industrial, vindo colocar
nas mãos dos chefes militares modernas armas, de alcance,
precisão e poder de destruição inimaginaveis. E-B-93-Je-001

Nos exemplos anteriores, o como participa de composições sintagmáticas cuja
estrutura é *verbo + COMO + SN*. Tais construções são conjuntos de palavras que
contribuem para a argumentatividade discursiva e facilitam a coesão textual. Segundo Ayora
(1991:61), essas construções ligam-se a “campos semânticos muito concretos”, que são o de
apoio (base, suporte, tema) e o de finalidade (objetivo, missão, fim, finalidade).

6.5.2. Com valor de exemplificação

Segundo Ayora (1991:53), a forma como assume o valor semântico de
“exemplificação” em todos aqueles casos nos quais esta palavra serve para concretizar,
enumerar, citar ou pontuar a extensão semântica do sintagma nominal que o precede. Neste
uso bem específico do como, verificamos a seguinte estrutura:

SINTAGMA NOMINAL (GERAL)	+	COMO	+	SINTAGMA NOMINAL (CONCRETO)
		(EXEMPLIFICADOR)		

Vejamos alguns exemplos adaptados para esta pesquisa:

(193) A circulação em várias cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte está
cada vez mais difícil.

(194) Os outros meninos vêm de escolas mais modernas como as da capital.

(195) Utilizaram expressões como diálogo, compreensão e flexibilidade na hora de avaliar a situação.

Segundo Ayora (1991:54), em todos os casos em que aparece o como exemplificador, este elemento poderá ser precedido pela palavra tais (no plural) ou ser acompanhado pela expressão por exemplo. Em alguns casos, a exemplificação com como poderá apresentar a seguinte estrutura: SN + COMO + verbo ser (3ª pessoa do singular/plural do presente do indicativo), verbo que pode estar elíptico. Vejamos:

(196) Frente a adversários como (são) a China e Cuba, o Brasil não terá forças para suportar o campeonato.

Outra variação desta expressão de exemplificação é a estrutura como é o caso de, como podemos verificar no seguinte exemplo:

(197) Há línguas extremamente difíceis de se aprender, como é o caso do árabe.

Segundo Gómez Torrego (1985:118) e Alcina y Blecua (1975), esse uso exemplificador do como deve ser considerado modal. Essa postura também será adotada neste trabalho, o que é reforçado por Ayora (1991).

Há ainda outro uso em que o como, nas expressões correlativas tanto...como e tão...como assume o papel de exemplificador modal. Neste caso, a exemplificação adota a seguinte estrutura abaixo, que parece ser de uso raro:

DE (COM) TANTO + SN + COMO + SN

Vejamos:

(198) Hal Hashley, realizador de filmes de tanto êxito crítico e comercial como “O último dever”, deve estrelar agora em Hollywood.

(199) Fernando Pessoa, autor de obras literárias com tanto mérito como “Mensagem” continua vigoroso nos estudos de hoje em dia.

Observe-se, contudo, que os usos anteriores se diferenciam dos pares correlativos aditivos. Os usos modais apresentados, como estão subclassificados, têm como função apresentar um elemento dentro de um universo maior, ou seja, intentam exemplificar. Ao contrário, os pares correlativos aditivos, cuja estrutura é semelhante, intentam copular elementos.

Vejamos alguns exemplos do como com valor modal exemplificador, em nosso *corpus*:

(LXII) Numa palavra, houve um real progresso em todos os ramos da actividade. Aqui e além, vêem-se os demiurgos da ciência em seus laboratórios e cátedras, de mãos na massa ou preleccionando, **COMO** Einstein, de modo que são bem notórios os agentes desta civilização material. E-P-93-Je-001

(LXIII) Entendemos que os deputados devem ter certas prerrogativas, **COMO** o acesso a informação «confidencial» e «secreta», que os colocam em situação privilegiada relativamente ao cidadão comum. Só assim, aliás, poderão decidir de forma responsável. E-P-95-Je-007.

Verificamos em nossos dados uma alta incidência dos usos modais de como com o valor descrito acima. De fato, 19,6% das ocorrências modais estão ligadas à estratégia da exemplificação.

Os elementos introduzidos por como, nesse uso específico, podem variar substancialmente. Tomando por base os exemplos apresentados anteriormente, o articulador sintático como introduz um elemento simples (Einstein) em (LXII) e um elemento coordenado (informação confidencial e secreta) em (LXIII).

A exemplificação é tomada discursivamente como um recurso bastante expressivo para a ilustração de idéias abstratas e conceitos abstrusos. De fato, o uso do como em tais contextos serve para concretizar, enumerar, citar ou pontuar a extensão semântica do sintagma nominal que o precede, como assertou Ayora (1991). Enfim, o sintagma nominal ligado ao

como passa do plano da abstração ou generalidade para o plano da realidade concreta, mais palpável e observável.

Além de o como introduzir apenas um elemento simples ou apenas dois elementos coordenados, conforme vimos nos exemplos anteriores, o articulador sintático também tem a capacidade funcional de introduzir uma exemplificação composta por vários elementos. Vejamos:

(LXIV) Ora, o Brasil, que hoje exprime, no plano mundial, algumas das mais importantes posições e aspirações do mundo em desenvolvimento- em questões vitais **COMO** as das 200 milhas, partilha tecnológica, superação das áreas de influência, liberalização do comércio internacional, combate à poluição- não pode dispensar a conquista de novos aliados, especialmente quando estes portam interesses comuns. E-B-93-Je-006

(LXV) Por isso o governador considera, e com toda razão, ser imprescindível a adoção de medidas de caráter permanente, **COMO** a perenização dos rios, construção de açudes e perduração de poços, de forma a assegurar o controle da precipitação pluviométrica, através do armazenamento das águas que serão utilizadas quando necessário. E-B-94-Je-002

Em anúncios, o como exemplificador pode servir a estratégias coesivas bastante interessantes, ao propor uma lista de sintagmas nominais coordenados entre si. Geralmente esse uso bastante específico está aliado a efeitos visuais, característicos dos anúncios. O exemplo a seguir também traz uma especificidade: vem introduzido por “tais como”, que funciona como uma variável de como. Vejamos:

(LXVI) Além do nosso produto principal - | rolamentos – mantemos, também nesse | depósito, estoque de outros produtos | suecos, de alta qualidade, que há de- | nas de anos representamos, tais **COMO** :

ASEA – máquinas elétricas em geral.

STAL - turbinas a vapor.

KMW – turbinas hidráulicas

[PEPTA] – motores a gasolina e óleo cru.

Por fim, devemos frisar que nem sempre a exemplificação se faz de forma tão direta como nos exemplos anteriores, ou seja, a exemplificação pode estar ligada a idéias mais generalizantes ou menos específicas. Cremos que o exemplo a seguir ilustra o que estamos aduzindo:

(LXVII) A mística inflamante das idéias liberais e das reivindicações sociais pregadas pela Revolução permitiram que um exército desorganizado e indisciplinado, COMO aquele das campanhas de 1792 e 1793, cedo se transformasse na mais temível organização militar da Europa, graças ao genio militar de dois chefes inigualáveis:- Carnot, o organizador e administrador insuperável, e Napoleão, o maior estrategista de todos os tempos. E-B-93-Je-001

Como vemos, a língua é pródiga na expressão da exemplificação, com variados recursos, como temos visto por meio do como modal.

6.5.3. Formas de recorrência semântica

Em numerosos textos pesquisados por Ayora (1991), foram detectadas algumas ocorrências das formas como e tal como constituindo uma repetição exata ou aproximada de um texto anterior ou ainda uma retomada de algo que é supostamente conhecido pela pessoa para a qual se dirige a mensagem. A essas expressões, utilizadas com essa função, o autor chamou de “formas de recorrência semântica”. Vejamos:

(200) Como temos afirmado, é necessário revermos nossos conceitos.

(201) Tudo tem sido mal feito, tal como informaram os nossos subalternos.

Araus (1985:240) fala em “concatenação de referência” para se referir ao mesmo fenômeno estudado aqui. Ayora (1991:67) acrescenta que as expressões como se sabe, como

se tem dito, entre outras, poderiam também ser incluídas sob o mesmo rótulo das formas de recorrência semântica. Vejamos:

- (202) Como se sabe, todos os políticos têm salários muito altos.
- (203) Veremos muito mais falcatriuas, como se tem dito nos bastidores.
- (204) Como é público e notório seremos ainda mais massacrados pela política interna.
- (205) Como é sabido, teremos novas eleições dentro de dois anos.
- (206) Como era de se esperar, seremos prejudicados novamente pelos patrões.
- (207) Sofreremos novas investidas do governo, como já se sabe.

Todas essas expressões listadas acima (e suas variantes) são consideradas construções de recorrência semântica de caráter modal. Servem, especialmente, como uma forma coesiva de retomar uma situação comunicativa anterior e também, muitas vezes, funciona como uma maneira de se buscar a concordância do interlocutor acerca do assunto tratado.

Como podemos verificar, tais expressões também constituem lexias gramaticalizadas. É bastante provável que o uso intenso, ou seja, a alta frequência, tenha feito com que tais expressões constituíssem um grupo relativamente cristalizado e constante.

Vejamos algumas ocorrências do como, utilizado com esse propósito, em nosso corpus:

(LXVIII) Todavia, tendo em vista | que essa delonga tornaria impraticavel a cobrança dos recurso no- | vos no ano de 1954, (pois essa cobrança, **COMO** *se sabe*, não pode ser feita | sem autorização da Lei Orçamentária, já quase elaborada) as | diferenças correntes políticas da Camara dos Deputados, atendendo | a um apelo que lhes fiz, chegaram a um completo entendimento sobre | os diferentes pontos do assunto tão controvertido, possibilitando a | rápida votação final do projeto. E-B-93-Jn-001

(LXIX) Essa informação foi dada à reportagem de OGLOBO pelo presidente da Academia, | Sr. Elmano Cardim, quando abordado a respeito de respostas do escritor Gilberto Freire a um convite | do Acadêmico Anibal Freire para que se candidatasse àquela vaga. **COMO** *se recorda*, o autor de "Casa | Grande & Senzala" teria dito: "Não disputarei a cadeira (...)" E-B-93-Jn-004

Nos casos apresentados anteriormente, os verbos *saber* e *recordar*, respectivamente, retomam parte do texto foricamente. De um modo geral, as formas de recorrência semântica constituem uma repetição exata ou aproximada do significado concreto de uma porção do texto anterior; outras vezes, tais formas podem estar no texto com o objetivo de conectar semanticamente conceitos, idéias ou situações já compartilhadas pelo falante e pelo ouvinte. Nestes casos, não há a necessidade de menção explícita na superfície do texto, mas apenas uma referência genérica ao sentido global do tópico discursivo. É o caso dos exemplos apresentados anteriormente.

O valor fórico da recorrência semântica também se estabelece por meio de outras expressões: como em outras, como esta, como tudo, como tal, como esse, entre outras (exemplificadas a seguir). Obviamente, tais expressões são altamente variáveis, mas têm em comum o fato de organizar o discurso de forma coesiva.

(LXX) (...) perspectivas mais vastas e fascinantes do que nunca se abrem dos olhos de todos os brasileiros, os derradeiros acos dos velhos conflitos há muito morreram no mais distante socavão da nossa sensibilidade coletiva. tão límpido é, nesta parte **COMO** *em outras*, o horizonte institucional que só, na verdade, por um esforço de memória conseguimos reconstituir indecivelmente os penosos episódios de tão forte repercussão, há anos. E-B-93-Je-003

(LXXI) A nossa principal ferrovia fi-\ ca, na verdade, à mercê de si-\tuções imprevistas **COMO** *esta*,\ pois,\ tôda a sua Guarda Ferro-\viária monta a 210 funcionários,\ e isto para servir ao Rio, a São\ Paulo e a Minas Gerais, sem\ contar com a vigilância das es-\tações intermediárias.\ E-B-93-Jn-009

(LXXII) Por isso, nós lançamos o | condicionador que vai acabar com | a exploração do homem pelo ar. Ele foi feito para durar muitos | anos, **COMO** *tudo* o que a | Brastemp faz. E-B-93-Ja-036

(LXXIII) Trata-se de um desafio que não se exaure em um determinado espaço de tempo mas se renova incessantemente e **COMO** *tal* deve ser encarado, não comportando atuação espasmódica e de cuja superação depende, ademais, o bem-estar de um terço da população brasileira, com as inegáveis implicações nacionais daí decorrentes. E-B-94-Je-002

(LXXIV) Se continuarem a tentar esquecer casos **COMO** esse, o regime vai ter que aprender a conviver com esses "fantasmas" ou então chamar a Polícia para apurar tudo direitinho. E-B-94-Je-004

Em todos os casos anteriores, o como foi utilizado para introduzir um sintagma nominal propositalmente vago, que assume a função de estabelecer maior coesão ao texto. Assim, segundo Ayora (1991:66), o como instancia um valor de recorrência semântica “quando retoma o significado de algo já dito ou supostamente conhecido pela(s) pessoa(s) à(s) que se dirige a mensagem”. Pouco mais de 10% das ocorrências do como modal prestam-se a esse uso.

6.5.4. Repetição enfática

Segundo Ayora (1991:61), a repetição enfática “é uma repetição não-necessária, cujo único objetivo é dar maior ênfase ou importância à mensagem comunicada”. A estrutura da repetição enfática é a seguinte:

VERBO + COMO + VERBO

(208) Insistimos que isso é algo que não se pode descartando estando as coisas como estão.

(209) Cantando como cantam, as pessoas irão embora.

Vejamos duas ocorrências em nosso *corpus*:

(LXXV) Chegou Smart Club!

Agora você compra **COMO** sempre e ganha **COMO** nunca⁵⁸.
E-B-94-Ja-003

⁵⁸ Na verdade, no exemplo apresentado, temos uma construção similar à repetição enfática, já que verificamos a elipse do verbo após o como. O trecho citado equivale a “Chegou Smart Club. Agora você compra como sempre comprou e ganha como nunca ganhou”.

(LXXVI) Em relação ao combate às secas do Nordeste e das obras a dar concernentes a Nação não pode pagar, realmente, o preço da descontinuidade, e nem permitir que tantas iniciativas, nessa área, revistam-se ainda **COMO** lamentavelm/apagado/ se revestiu de um certo conteúdo de improvisação quando o quadro climático se agrava com o prolongamento da estiagem. E-B-94-Je-002

Como afirmou Ayora (1991), a repetição enfática é uma repetição, *a priori* desnecessária, já que poderia sofrer elipse sem prejuízo semântico grave para o enunciado. O uso desse recurso, entretanto, tem como objeto precípuo a ênfase. A estrutura sintática básica desse uso modal do como (V + COMO + V) pode sofrer pequenas alterações como fica explícito nos dois exemplos anteriores. Há, assim, a possibilidade de elipse ou de inserção de outros elementos, cuja função é salientar ainda mais a carga enfática do enunciado.

Não há necessidade, também, de que os verbos apresentem-se nem no mesmo tempo nem no mesmo modo ou pessoa. No exemplo (LXXVI), o verbo que precede o como está na 3ª pessoa do plural do presente do subjuntivo; o verbo que sucede o articulador sintático como, por sua vez, está na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo. As mudanças de caráter modo-temporal e pessoal podem ser explicadas pela troca dos sujeitos referentes aos verbos da oração. No exemplo analisado, o sujeito de “revistam-se” é “tantas iniciativas”; o sujeito de “se revestiu” é “o combate às secas do Nordeste”. São, portanto, não-correferenciais.

6.5.5. Com valor modal atributivo / predicativo

Curiosamente, esse uso do como é muito mal explorado pelas nossas gramáticas normativas, sob variados outros rótulos. Na verdade, só podemos encontrar algumas observações acerca deste uso em poucos autores, entre eles Bechara (1999), quando este fala no aposto circunstancial. Mesmo assim, parece não se tratar do mesmo uso que evidenciaremos em nosso *corpus*. Vejamos a definição dada pelo autor e logo em seguida um exemplo dado por ele mesmo (1999:457):

“Aposto circunstancial (comparação, tempo, causa, etc., precedido ou não de palavra que marca

esta relação a mais, já que o aposto explicativo acrescenta um dado a mais acerca do fundamental)”.¹⁰

(210) As estrelas, *como* grandes olhos curiosos, espreitavam através da folhagem.

Luft (2000:43) fala em aposto atributivo ou explicativo. O exemplo dado pelo autor aproxima sua abordagem da de Bechara (1999). Vejamos:

(211) O mestre, *como* guia da juventude, deve levar vida exemplar.

Moura Neves (2000:433) também aborda o fenômeno de maneira similar. Ao falar em sintagmas nominais em aposição, a autora cita os seguintes exemplos:

(212) Eu, como professor de arte, poderia escolher qualquer um dos quadros pendurados na parede.

(213) A respeito da sua dança de São Vito, digo-lhe, como médico, que pastilhas de ópio têm surtido excelentes resultados no tratamento da moléstia.

Os autores supracitados, como vimos, apresentam abordagens similares ao fenômeno, mas, na verdade, não o enfocam de maneira muito clara. De uma maneira geral, tratam do assunto de maneira inadequada e restringem-se às construções não-oracionais. Verificamos, assim, um grave problema descritivo que leva a um profundo desconforto analítico.

Segundo Ayora (1991:73), o como com valor modal atributivo ou predicativo é muito freqüente em espanhol. Acreditamos que sua produtividade também seja bastante alta em língua portuguesa. Neste uso específico, o como pode ser substituído pela expressão em forma de. Possui uma das seguintes estruturas:

VERBO + SN1 (objeto direto) + COMO + SN2

ou

SN1 (sujeito) + VERBO + COMO + SN2

Nessa estrutura, o significado de um sintagma nominal é definido ou interpretado, segundo o significado do outro SN. Temos, assim, um SN ligado ao verbo e outro SN ligado ao como, conforme atesta o quadro anterior.

À estrutura como + SN2, denominaremos *complemento predicativo*, como fizeram Alcina y Blecua (1975). Segundo Ayora (1991:75-6), esse termo genérico tem a vantagem de reunir tanto o *complemento predicativo* quanto o *atributivo*, que são descritos por Gómez Torrego (1985:88) da seguinte maneira:

“Se o elemento que complementa o nome e o verbo é eliminável sem que o verbo tenha seu significado e função afetados, temos um *predicativo*; por outro lado, se isso não é possível, temos um *atributivo*.”

(214) Consideraram aquela chuva como um bom sinal para os tempos vindouros. (*exemplo referente à estrutura 1*)

(215) A Dinamarca foi qualificada como o país menos corrupto do mundo. (*exemplo referente à estrutura 2*).

Nesta pesquisa, optamos por não estabelecer a diferença entre o uso predicativo e o atributivo, já que nosso objetivo, como já dissemos, é propor uma descrição lingüística adequada, mas simples. Novamente, devemos frisar que, segundo nossa avaliação, tal atitude não conspurca a qualidade global do trabalho.

Vejamos nossos dados:

(LXXVII) A fusão agora consumada | teve seu primeiro projeto em | 1959 através de plano elaborado | pelo economista e sociólogo Paulo de Assis Ribeiro, atendendo a | pedido do Centro Industrial do | Rio de Janeiro. Logo esquecida, a idéia renasce em janeiro de | 1970, quando a Federação das | Industrias do Estado da Guana- | bara (FIEGA) entrega ao Gover- | no federal um estudo e antepro- | jeto de lei complementar, suge- | rindo a medida **COMO** um remé- | dio para a estagnação industrial do Estado-município. E-B-94-Jn-001

(LXXVIII) O futebol brasileiro viveu ontem um dia de contrastes. | Em Lisboa, Ronaldinho foi escolhido pela Fifa **COMO** o | melhor jogador do mundo em 1996 e posou com o

troféu | (foto) ao lado do inglês Alan Shearer, terceiro colocado | na votação de 120 técnicos de todo o mundo. E-B-94-Jn-025

(LXXIX) O presidente definiu o encontro COMO | uma conversa entre pessoas que se respeitam. E-B-94-Jn-030

(LXXX) As autoridades admitem tratar-se de «correios» de diferentes redes de tráfico de droga, que utilizavam Portugal COMO escala, já que o destino da droga era, nos dois casos, Espanha. E-P-95-Jn-007

Como pudemos verificar, o uso do como com valor modal atributivo ou predicativo é o mais prototípico, com 30,8% de todas as ocorrências modais, ou seja, praticamente 1/3 dos usos registrados. Segundo Ayora (1991:73), esse uso deve ser qualificado como modal, posto que “aparece o como indicando implicitamente a qualidade do substantivo, ou o conceito com o qual se lhe compara ou equipara mentalmente”.

O uso do como nessa função predicativa/atributiva é abordado inadequadamente em nossas gramáticas normativas com o rótulo de preposição accidental (c. Leitão, 2000; Ribeiro, 2004). A riqueza pragmática do termo praticamente é nula em termos de abordagem teórica, apesar da alta frequência de uso, como pudemos comprovar.

Essa construção modal, como vimos, tem como objetivo definir ou interpretar o valor de um substantivo segundo o significado de outro. Há, estruturalmente, um substantivo ligado ao verbo e outro substantivo ligado a como e introduzido por tal elemento. Assim, em termos estruturais, podemos representar os exemplos de nosso *corpus* da seguinte forma:

(LXXVII') Federação das Indústrias do Estado da Guanabara - sugerir – medida – COMO – remédio para a estagnação industrial do Estado-município.

(LXXVIII') FIFA - escolher – Ronaldinho – COMO – melhor jogador do mundo em 1996.

(LXXIX') Presidente - definir – encontro – COMO - conversa entre pessoas que se respeitam.

(LXXX') Redes de tráfico de drogas – utilizar – Portugal – COMO – escala.

As estruturas acima podem ser esquematizadas da seguinte forma: SN1 (sujeito) + V + SN2 + COMO + SN3. Uma regularidade digna de nota é que SN2 e SN3, nos casos acima, são correferenciais, ou melhor, o último termo da estrutura SN3 é sempre atributo ou

predicativo do termo expresso em SN2, segundo avaliação de SN1. Podemos concluir, portanto, que SN2 é melhor explicitado ou caracterizado em SN3.

Há outros usos atributivos/predicativos do como com função idêntica à anteriormente analisada, porém, com pequenas diferenças estruturais. Vejamos:

(LXXXI) Mais tarde ou mais cedo surgirá pois, inevitavelmente, no palco planetário, uma potência ou um conjunto de potências que se constituirão **COMO** alternativa à liderança solitária dos Estados Unidos. E-P-95-Je-010

(LXXXII) Se existem ambições de mando- objeto substantivo do jogo do Poder- elas estariam ocultas por uma espécie de pudor apolítico. Ora, compreende-se o apoliticismo **COMO** forma burocrática ou tecnocrática de fazer política. De fato ela não é a conduta mais aconselhável. E-B-94-Je-001

Os exemplos (LXXXI) e (LXXXII) também espelham usos modais do como com valor atributivo/predicativo. A diferença reside no fato de serem construções introduzidas por verbos na voz passiva sintética, adquirindo, portanto, caráter mais econômico.

Por fim, registramos também usos modais de valor atributivo/predicativo em construções com voz passiva analítica. Vejamos:

(LXXXIII) Nada menos de 28 legendas disputaram os cargos, embora não mais de 6 delas pudessem ser apontadas verdadeiramente **COMO** Partidos. E-B-94-Je-003

Como pudemos verificar, essa construção é intensamente utilizada em nossa língua portuguesa, principalmente por conta de seu poder argumentativo. Por ora, verificamos a premência de se encetar outros trabalhos empíricos com o objetivo de descrê-la mais pormenorizadamente.

6.5.6. Na interrogação modal direta e indireta.

Segundo Ayora (1991:78), o como, com valor interrogativo, concentra em si a pergunta sobre o modo como se dá a ação verbal. Este relativo focaliza ou centra a atenção no

significado modal, expressado previamente ou ainda sem menção explícita, por meio de um elemento da oração. Vejamos:

(216) João atuou apropriadamente?

(217) Como João atuou?

A função do como, nesses casos, é introduzir uma interrogativa parcial (direta ou indireta), centrada num só elemento sintático (o sujeito, o objeto direto, etc.) e não no conteúdo total da oração. Ayora (1991:79) apresenta a seguinte estrutura:

COMO + VERBO + SN

O exemplo (216) ilustrou o uso do como na interrogação parcial direta. Na interrogação parcial indireta, o como depende de um verbo principal. Vejamos:

(218) Ele mostrou como se criavam os coelhos.

O como, segundo grande parte dos autores pesquisados, assume a função de advérbio interrogativo na interrogação modal direta e indireta. Vejamos:

(219) Como você chegou aqui? (interrogação direta)

(220) Diga-me como você chegou aqui. (interrogação indireta)

Segundo Moura Neves (2000:333), “há orações que equivalem a um sintagma nominal, e que são, por isso, tradicionalmente chamadas orações substantivas”. Além de essas construções poderem ser introduzidas por uma conjunção integrante (especialmente o *que* e o *se*), podem, quanto ao modo de conexão, virem justapostas, iniciando-se por palavras interrogativas ou exclamativas. Nestes casos, os verbos podem estar na forma finita ou infinita. Vejamos:

(221) Diz como aconteceu a desgraça.

(222) Ensinará aos pequenos como preparar alguns refrescos de frutas.

Os usos apresentados por Moura Neves (2000) são similares aos de Ayora (1991). Preferimos, entretanto, adotar a classificação proposta por este último, por ser mais simples do ponto de vista descritivo.

Muitas das estruturas antes apresentadas, conforme vimos refletindo ao longo de nossa pesquisa, apresentam uma estrutura sintática de oração completiva, uma vez que completa o sentido do verbo; contudo, como perceberam Rodrigues (1999), Kury (2003) e Luft (2000), tais orações mantêm latente um valor modal transmitido pela presença do como. Em nossa pesquisa, apesar de reconhecermos o valor sintático de oração completiva (ou substantiva), classificaremos tais orações como modais, já que esse valor semântico também emerge de tais construções.

Vejamos as ocorrências de nosso *corpus*:

(LXXXIV) Ela diz: | "Eu uso | Sabonete Lever !" | Você viu COMO Elizabeth Taylor | aparece linda em "Rapsódia"? E-B-93-Ja-002

(LXXXV) Se a Arena não é capaz de debater e escolher sua direção, COMO admitir-se que tenha vigor para competir com espírito ardente , sob um comando pleno de representatividade, em suas relações com o Poder e com o eleitorado? - E-B-94-Je-001

(LXXXVI) O Ministro Júlio Bierrembach cobra do IPM (...) COMO foi encontrado o carro do sargento e rebocado e COMO pode um oficial não conhecer um sargento pelo nome, se trabalham juntos. – E-B-94-Jn-013

Os exemplos (LXXXIV) e (LXXXV) instanciam interrogações diretas introduzidas pelo como. Segundo a tradição, o que não é consensual, tais orações seriam introduzidas por advérbios interrogativos. Segundo nossa análise, baseada em Ayora (1991), tais construções devem ser consideradas modais, já que o como concentra em si uma pergunta sobre o modo como se desenvolveu a ação verbal.

Entendemos que as construções com o articulador sintático como nas interrogativas indiretas são similares às anteriores, já que também instanciam uma interrogação modal. Este é o caso da construção (LXXXVI).

Conforme vimos discutindo ao longo dessa pesquisa, essas orações são freqüentemente classificadas como subordinadas substantivas objetivas diretas, o que parece lícito. Entretanto, reafirmamos que não podemos negar que geralmente há nelas um matiz modal. Aliás, esse fenômeno foi verificado por Rodrigues (1999), entre outros autores.

6.5.7. Nas expressões exclamativas

Por fim, o como também costuma aparecer em orações exclamativas. Esse uso também é considerado modal por Ayora (1991:87). Cremos que este também seja um uso bastante produtivo, especialmente na fala espontânea, que é matizada pela emoção. Vejamos:

(223) Como você cresceu rápido!

(224) Como aqueles garotos correm!

(225) Ela está feliz como nunca ficou antes!

(226) Como eu gostaria de ter dez anos a menos!

Vejamos o exemplo seguinte, extraído de nosso *corpus*:

(LXXXVII) Nós sabemos como você se sente confuso com tantas tecnologias diferentes prometendo a última palavra em celular⁵⁹. – ANU 6 – o *Globo* – 06/09/98.

As construções exclamativas têm recebido em nossa tradição gramatical o mesmo tratamento dado às interrogativas anteriormente analisadas. São analisadas igualmente como objetivas diretas, simplesmente. Nossa análise, todavia, aprofunda-se no matiz semântico despertado pelo articulador sintático como, o que nos permite classificar as exclamativas diretas e indiretas, também, como construções modais.

⁵⁹ Esse exemplo é polêmico, entretanto, entendemos que há uma conotação exclamativa indireta latente no como.

O uso das exclamativas, tanto diretas quanto indiretas, serve a uma função expressiva muito específica. De acordo com Ayora (1991:88), tais construções intentam surpreender, causar estranheza ou admiração. Nas palavras do autor, “esses estados psíquicos adquirem forma lingüística”.

Assim, com relação às construções interrogativas e exclamativas diretas, podemos concluir o seguinte:

- a) do *ponto de vista sintático*, são proposições completivas, normalmente desempenhando a função de objeto direto;
- b) do *ponto de vista semântico*, manifestam uma função representativa da linguagem, não-referencial, pois refletem um uso expresso da língua; são, portanto, modais.

Como ficou explícito em nossa análise de dados, registramos um alto índice de construções modais. Essa constatação pode ser explicada por dois motivos:

- I) como já dissemos, pela amplitude com a qual tratamos o assunto, abrigando sob esse rótulo diversas construções distintas, mas aparentadas entre si;
- II) o modo, assim como o lugar e o tempo, são circunstâncias básicas encontradas em textos jornalísticos, especialmente em notícias e em editoriais.

A notícia, por exemplo, caracteriza-se por ser um texto predominantemente narrativo em que se verificam os seguintes elementos essenciais: o fato, as pessoas envolvidas, o tempo em que ocorreu o fato, o lugar onde ocorreu, o porquê de ter ocorrido o fato e, obviamente, o *como* (o motivo, a razão, a causa...).

Em relação ao editorial, que é um texto mais impessoal, as ocorrências também foram significativas. Por se tratar de um texto que expressa a opinião oficial do veículo de informação acerca de acontecimentos atuais, também é natural que exprima o modo como os fatos se deram.

Assim, caracterizamos cada uma das cinco classificações a que nos propusemos a analisar, além dos matizes específicos do como com função modal. Cabe, agora, fazermos um pequeno comentário acerca de alguns materiais residuais encontrados por Rodrigues (1999).

Ao pesquisar o Jornal do Brasil, em um período de 13 dias, em 1997, a pesquisadora encontrou um exemplo do *como*, utilizado na função de articulador sintático de tempo. Vejamos:

(227) O Presidente Fernando Henrique Cardoso participou de todo o processo como ministro de Exterior e foi protagonista da criação da CPLP, nos atos do ano passado no Convento dos Jerônimos, em Lisboa.

Segundo a autora, nesse exemplo, a forma como parece assumir o valor de *quando*, sentido esse que está em desuso, já que era bem mais freqüente no passado. Sincronicamente, pode-se afirmar, os exemplos são bastante raros.

Esta ocorrência pode ser explicada segundo um princípio funcionalista cunhado por Votre (1999). Ao estudar os verbos *achar*, *pensar*, *saber* e *ver* (verbos perceptivos), o autor verificou o seguinte:

“(Esses verbos) apresentam, nos diferentes estágios de evolução do português, configurações sintático-semânticas muito próximas às dos termos latinos correspondentes. O autor propõe, inclusive, um *princípio de extensão imagética instantânea*, segundo o qual a faculdade da metáfora opera de modo instantâneo, disponibilizando todas as possibilidades e potencialidades na mente das pessoas que interagem na comunidade discursiva, ancoradas no contexto situacional da interação”. (Cunha et alii, 2003:64-65)

Assim, a ocorrência de como em função temporal pode ter se dado por meio do princípio da extensão imagética instantânea, nos termos de Votre (1999). Uma vez já previsto na língua, mesmo que em outra sincronia, por meio da metáfora, determinado uso pode ter emergido a depender da situação comunicativa, e ter constituído o que chamamos de divergência, nos termos de Hopper (1991).

Como podemos perceber, as ocorrências do como são bastante diversificadas e encontram inúmeros matizes tanto semânticos quanto sintáticos. Urge haver em nossas

gramáticas brasileiras, portanto, uma melhor descrição para esta palavra, principalmente na função de articulador sintático.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar as várias realizações do como na língua espanhola, Ayora (1991) chegou à conclusão mais geral de que o elemento como, por si só, não é marcador de nenhum significado concreto. Ele precisa relacionar-se com outros elementos gramaticais e formar com eles determinadas estruturas sintáticas que, de acordo com o contexto lingüístico ou a situação comunicativa, tornam possível a aparição dos diversos significados. Essa também é a conclusão geral a que chegamos.

Ao propormos uma pesquisa de base funcional e sincrônica, verificamos a polissemia marcante do articulador sintático como. Suas ocorrências continuam vigorosas e bastante produtivas em Língua Portuguesa, como atestaram os dados analisados em nosso *corpus* e suspeitávamos em nossa hipótese de trabalho.

Com vistas a determinar nossa fundamentação teórica, percorremos ao longo dos capítulos 1 e 2 os conceitos de subordinação, coordenação e correlação. Verificamos o quanto estamos distantes de uma sistematização mais orgânica e uniforme que dê conta de todos os processos de estruturação sintática da língua portuguesa.

Como pudemos perceber, os conceitos de subordinação e coordenação estão ligados a diferentes perspectivas, ou seja, cada autor adota um determinado ponto de vista para diferenciar a subordinação da coordenação e vice-versa. Entre as diferenças mais patentes, podemos observar a questão da dependência, tão propalada pelos autores anteriormente citados. Alguns adotam critérios semânticos, como Kury (2003); outros, preferem critérios sintáticos, como Ribeiro (2004), o que fica bem claro a partir do conceito de coordenação estabelecido por ambos.

Ao revisitar a postura dos gramáticos tradicionais, gerativistas e funcionalistas, procuramos revelar as contradições e as divergências que afastam uma postura teórica de outra. Verificamos que há ainda muitos pontos em sintaxe para serem discutidos, principalmente no que diz respeito à correlação, cujo processo é reclamado por vários teóricos como distinto dos demais.

No capítulo 3, travamos outra discussão teórica: a caracterização da metaclasses dos conectivos, em seus aspectos sintático-semântico. Como apontou Rodrigues (1999) com relação às conjunções, o assunto também tem sido tratado de maneira muito diversificada tanto nas abordagens tradicionais quanto nas mais recentes. Podemos afirmar o mesmo

quanto aos pronomes, advérbios e preposições que iniciam orações. Neste terreno, as polêmicas não são menores.

Verificamos que também nessa seara há muito o que ser pesquisado. Os conceitos ligados às classes morfossintáticas ainda requerem uma melhor explicitação. Ao percorrermos vários teóricos, ficamos ressentidos da falta de clareza que permeia os conceitos de conjunção, conjunção integrante, advérbio e pronome. Ora são distintos, ora são semelhantes, inclusive no âmbito de uma mesma linha teórica e, até mesmo, na abordagem de um mesmo autor.

Dos estudos feitos nos capítulos 1 e 2, percebemos que seria mais econômico e mais adequado, para os objetivos de nossa pesquisa, utilizar o termo *construção* para nos referirmos genericamente tanto às estruturas oracionais quanto não-oracionais, assim como subordinadas, coordenadas ou correlativas. Da mesma forma, ao final do capítulo 3, optamos pelo termo *articulador sintático*, para nos referirmos aos elementos viabilizadores das mais diversas articulações, pelo seu caráter generalizador e abrangente. Assim, foi possível trabalharmos com dois conceitos que, inequivocamente, abrangessem todo nosso campo de investigação.

No capítulo 4, caracterizamos a fundamentação teórica que alicerçou nosso trabalho. Buscamos, para tanto, a corrente norte-americana do Funcionalismo Lingüístico, atrelada ao paradigma da gramaticalização. Ao perseguir essa corrente lingüística, foi-nos possível analisar o como e seus correlatos a partir de seus usos correntes, que foi nosso objetivo central. Uso, cognição e interação foram as palavras-chave que possibilitaram traçar um estudo de forma abrangente e pancrônica ao longo dos capítulos subseqüentes de nossa pesquisa.

Prosseguindo em nossos estudos, achamos por bem caracterizar os gêneros textuais do domínio jornalístico que serviram como base para nossa análise. Tal estudo foi realizado na seção 4.2 de nosso trabalho, que intentou fazer uma ligação entre a sintaxe e o texto, como campos complementares da descrição lingüística, a partir da caracterização das notícias, anúncios e editoriais.

Após a fundamentação teórica, partimos para o capítulo 5, que tratou dos procedimentos metodológicos e, logo em seguida, rumamos ao capítulo 6, que teve como objetivo analisar os diversos usos e funções do como em nosso *corpus*. Ao correlacionar várias teorias, principalmente as defendidas por Barreto (1999), Ayora (1991), Bosque y

Demonte (2004), Moura Neves (2000) e Mateus *et alii* (2003), pudemos traçar o perfil e as características mais marcantes das principais construções em que se utiliza o como, a saber: aditivas, comparativas, conformativas, causais e modais.

De fato, o maior desafio foi buscar os pontos em comum para que não produzíssemos caracterizações contraditórias ou mal formuladas. Ao mesclarmos abordagens tão distintas, cremos ter conseguido traçar uma descrição mais adequada e abrangente do que as que se nos apresentavam. Nossa base teórica, contudo, não nos resguardou da força, maleabilidade e dinamicidade da língua viva, cujas estruturas, usos e funções, como comentamos, estão muito além das classificações que poderíamos propor.

Nossa pesquisa, eminentemente de base sincrônica, contou também com alguns aportes de base diacrônica, notadamente das contribuições de Barreto (1999). Entendemos que essas pequenas digressões teóricas tiveram como função principal enriquecer ainda mais o trabalho descritivo encetado e agora, concluído. Por meio desses aportes teóricos, tivemos clareza dos muitos usos do como que já eram comuns desde épocas bastante remotas.

Com base em toda a trajetória perseguida, pudemos analisar com certo conforto os nossos dados. Diante da língua viva, em sua modalidade escrita, percebemos a necessidade de reavaliarmos nossas posições teóricas e paulatinamente reconstruirmos novos paradigmas, já que o *corpus*, devidamente analisado, revelou usos ainda não catalogados pela maioria de nossas gramáticas, como as diversas subclassificações modais propostas em nossa pesquisa, ou seja:

- * Com valor netamente modal
- * Em lexias variáveis
- * Com valor de exemplificação
- * Formas de recorrência semântica
- * Repetição enfática
- * Com valor modal atributivo/predicativo
- * Na interrogação modal direta e indireta
- * Nas expressões exclamativas

Como pudemos verificar com clareza, os usos do como, principalmente com função modal, são extremamente produtivos em língua portuguesa. Apesar de este ser o uso mais freqüente, quase não encontramos bibliografia suficiente sobre o assunto em nosso meio acadêmico (principalmente entre os autores tradicionais). Aliás, suspeitamos que o tratamento dado ao assunto, decorrente das subclassificações dos usos modais do como, seja uma contribuição ainda inédita para a seara dos estudos gramaticais brasileiros.

Nossa hipótese, portanto, parece ter sido comprovada. De fato, o como é um termo altamente polissêmico e produtivo. Carece, todavia, de uma melhor descrição, já que são ínfimas e contraditórias as abordagens dadas ao assunto em nossos compêndios mais conhecidos.

Concluimos, também, que o como ao longo da história da língua portuguesa vem passando por um franco processo de gramaticalização (cf. Barreto, 1999), que pode ser atestado por meio das seguintes premissas, exploradas ao longo de nosso trabalho:

- 1º - Perdeu substância fonética (*quomodo* > *quomo* > *como*).
- 2º - Manteve vestígios mais antigos de significados lexicais originais, como a idéia de modo que se conserva em grande parte de suas realizações – Princípio da persistência (cf. Hopper, 1991).
- 3º - Adquiriu novos usos semânticos ao longo da história, como a idéia de conformidade, no século XVI – Princípio da estratificação (cf. Hopper, 1991; Barreto, 1999).

Como ficou exposto na introdução, não foi nosso objetivo concluir definitivamente as discussões acerca do assunto, entretanto, esperamos ter contribuído um pouco mais com os estudos de base descritiva desenvolvidos em nosso vernáculo.

Por fim, da mesma forma como reconhecemos e ressaltamos o limite da pesquisa realizada, também enfatizamos a importância da continuidade deste estudo, bem como a necessidade de realização de outros que a este se somem, para que uma documentação atualizada de nossa realidade lingüística possa orientar o processo de ensino e aprendizagem da modalidade culta contemporânea de nossa língua portuguesa.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suarez. *Curso de Redação*. São Paulo, Ática, 1994.

ALCINA, J. & BLECUA, J. M. *Gramática española*. Barcelona, Ariel, 1975.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo, Saraiva, 2004.

ANDRADE, Regina Maria Zuccolo Barragat de. *Conjunções em português – aspectos sintático-semânticos*. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1987. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

ARAUS, M. L. Gutierrez. *Estructuras sintácticas del español actual*. Madrid, SGEL, 1985.

AYORA, Antonio Moreno. *Sintaxis y Semântica de como*. Málaga, Editorial Librería Ágora, 1991.

AZEREDO, José Carlos. *Fundamentos de Gramática do Português*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. *Sobre os processos de estruturação sintática*. Niterói, Faculdade de Letras/UFRJ, 1979. *mimeo*.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1999. Tese de Doutorado. 2 vol.

BARROS, Enéas Martins de. *Nova Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo, Atlas, 1985.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro, Lucerna, 1999.

BERNARDO, Sandra. *Reflexões sobre Coordenação e Subordinação*. Rio de Janeiro, 2000.
mimeo

BORBA, Francisco da Silva. *Teoria Sintática*. São Paulo, EDUSP, 1970.

BOSQUE, Ignacio y DEMONTE, Violeta. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid, Espasa, 2004.

BRONCKART, J. P. *Atividades de linguagem, textos e discursos*. São Paulo, EDUC, 1999.

BUENO, Silveira. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. São Paulo, Edição Saraiva, 1963.

BYBEE, Joan. Mechanisms of Change in Grammaticalization: The Role of Frequency. In: Brian D. Joseph and Richard D. Janda (eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Blackwell Publishing, 2003.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Petrópolis, Vozes, 1981.

_____. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1984.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. São Paulo, Ática, 2000.

_____. *Subordinação e Coordenação – confrontos e contrastes*. São Paulo, Ática, 2003.

CASTILHO, Ataliba T. de. *A língua falada no ensino de Português*. São Paulo, Contexto, 2004.

CEGALLA, Domingos Pascoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo, Ed. Nacional, 1980.

CRUZEIRO, Maria Eduarda. *Processos de intensificação no português dos séculos XIII a XV*. Lisboa, C.E.F., 1973

CUNHA, Celso. *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte, Ed. Bernardo Álvares, 1976.

_____ & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da *et alii*. *Linguística Funcional – teoria e prática*. Rio de Janeiro, DP & A Editora, 2003.

DECAT, M. B. *et alii* (org.) *Aspectos da Gramática do Português: uma abordagem funcionalista*. Campinas, Mercado das Letras, 2001.

FERNANDES Jr., Alcebiades. *Dialética da Língua Portuguesa*. Campinas, Copola Editora, 1995.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1967.

GILI GAYA, S. *Curso superior de sintaxis española*. Barcelona, Bibliograf, 1967.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and Grammar*. Amsterdã, John Benjamins, 1995.

_____. *On understanding Grammar*. New York, Academic Press, 1979.

GÓIS, Carlos. *Método de análise (léxica e lógica) ou sintaxe das relações*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1955.

GOMEZ TORREGO, L. *Teoria y práctica de la sintaxis*. Madrid, Alhambra, 1985.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação*. Campinas, Pontes Editores, 1987.

HASPELMATH, Martins. *On directionality in language change with particular reference to grammaticalization*. Leipzig, 2002. mimeo

HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, B. & JANDA, R. (eds.) *A handbook of historical linguistics*. Blackweel, 2003.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Sintaxe Portuguesa para a linguagem culta contemporânea*. Rio de Janeiro, Oficina do Autor, 2003.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. & HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. Amsterdam, Benjamins, 1991.

HOPPER, Paul & TRAUGOTT, Elisabeth. *Grammaticalization*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

KURY, Adriano da Gama. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. São Paulo, LISA, 1972.

_____. *Novas Lições de Análise Sintática*. Rio de Janeiro, Ática, 2003.

_____. *Pequena Gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical*. Rio de Janeiro, Agir, 1960.

LEITÃO, Luiz Ricardo (org.) *Gramática Crítica: o culto e o coloquial no português brasileiro*. Rio de Janeiro, Oficina do Autor, 2000.

LEMLE, Miriam. *Análise Sintática*. São Paulo, Ática, 1986.

LLORACH, Emílio Alarcos. *Gramática de la Lengua Española*. Madrid, Espasa, 1999.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo, Globo, 2000.

MACAMBIRA, José Rebouças. *Português Estrutural*. São Paulo, Pioneira, 1978.

MACIEL, Maximino. *Grammatica descritiva baseada nas doutrinas modernas*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1931.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva *et alii*. *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MATEUS, Maria Helena *et alii*. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho, 2003.

MATTHIESSEN, Christian & THOMPSON, Sandra. The structure of discourse and “subordination”. In: HAIMAN, John & THOMPSON, Sandra. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1988.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo, Contexto, 1994.

MELO, Gladstone Chaves de Melo. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Ao Livro Técnico, 1978.

MOURA NEVES, Maria Helena de. *Gramática de usos do Português*. São Paulo, UNESP, 2000.

_____. *A Gramática Funcional*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

NOVAES, Ana Maria Pires. *Pesquisa e ensino: os conectores oracionais e sua incidência no Português culto do Brasil*. Niterói, Instituto de Letras/UFF, 2000. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

OITICICA, José. *Teoria da Correlação*. Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1952.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943.

PERINI, Mário. *Gramática descritiva do Português*. São Paulo, Ática, 2000.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Gramática de la Lengua Española*. Madrid, Espasa-calpe, S. A., 1931.

RIBEIRO, Manoel P. *Nova Gramática da Língua Portuguesa: uma comunicação interativa*. Rio de Janeiro, Metáfora, 2004.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1999.

RODRIGUES, Violeta Virgínia. *Construções comparativas: estruturas oracionais?* Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2001. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

_____. *O caráter polissêmico das conjunções*. Rio de Janeiro, 1999. mimeo

_____. O período composto: subordinação & correlação. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues & BRANDÃO, Silvia Figueiredo (orgs.). *Morfossintaxe e o*

ensino de Português: reflexões e propostas. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2004.

_____. ***O uso das conjunções subordinativas na língua escrita padrão***. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 1998. Comunicação apresentada no VIII Congresso da ASSEL – Rio.

_____. ***O uso dos articuladores sintáticos***. Rio de Janeiro, Pós-Graduação da Faculdade de Letras/UFRJ, 1997. Trabalho do curso de Doutorado em Língua Portuguesa apresentado à Professora Doutora Maria Eugênia Lamoglia Duarte. *mimeo*

SAID ALI, Manoel. ***Gramática Elementar da Língua Portuguesa***. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1965.

_____. ***Gramática Secundária da Língua Portuguesa***. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1966.

_____. ***Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa***. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1964.

SOUZA LIMA, Mário Pereira de. ***Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa***. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.

SWEETSER, Eve E. ***Grammaticalization and semantic bleaching***. Berkeley, University of California, 1988.

TAYLOR, John R. ***Linguistic Categorization – Prototypes in Linguistic Theory***. Oxford, Oxford University Press, 1992.

VOTRE, Sebastião Josué. ***Cognitive verbs in Portuguese and Latin. Unidirectionality revisited***. Santa Bárbara: Universidade da Califórnia, 1999. (mimeo)

RESUMO

Baseados nos estudos de gramaticalização, um dos motes fundamentais do funcionalismo, analisamos o articulador sintático como na linguagem padrão contemporânea. Como *corpus*, adotamos os jornais em circulação tanto em Portugal quanto no Brasil, de 1950 ao ano 2000, disponíveis no site www.letras.ufrj.br/varport. O **como**, item central de nossa pesquisa, costuma ser agasalhado sob variados rótulos, com contornos nem sempre muito bem definidos: conjunção, preposição acidental, palavra denotativa, advérbio relativo, etc. Sintaticamente, ora está em orações subordinadas, ora coordenadas ou ainda em orações correlatas e justapostas, estas duas últimas desprezadas pela NGB. Diante de tal heterogeneidade taxionômica, verificamos a necessidade de algumas reflexões que desvelem as particularidades de tais conceitos. Devemos sublinhar as patentes dissonâncias observadas no cotejo entre os preceitos dogmáticos tradicionais e a realidade dos fatos. Como possibilidade analítica, analisamos o como sob cinco grupos de usos: aditivos, comparativos, causais, conformativos e modais. Este último bloco subdivide-se em outros, com a intenção de produzirmos uma descrição mais pormenorizada.

ABSTRACT

Based on the grammaticalization studies, one of the fundamental mottos of the functionalism, we analyzed the syntactic articulator como (as, like) in the contemporary standard language. As *corpus*, we adopted the newspapers in circulation both in Portugal and in Brazil, from 1950 to the year 2000, available in the site www.letras.ufrj.br/varport. The como (as, like), central item of our research, tend do be classified under several classifications, with outlines not always very well defined: conjunction, accidental preposition, denotative word, relative adverb, etc. Syntactically, sometimes it is in subordinated sentences or in coordinated times or still in correlative and juxtaposed constructions, these two last ones despised by Brazilian Grammatical Nomenclature. Facing such taxonomic heterogeneity, we verified the need of some reflections that reveal the particularities of such concepts. We should underline the patent dissonances observed in the comparison between the traditional dogmatic precepts and the reality of the facts. As analytical possibility, we analyzed como (as, like) as under five groups of uses: additive, comparative, causal, conformative and modal. This last block is subdivided in others, with the intention of we produce a more detailed description.